

Jorge Fernando Jairoce

**A mulher e o comércio informal transfronteiriço vulgo “*mukhero*” no sul de Moçambique: casos das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia, 1984-2016**

Doutoramento em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre  
2016

JORGE FERNANDO JAIROCE

**A mulher e o comércio informal transfronteiriço vulgo “*mukhero*” no sul de Moçambique: casos das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia, 1984-2016**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do Título de Doutor, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Doutora Claudia Wasserman

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre  
2016

### CIP - Catalogação na Publicação

Jairoce, Jorge Fernando

A mulher e o comércio informal transfronteiriço  
vulgo "mukhero" no sul de Moçambique: casos das  
fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia, 1984-2016 /  
Jorge Fernando Jairoce. -- 2016.  
167 f.

Orientador: Claudia Wasserman.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2016.

1. Comércio informal. 2. Transfronteiriço. 3.  
Mulher. 4. Mukhero. I. Wasserman, Claudia, orient.  
II. Título.

JORGE FERNANDO JAIROCE

**A mulher e o comércio informal transfronteiriço vulgo “*mukhero*” no sul de Moçambique:  
casos das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia, 1984-2016**

Tese de Doutorado defendida pelo Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprovada em 29 de Junho de 2016, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof<sup>a</sup>. Doutora Claudia Wasserman -UFRGS/PPGHistória  
Presidente

---

Prof<sup>a</sup>. Doutora Susana Bleil -UFRGS/ PPGHistória  
Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Doutora Natália Pietra Méndez-UFRGS/Depto de História  
Examinadora

---

Prof. Doutor José Macedo Rivair -UFRGS/ PPGHistória  
Examinador

---

Prof. Doutor Silvio Almeida Filho -UFRJ/IFCS  
Examinador (externo)

## SUMÁRIO

Siglas e abreviaturas-----	VIII
Dedicatória-----	X
Agradecimentos-----	XI
Resumo-----	XII
Abstract-----	XIII
Lista de ilustrações-----	XIV
Lista de tabelas-----	XV
Listas de fotografias-----	XVII
Lista de mapas-----	XVIII
Glossário-----	XIX
<b>Introdução</b> -----	<b>21</b>
<b>Capítulo I</b> -----	<b>42</b>
Evolução da economia de Moçambique, 1975-2016-----	42
1.1.Evolução do modelo económico de Moçambique pós- independência -----	42
1.1.1. Modelo de economia centralmente planificada, 1975-1984-----	42
1.2. Modelo de economia de mercado, 1984-2016-----	51
1.2.1.Discussões em torno do conceito de economia informal e formal-----	55
1.2.2.Perceções de informalidade: o informal não é ilegal?-----	60
<b>Capítulo II</b> -----	<b>64</b>
O comércio informal transfronteiriço no sul de Moçambique: casos das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia, 1987-2014-----	64
2.1. Caracterização das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia (Distrito de Moamba)-----	64
2.1.1. Caracterização da região fronteiriça de Namaacha-----	65
2.1.2. Caracterização da região fronteiriça de Ressano Garcia-----	69
2.2. A gênese do <i>mukhero</i> na região nas fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia----	74
2.3.O contrabando e o <i>mukhero</i> : duas faces da mesma moeda?-----	77
2.4. A prática do “ <i>mukhero</i> ” e a sua evolução no tempo-----	81

2.4.1. O “ <i>mukhero</i> ” antes do processo de integração regional da SADC-----	81
2.4.2. O <i>mukhero</i> no contexto da integração regional da SADC-----	84
2.4.2.1. Protocolo Comercial da SADC e os seus efeitos no <i>mukhero</i> -----	84
2.4.2.2. Janela Única Eletrónica – como mecanismo eletrónico de facilitação do comércio-----	92
<b>Capítulo III</b> -----	<b>96</b>
O <i>mukhero</i> e a participação da mulher no sul de Moçambique-----	96
3.1. A participação da mulher no <i>mukhero</i> -----	96
3.1.1. Características socioeconómicas dos <i>mukheristas</i> -----	97
3.1.1.1. Condições de trabalho-----	100
3.1.1.2. Pessoal ocupado-----	103
3.1.1.3. Mercado e comercialização-----	104
3.1.1.4. Sindicalização e perspetivas futuras-----	107
3.2. Mecanismos de financiamento do <i>mukhero</i> -----	110
3.3. O <i>mukhero</i> e os mecanismos da sua facilitação nas fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia-----	114
3.3.1. A corrupção das autoridades governamentais-----	115
3.4. A perceção dos despachantes aduaneiros privados e importadores informais sobre a corrupção nas fronteiras-----	118
3.5. O <i>mukhero</i> : o impacto fiscal e nas relações de género e poder-----	122
3.6. O <i>mukhero</i> como <i>economie debrouille</i> ou como estratégia e escolha de vida?-----	124
<b>Conclusão</b> -----	<b>133</b>
<b>Referências bibliográficas</b> -----	<b>135</b>
<b>Apêndice I:</b> Grelha do inquérito às mulheres comerciantes informais “ <i>mukheristas</i> ”-----	152
<b>Apêndice II:</b> Grelha do inquérito as autoridades governamentais-----	155
<b>Apêndice III:</b> Grelha do inquérito aos operadores aduaneiros privados-----	156
<b>Apêndice IV:</b> Grelha do inquérito aos carregadores de fronteiras “ <i>Gai-Gai</i> ”-----	157
<b>Apêndice V:</b> Grelha do inquérito aos motoristas <i>mukheristas</i> -----	158
<b>Apêndice VI:</b> Produtos abrangidos pelo Protocolo Comercial da SADC-----	160
<b>Anexo I:</b> Despacho Simplificado para pagamento de mercadorias -----	164
<b>Anexo II:</b> Certificado de origem da SADC-----	165

<b>Anexo III:</b> Procedimentos de Despacho no Posto de Paragem Única da Fronteira de Ressano Garcia-----	166
<b>Anexo IV:</b> Declaração do Produtor-----	167

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

- AG-** Agentes Governamentais
- AT-** Autoridade Tributária de Moçambique
- AMIM-** Associação dos Micro Importadores de Moçambique
- ASSOTSI-** Associação dos Operadores e Trabalhadores do Setor Informal
- BPF-** Brigadas Populares de Fiscalização
- BM-** Banco Mundial
- CEA-** Centro de Estudos Africanos
- CI-** Comerciantes Informais
- CIT-** Comércio Informal Transfronteiriço
- CNPq-** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- DA-** Direitos Aduaneiros
- DEA-** Desembaraço Aduaneiro
- DS-** Despacho Simplificado
- DU-** Documento Único
- DEMEG-** Departamento de Estudos da Mulher e Género
- DNM –** Direção Nacional de Migração
- IESE-** Instituto de Estudos Económicos e Sociais
- IFCH-** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
- INE-** Instituto Nacional de Estatística
- IVA-** Imposto Sobre o Valor Acrescentado
- FMI-** Fundo Monetário Internacional
- JUE-** Janela Única Eletrónica
- FRELIMO-** Frente de Libertação de Moçambique
- NEM-** Núcleo de Estudos da Mulher
- PAE-** Programa de Ajustamento Estrutural
- PARPA-** Programa de Redução de Pobreza Absoluta
- PRE-** Programa de Reabilitação Económica
- PRES –** Programa de Reabilitação Económica e Social
- PPU-** Posto de Paragem Única
- PRE-** Programa de Reabilitação Económica
- PRES-** Programa de Reabilitação Económica e Social
- PPI-** Programa Prospetivo e Indicativo
- RAS-** República de África do Sul

**RENAMO-** Resistência Nacional de Moçambique  
**SADC-** Comunidade de Desenvolvimento da África Austral  
**SAMP-** *Southern Africa Migration Population*  
**STADA-** Sistema de Declaração Aduaneira de Mercadorias  
**OAP-** Operadores Aduaneiros Privados  
**ONU-** Organização das Nações Unidas  
**TIMS-** *Trade Information Management System*  
**TIMAR-** Terminal Internacional Marítimo  
**TIRO** – Terminal Internacional Rodoviário  
**TIRRG-** Terminal Internacional Rodoviário de Ressano Garcia  
**UEM-** Universidade Eduardo Mondlane  
**UP-** Universidade Pedagógica  
**UFRGS-** Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
**USD-** Doláres Norte Americanos  
**ZLC-** Zona de Livre Comércio  
**WID-** Mulher no Desenvolvimento

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu saudoso pai, Fernando Jairoce Luo, que influenciou intensamente o meu modo de pensar e agir, e cuja ausência deixou tão árido o meu caminho e tão desbotado o meu horizonte.

Aos meus filhos Deny e Melody e a minha esposa Sana Maria Chivurre, que reterritorializam o encanto em meu cotidiano.

Às mulheres da Associação Mukhero e do Fórum Mulher Empresarial e outras mulheres associadas e batalhadoras que, com coragem e ousadia, alimentam minha convicção de que um mundo sem desigualdade gritante é possível e necessário.

## **AGRADECIMENTOS**

À CNPq, à IFCH-UFRGS, pelo apoio decisivo recebido, tornando possível que como aluno-convênio, me dedicasse exclusivamente ao estudo e à pesquisa, de que resultaram este trabalho.

Aos professores do IFCH-UFRGS que contribuíram para atualização dos meus conhecimentos e para o desenvolvimento da minha capacidade de análise dos processos históricos.

Particularmente, à Professora Doutora Claudia Wasserman, minha professora e orientadora, pela sua disponibilidade, abertura, paciência, atenção, a quem muito fico a dever.

À Universidade Pedagógica de Moçambique e ao Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique que me ofereceu a possibilidade de poder completar os meus estudos no Brasil.

Aos meus amigos e colegas da turma, com especial destaque para Mateus Rázan, Alfredo Rázan, Bruno Collor, Marcus Viana, Silvana Rupert e David Cunha.

À Sana, minha esposa, cuja ajuda e cooperação foram decisivas.

## RESUMO

A pesquisa procura analisar as reformas políticas e económicas que caracterizaram as décadas de 80 e 90 em Moçambique e que contribuíram para o surgimento do comércio informal. A incapacidade do Estado para a promoção de emprego formal aos cidadãos e a própria dinâmica da economia de mercado levou as pessoas a lutarem para a sua sobrevivência. As mulheres tendo um nível de escolaridade baixo na sua maioria com nível secundário incompleto, não viram outra alternativa senão dedicar-se ao comércio informal transfronteiriço - *mukhero*, que tem características próprias como menos burocracia, horários flexíveis e a não exigência de nível académico para a realização do trabalho. A maior participação da mulher nesta atividade deve-se ao seu diferencial competitivo neste negócio. Elas são mais pacientes, possuem maior capacidade de negociação com os agentes governamentais e também consentem facilmente abusos e humilhações por parte dos agentes aduaneiros. O consentimento dos abusos e humilhações fazem parte da estratégia para contornar elevadas taxas aduaneiras e daí, garantir uma margem significativa do lucro. Todas as estratégias deste tipo de comércio só podem ser compreendidas á luz do *ethos* fronteiriço.

Hoje o comércio informal transfronteiriço está a crescer ao nível da zona sul Moçambique visto que consegue garantir a sobrevivência das famílias e contribui para o empoderamento socioeconómico da mulher. O Estado moçambicano de forma tímida já se preocupa com este setor no sentido de melhor organizá-la para permitir maior captação de receitas tributárias.

**Palavras-chave:** Comércio informal, empoderamento, *mukhero*, mulher e transfronteiriço.

## ABSTRACT

The research analyzes the political and economic reforms that characterized the decades of 80 and 90 in Mozambique and contributed to the emergence of informal trade. The state's inability to promote formal employment to citizens and the dynamics of the market economy led people to fight for their survival. Women with a low education level mostly with incomplete secondary level, they saw no alternative but to devote the informal cross-border trade - *mukhero*, which has its own characteristics such as less paperwork, flexible hours and no academic requirement for carrying out the work. The increased participation of women in this activity is due to its competitive advantage in this business. They are more patient, have greater bargaining power with government officials and also easily consent abuses and humiliations by customs agents. The consent of abuse and humiliation are part of the strategy to circumvent high tariffs and hence, ensure a significant margin of profit. All strategies of this type of trade can only be understood in the light of the frontier ethos.

Today cross-border informal trade is growing at zone level south as Mozambique can ensure the survival of families and contribute to the socio-economic empowerment of women. The Mozambican state timidly already concerned with this sector in order to better organize it to allow more funding from tax revenues.

**Keywords:** Informal Trade, empowerment, *mukhero*, woman and cross-border.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Ilustração 1 e 2:** Presidente da Associação MUKHERO, Sudecar Novela e o seu cartão de membro-----83

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Máquina administrativa do Distrito de Namaacha por sexo e nível acadêmico-----	67
<b>Tabela 2:</b> Taxa para aquisição de passaporte-----	88
<b>Tabela 3</b> – Frequência relativa e absoluta dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo o sexo-----	97
<b>Tabela 4</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo a idade-----	98
<b>Tabela 5</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo a origem-----	98
<b>Tabela 6</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo a escolaridade-----	99
<b>Tabela 7</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo o tamanho da família-----	99
<b>Tabela 8</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo a ocupação anterior-----	100
<b>Tabela 9</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo os motivos do ingresso-----	100
<b>Tabela 10</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo o tempo na atividade-----	101
<b>Tabela 11</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo o rendimento mensal na atividade-----	101
<b>Tabela 12</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo as horas trabalhadas semanalmente-----	102
<b>Tabela 13</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo a existência de atividade complementar-----	103
<b>Tabela 14</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo a condição em relação a banca-----	103
<b>Tabela 15</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo a mão de obra utilizada-----	104
<b>Tabela 16</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo a posse de outras bancas-----	104
<b>Tabela 17</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo mercadorias comercializadas-----	105

<b>Tabela 18</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo a origem das mercadorias-----	106
<b>Tabela 19</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo a aquisição -----	106
<b>Tabela 20</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo as dificuldades para exercer a atividade-----	106
<b>Tabela 21</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo a existência de alguém que ajuda nas tarefas de casa-----	107
<b>Tabela 22</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo o registo junto ao Município de Maputo-----	108
<b>Tabela 23</b> – Frequência relativa dos <i>mukheristas</i> entrevistados, segundo intenção de mudar de trabalho-----	108

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 1:</b> Fronteira de Namaacha -----	68
<b>Fotografia 2:</b> Jovens Gai – Gai na fronteira de Namaacha-----	68
<b>Fotografia 3:</b> Fronteira de Ressano Garcia -----	74
<b>Fotografia 4:</b> Forte presença feminina num dos Mercados Informais na Cidade de Maputo -----	97
<b>Fotografia 5:</b> Venda de produtos a grosso no Mercado Informal do Zimpeto na Cidade de Maputo-----	105
<b>Fotografia 6:</b> Mulher <i>Mukherista</i> vendendo caixas de tomate no seu camião-----	127

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Companhias Majestáticas -----	43
<b>Mapa 2:</b> Posição de Moçambique na região austral da África-----	65
<b>Mapa 3:</b> Distrito de Namaacha-----	66
<b>Mapa 4:</b> Distrito de Moamba-----	69
<b>Mapa 5 e 6:</b> Fronteiras de Ressano Garcia e Namaacha-----	71

## GLOSSÁRIO

**Candongga** – Prática de especulação do preço no contexto do comércio informal.

**Candongueiros**- Foi a partir de 1986/87 que começou a surgir em Moçambique a tendência de ganhar a vida com a venda de produtos comprados na África do Sul e na Suazilândia e, até nas cooperativas de consumo. Os gestores de pequenos negócios ficaram conhecidos por *candongueiros*.

**Chapa 100** – Transporte Privado Semi Coletivo de Passageiros

**Direitos Aduaneiros**- Direitos aduaneiros, impostos, taxas e outros tributos que incidem sobre o valor das mercadorias a importar ou a exportar, cuja cobrança esteja a cargo das alfândegas.

**Despacho Aduaneiro**- Conjuntos de formalidades mediante as quais é verificada a exatidão dos dados constantes da declaração aduaneira, em relação as mercadorias e os respetivos meios de transporte, aos documentos apresentados e a legislação específica, com vista ao desembaraço aduaneiro.

**Despacho Simplificado/Documento Simplificado (DS)** - Forma de declaração aduaneira a ser exclusivamente para importação de bens e separados de bagagens trazidos por viajantes, em excesso das suas franquias, para o uso pessoal sem fins recreativos.

**Dumbanengues**- *Nome local atribuído ao mercado informal na Cidade de Maputo.*

**Economie drebouille**- Economia de sobrevivência, ou de se virar.

**Gai-Gai**- Carregadores de fronteira que auxiliavam as *mukheristas* a transportar mercadoria na zona fronteiriça da Suazilândia para Moçambique.

**Matoritori**- Doce de coco.

**Mareanes**- Angariadores de clientes que facilitam a emigração clandestina de moçambicanos para África do Sul.

**Mukheristas**- Comerciantes informais transfronteiriços.

**Mukhero**- É um termo bastante usado na zona sul do país, para designar o comércio transfronteiriço. Trata-se da corruptela do inglês “*to care*”, o mesmo que levar consigo, expressão através da qual falante do inglês se dirigiam aos nativos da região fronteiriça de Namaacha proveniente de Maputo, solicitando-os para, mediante um pagamento monetário, levarem a carga à cabeça de um ponto para o outro. Com o tempo, o termo evoluiu de um simples carregamento humano para movimentações de grandes mercadorias.

**Nhangana**- Tipo específico de verdura.

**Kuvota-** Auxiliares na atividade do comércio informal.

**Xitique-** É uma palavra Tsonga que significa poupança. De acordo com Teresa Cruz e Silva (Silva, 2003), uma das formas mais comuns para a realização de poupanças nos mercados informais. Baseado em formas muito simples, o processo inicia-se normalmente a partir de um grupo de amigos que se juntam, fixam o montante da contribuição de cada membro e a periodicidade dos encontros para prestação de contas e distribuição rotativa da poupança, por cada um deles. A forma de pagamento não tem que ser necessariamente monetária, havendo casos em que essa contribuição se traduz em bens materiais. Os fundos circulam entre os seus membros e sua coleta e distribuição funcionam, em geral, na base da confiança e empatia, ao mesmo que obriga cada membro do grupo a fazer poupança de um montante predeterminado e dentro da periodicidade previamente definida para o pagamento da sua quota. A distribuição da poupança entre os membros do grupo é feita periódica e rotativamente.

**Tchungamoyo-** Nome local atribuído ao mercado informal na Cidade da Beira.

**Tseque-** Tipo específico de verdura.

## INTRODUÇÃO

O estudo visa analisar a mulher e o comércio informal transfronteiriço “*mukhero*” nas fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia entre 1984 à 2016. A seleção das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia no sul de Moçambique, como locais da pesquisa resultou do facto destas serem as mais movimentadas em termos de circulação de pessoas e bens e pela frequência da prática do comércio informal e também pelo facto de se encontrar nelas a grande participação de mulheres praticando esta atividade.

Em termos delimitação temporal, optou-se por 1984, como início da pesquisa pelo facto de este ano ter-se tomado algumas ações governamentais visando a liberalização económica do País. O ano de 2016, foi definido como limite temporal da pesquisa também pelo facto de este fenómeno estar a ocorrer atualmente e a tomar maiores proporções na economia nacional.

A presente investigação trata de um estudo de caso. A preferência por este tipo de estudo é derivada pelo facto de constituir uma pesquisa de evento contemporâneo circunscrito num determinado espaço geográfico. Por conseguinte, definiu-se como foco de análise o comércio específico realizado pelas mulheres nas duas fronteiras do sul de Moçambique, a de Namaacha e Ressano Garcia.

A escolha deste tema teve em conta o relacionamento e a afetividade que tenho em relação ao comércio informal transfronteiriço e aos mercados onde as transações ocorrem, que têm para mim como pesquisador de história social e económica alto grau de interesse pessoal visto ser um tema pouco explorado. O facto do comércio informal transfronteiriço desempenhar um papel relevante não só para os protagonistas, mas também no abastecimento dos mercados na cidade de Maputo que é a capital de Moçambique e as restantes províncias do País, em mercadorias estrangeiras, criou-me interesse em procurar perceber o peso económico e social desta atividade.

Constitui também a motivação para esta pesquisa compreender o envolvimento da mulher no comércio informal transfronteiriço e o contributo para a economia do País. A ligação, a convivência diária e partilha de um espaço restrito, entre pessoas de diferentes culturas e crenças onde cada um exerce atividade apontada como a principal fonte de geração de rendimento da família moçambicana, tanto nos centros urbanos como no meio rural, foi um dos elementos que despertou o meu interesse pelo tema escolhido, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o processo de comércio informal transfronteiriço praticado pelas comerciantes informais conhecidas por “*mukheristas*”.

O objetivo geral desta pesquisa é trazer informação exaustiva sobre o comércio informal transfronteiriço praticado sobretudo pelas mulheres a partir das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia. Esta pesquisa visa estudar o comércio informal numa perspectiva histórica no contexto das políticas económicas e sociais adotadas por Moçambique desde a Independência Nacional ocorrida em 1975 até ao presente momento.

Constitui também o objetivo desta pesquisa compreender as razões do maior envolvimento das mulheres no comércio informal transfronteiriço e contribuição do mesmo para a economia nacional.

Constituem objetivos específicos desta pesquisa caracterizar a evolução da economia de Moçambique e explicar a emergência do comércio informal transfronteiriço e as relações sociais que advêm desta prática; caracterizar as vilas fronteiriças de Namaacha e Ressano Garcia como principais espaços de desenvolvimento do comércio informal transfronteiriço e por fim analisar a participação e o papel da mulher no *mukhero*.

A pesquisa pretende abordar ainda aspetos relacionados com a prática de um comércio baseado em redes comerciais, observando neste espaço as formas deste comércio, o relacionamento das “*mukheristas*” com as autoridades governamentais e os resultados desta prática.

Com a intensificação do processo da globalização, a região austral de África tem vindo a implementar medidas de integração nas vertentes política, económica e sociocultural rumo ao desenvolvimento dos Estados integrantes, objetivando o combate a pobreza que afeta os povos da região. Moçambique comparativamente com os povos da região (sobretudo países vizinhos como África do Sul e Suazilândia) é que apresenta índice de desenvolvimento económico baixo, razão pela qual, no comércio informal transfronteiriço, que se regista nestes países com Moçambique, tem a maioria dos operadores cidadãos nacionais constituído maioritariamente por mulheres. É dentro desta esfera que surge a preocupação em compreender a dinâmica do comércio informal transfronteiriço no sul desde da década 80. Em função desta constatação, a pesquisa levanta algumas inquietações:

- Que razões estão na base da grande participação da mulher no comércio informal transfronteiriço?

- Qual é o impacto da participação da mulher no comércio informal transfronteiriço e sua contribuição para a economia familiar (subsistência do agregado familiar) e do País?

Como hipótese considera-se que as mulheres participam no comércio informal transfronteiriço como mecanismos de suprir o desemprego crescente nas zonas urbanas contribuindo deste modo para a redução de índices de pobreza urbana e o seu empoderamento socioeconómico.

Do ponto de vista metodológico realizou – se a pesquisa do terreno em três diferentes períodos, divididos da seguinte forma: junho à dezembro de 2013, janeiro à agosto de 2014 e janeiro de 2016. A pesquisa de campo consistiu na observação direta das atividades na fronteira e no local de aquisição de mercadorias na África do Sul. Em alguns casos recorreu-se a observação direta das atividades desenvolvidas pelos comerciantes informais nas fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia e no seu ambiente de trabalho. Foram também efetuadas entrevistas semiestruturadas, o registo de informações no diário de campo e a observação não participante.

Com à observação participante, pretendia-se contrabalançar a investigação que valoriza a fala, com a que avalia a ação, a teia das relações que se desenvolve nas fronteiras. Assim na qualidade de pesquisador houve momentos de envolvimento real com a comunidade fronteiriça ou grupo de *mukheristas*, agentes de fronteiras e outras categorias de indivíduos que trabalham nas fronteiras, incorporando-se ao grupo e/ou confundindo-se com ele. Houve momentos em que o pesquisador teve que se transformar em *mukherista*.

Em alguns casos a observação direta consistiu na assistência de algumas reuniões da Associação *Mukhero* e convívios sociais “*xitiques*” praticado pelas *mukheristas*. A participação nestes ambientes visava criar maior proximidade com as *mukheristas* com vista a facilitar a recolha de informações através de conversas informais e também perceber a rede de solidariedade envolvendo as *mukheristas*.

Além disso, no âmbito deste estudo, utilizou-se diário de campo visando registrar as percepções e interpretações (como pesquisador) a partir das experiências no campo empírico. Essas percepções e interpretações foram descritas de forma simples, sendo que se buscou, de forma espontânea, estar atento a todos os fatos sociais e fenómenos relacionados com o problema da pesquisa. Deste modo, as anotações feitas incluíram especulações, sentimentos, problemas, ideais, impressões, preconceções, dúvidas, incertezas, surpresas e decepções.

A observação direta permitiu compreender o funcionamento do sistema informal da economia no contexto social e espacial onde se desenvolveu a pesquisa, a prática do comércio, as relações laborais estabelecidas entre os intervenientes na fronteira, refirme a comerciantes, autoridades governamentais e transportadores, a rede de solidariedade entre os comerciantes, o seu modo de vida e organização social. A observação direta levou-nos a conclusão de que existe um *ethos* fronteiriço<sup>1</sup> envolvendo as várias categorias de informantes que foi alvo de pesquisa neste trabalho.

Para a coleta de dados efetuou-se várias visitas as fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia, aos mercados de aquisição de mercadorias na África do Sul e Suazilândia e ao principal mercado informal na Cidade de Maputo (Mercado Informal do Zimpeto) o que permitiu também uma coleta de informações. Visitou-se ainda a sede da Associação *MUKHERO* localizado na Cidade de Maputo, as representações das Associações de Comerciantes Informais Transfronteiriços presentes na fronteira de Ressano Garcia como a Associação *MUKHERO*, AMIM e ASSOTSI bem como a Terminal Rodoviário de Mercadorias de Ressano Garcia (Fronteira de Paragem Única).

A observação não participante consistiu no registo de imagens fotográficas e elaboração de mapas geográficos temáticos. Esta técnica permitiu confrontar os dados recolhidos a partir das entrevistas, pesquisa bibliográfica e com a realidade observada no terreno. O registo das imagens por máquina fotográfica permitiu ilustrar algumas atividades realizadas no âmbito do comércio informal transfronteiriço e diferentes tipos de produtos comercializados. A observação não participante visava também dentre vários elementos compreender as práticas e discursos dos *mukheristas* em toda a sua extensão da atividade do comércio informal transfronteiriço, ou seja, desde a compra, a travessia na fronteira e até a revenda no território moçambicano.

Os mapas geográficos selecionados permitiram analisar as distâncias percorridas pelos *mukheristas* das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia para as regiões de aquisição de mercadorias na Suazilândia (na Cidade de Manzini) e África do Sul (nas cidades de Durban, Komatiport, Nelspruit e Johannesburg).

---

<sup>1</sup> A noção de *ethos* de fronteira é emprestado para a presente pesquisa da área de antropologia e refere-se a uma situação típica de mobilidade fronteiriça envolvendo os vários intervenientes como os comerciantes, agentes de fronteiras (guardas de fronteira e agentes alfandegários), transportadores rodoviários, agentes cambistas informais, etc. Nesta interação constrói-se um discurso baseado em fatores sociais, ambientais, económicos. Este discurso é compreendido em primeira instância pelos intervenientes que por vezes funciona como redes de solidariedade, atitudes, comportamento típico e intimidades entre os envolvidos.

Para a realização da pesquisa optou-se pela aplicação do método de análise qualitativa, concretamente história de vida que consistiu em algumas entrevistas semi estruturadas a diversos intervenientes no processo de “*mukhero*” o que permitiu a recolha aprofundada da informação baseada na trajetória de vida como comerciante informal. Com este método de análise foi possível coletar informações de cinco (5) diferentes categorias de informantes a destacar:

- a) **Comerciantes informais (CI)** – cento vinte e cinco (125) importadores informais incluindo o Presidente da Associação dos Vendedores e Importadores do Setor Informal de Moçambique “*Mukhero*”. Nas entrevistas a este grupo principal da pesquisa considerou-se aspetos como: identidade, faixa etária, estado civil, região da origem, grau de escolaridade, tamanho da família, modo de funcionamento do trabalho, os ganhos económicos e sociais obtidos a partir da atividade realizada, fontes de financiamento, mercadorias comercializadas e as dificuldades enfrentadas no âmbito do trabalho realizado.
- b) **Autoridades Governamentais (AG)** - quinze (15) funcionários da Alfândegas, dois (2) gestores das Alfândegas afetos aos dois postos fronteiriços, dois (2) funcionários dos Serviços de Migração e dois (2) guardas de fronteiras;
- c) Quatro (4) **Operadores Aduaneiros Privados (OAP)**;
- d) Cinco (5) **carregadores de fronteira conhecidos por “Gai-Gai” (GG)**;
- e) Cinco (5) **motoristas das *mukheristas* (MMK)**.

Na realização das entrevistas com as comerciantes informais transfronteiriços, vulgarmente chamadas *mukheristas* (principais alvos da pesquisa) observou-se que as suas idades variam entre 25 à 50 anos, possuindo nível de Ensino Primário à Secundário do Primeiro Ciclo, ou seja, com escolaridade entre 4<sup>a</sup> e 10<sup>a</sup> Classes. Ao iniciar as entrevistas, as entrevistadas eram informadas sobre os aspetos éticos implicados na pesquisa depois de prestados todos os esclarecimentos necessários. Cada entrevista teve uma duração média de trinta minutos, exceto uma, com o Presidente da Associação *Mukhero* que se estendeu por duas horas. Em algumas entrevistas, efetuou-se o registro da voz através do gravador e realizaram-se anotações referentes aos dados pessoais, anotando também eventuais observações sobre o comportamento não-verbal das entrevistadas, bem como algumas formas peculiares de falar e variações no tom e na

velocidade da voz. Outras entrevistadas não aceitaram gravar o seu depoimento por receio das autoridades.

As informantes tiveram a oportunidade de forma livre e espontânea narrar as suas experiências e mostrar a sua visão pessoal sobre a prática do comércio informal transfronteiriço.

O roteiro das entrevistas semiestruturadas foi algumas vezes modificado durante o processo interativo em campo, sempre que percebia-se que determinadas questões não previstas estavam sendo colocadas pelas entrevistadas, parecendo ser para eles, de alta significância.

As modificações do roteiro original das entrevistas visavam também adequar-se à lógica própria do grupo ou, mesmo, suas múltiplas lógicas, levando em consideração que, em uma investigação qualitativa não se quantificam respostas, mas busca-se o ponto de vista dos entrevistados. A entrevista semiestruturada desenrolou-se a partir de um esquema básico, mas não foi aplicado rigidamente, permitindo adaptações realizadas no momento de efetivação da entrevista. Contudo, os depoimentos narrados permitiram também uma compreensão profunda sobre a importância e o lugar do comércio e o trabalho informal em Moçambique.

Concluídas as etapas de realização das entrevistas e observações diretas e não participante assim como o registo no diário do campo passou-se à compilação do material empírico coletado, procedendo à sua sistematização e sua subsequente análise.

No âmbito desta pesquisa, a análise do material levou em conta, de forma plena, todas as significações emergidas do contexto social e cultural que se pretendia compreender.

Por tratar-se de uma tarefa eminentemente interpretativa, buscou-se amparo no método da Análise de Conteúdo, buscando melhor compreensão de uma comunicação ou discurso, aprofundando suas características gramaticais, semânticas, ideológicas, entre outras, permitindo extrair seus aspetos mais relevantes.

O ponto de partida da análise do conteúdo e a informação (seja ela verbal, gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada), foram analisadas em três etapas.

Na primeira etapa, categorizou-se e catalogou-se o material, tendo o cuidado de não induzir ou interferir nas informações. No segundo nível da análise, realizou-se releituras para ter a certeza de que não houve falhas no processo de categorização dos informantes e das informações. Finalmente, na terceira etapa, realizou-se triagem das

informações, reunindo-se todas as fontes de informações e montando um “mosaico” único, que gerou o texto final.

Efetou-se uma exaustiva revisão bibliográfica sobre o tema, tendo se consultado livros, artigos de jornais e revistas, textos e comunicados de congressos, seminários, conferências e *workshops*, trabalhos de conclusão de licenciatura, dissertações de mestrado, teses de doutoramento e diversa legislação sobre a matéria.

O objetivo deste levantamento visava analisar as principais pesquisas desenvolvidas em Moçambique para compreender o contexto da emergência do comércio informal transfronteiriço e o grau de participação da mulher nesta atividade. Para o alcance destes objetivos o levantamento bibliográfico seguiu a lógica da natureza dos estudos efetuados, tendo-se dividido em: literatura sobre as relações de género e a participação da mulher na economia, sociedade e política e a emergência da economia informal e o peso da mulher nesta atividade.

Na análise da literatura sobre as relações de género e a sua participação na economia, sociedade e política constatou-se que a mesma testemunha duas abordagens no estudo da economia informal. A primeira é de carácter puramente económica e ligada às teorias do mercado de trabalho e a segunda é de natureza socioeconómica e histórica e prende-se com os determinantes institucionais e políticos que configuram este fenómeno (CHIVANGUE, 2012:8). A participação da mulher no comércio informal transfronteiriço, a qual faço um levantamento bibliográfico, enquadra-se na segunda abordagem.

No levantamento bibliográfico efetuado para aferir as relações do género e a sua participação na economia, sociedade e política constatou-se que o mesmo ganha algum interesse na pesquisa histórica, social e económica em Moçambique a partir da década 80. Em 1985, a UEM promoveu um seminário intitulado “A Mulher na Reconstrução Nacional em Moçambique”. Neste seminário participaram diversas organizações governamentais, não-governamentais e sócio profissionais que realizavam trabalhos ou pesquisas sobre a Mulher em Moçambique. Após este seminário nacional, outros estudos e seminários foram organizados pela UNESCO versando sobre a participação das mulheres no processo da Luta de Libertação Nacional e o seu papel e atividades nos países recém independentes de África. O seminário nacional organizado pela UEM apontou a necessidade de se realizarem mais pesquisas sobre a mulher. Deste modo, alguns pesquisadores da mais antiga universidade pública em Moçambique, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), criaram o Núcleo de Estudos da Mulher

(NEM), unidade orgânica do Centro de Estudos Africanos (CEA) da UEM em 1989. Este Núcleo passa a dar visibilidade aos estudos e pesquisas que se vinham realizando desde meados da década 80 e inicia as suas atividades com alguns planos a considerar: Coordenar, a nível de Moçambique, o projeto “A Situação Legal da Mulher e o Direito de Alimentos na região da África Austral e estabelecer contactos com as organizações governamentais, não-governamentais moçambicanas, regionais e internacionais com vista a realizar projetos de investigação e consultorias de acordo com os objetivos definidos pelo NEM (CASIMIRO & ANDRADE, 2005: 15).

Três anos após a criação do NEM conclui-se que ela tinha alcançado seus objetivos e em alguns casos ultrapassados as expectativas, daí que a direção do CEA decidiu transformar o NEM em Departamento de Estudos da Mulher e Género (DEMEG). Este Departamento constituído por uma equipa interdisciplinar de historiadores, sociólogos, antropólogos, engenheiros agrónomos, geógrafos e economistas criaram as seguintes áreas de trabalho: Mulher e Lei, Mulher e Força de Trabalho, Mulher e Meio Ambiente, Mulher e Comportamento Reprodutivo. Pela primeira vez os pesquisadores de uma universidade pública em Moçambique se interessaram em analisar as relações de género e a sua participação económica ao criar o setor de trabalho **Mulher e Força de Trabalho**. Este setor de trabalho tinha como objetivos analisar a situação da mulher no setor formal e informal da economia assim como a dinâmica da força de trabalho feminina. Porém, desde a sua criação em 1991, o DEMEG não foi capaz de produzir ou realizar pesquisas específicas relacionadas a participação da mulher no comércio informal. Os avanços alcançados pelo DEMEG foram significativos na área da Mulher e Lei onde foi possível publicar alguns estudos importantes como **A mulher perante o Direito a Alimentos** (1990-1992) e **A mulher perante o Direito de Propriedade e Sucessão** (1992-1993). Mas, os estudos realizados pelo DEMEG foram fundamentais porque despertaram as organizações da sociedade civil e órgãos governamentais sobre a necessidade de dar voz as mulheres. Foi neste contexto que na década de 1990, surgem algumas associações de mulheres, tal como MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento em Moçambique) e Fórum Mulher-Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento).

Com vista a compreender a dimensão de pesquisa académica realizada com abordagem no género Nhantumbo e Meneses (2005) efetuaram um levantamento em cursos realizados na UEM nos últimos 25 anos. O objetivo deste inventário prendia-se com a necessidade de caracterizar as temáticas e os conteúdos predominantes das

atividades realizadas ou em curso na UEM no período compreendido entre 1975 e 2000. Em função da periodização referida, foi possível agrupar as temáticas estudadas em três períodos principais:

Para o primeiro período, de 1975 à 1980/2, constatou-se que a base temática de pesquisa deste período tinha a ver com a emancipação da mulher, a partir da sua experiência na Luta de Libertação Nacional. Deste modo, houve preocupação em estudar os papéis da mulher no Processo de Luta Armada e sua participação nas atividades produtivas e na comunidade. Assim, foram considerados na análise a participação da mulher no trabalho agrícola, doméstico e também a questão da promoção de igualdade de direitos na esfera produtiva. Outros estudos ligados a área ambiental realçam a mulher como elemento negativo na degradação do ambiente, sobretudo relacionado ao desflorestamento com vista a utilização do combustível lenhoso (Ibid.: 108).

Para o segundo período de 1982 à 1990/2, constatou-se que começam a surgir pesquisas com uma nova abordagem teórico-metodológica relacionado aos papéis do género. Esta abordagem resulta da influência feminista no mundo a partir da década 80 e o retorno ao País de alguns quadros nacionais formados no estrangeiro e que começam a questionar os papéis sociais do género em Moçambique. Surgem deste modo, alguns estudos que reconhecem o papel da mulher na economia do País. Os estudos na sua maior parte questionam a Gestão dos Recursos Naturais pela mulher e os seus efeitos na degradação ambiental e outros analisam a participação da mulher no comércio informal. Também encontraram algumas pesquisas que relacionam a questão do Género e Poder (papel da mulher na família, na esfera pública, violência doméstica, herança e sucessão, direitos a alimentos e os efeitos da guerra civil nos papéis sociais do género) (Ibid.: 109).

Para o terceiro período de 1992/3 à 2000 constatou-se que é fortemente marcado pela influência das políticas de reajustamento estrutural que altera drasticamente as relações de género. Neste período encontraram pesquisas relacionadas ao Género e Poder (Económico, Político e Social) e Género e Ambiente. Neste período discute-se de uma forma específica e analisa-se a situação da mulher e acesso à justiça, a mulher e sua participação no poder executivo e legislativo, a mulher e a sua representação nas Organizações da Sociedade Civil (religiosas e organizações sociais da mulher). Neste período foram realizadas numerosas consultorias sobre a temática de género (Ibid.: 110).

De 1994 à 1999, o Governo de Moçambique começou a integrar nos seus programas quinquenais a perspectiva do género. Algumas ações foram concretas como a instituição da Comissão de Assuntos de Género e Ambiente na Assembleia da República e a criação do Ministério da Mulher e da Coordenação de Ação Social (CASIMIRO & ANDRADE, 2005: 17).

Daí, para diante foram surgindo outras organizações não-governamentais que lidam com assuntos do género e na agenda governamental passou a constituir uma preocupação permanente.

Há que realçar os estudos desenvolvidos pelo DEMEG não abordava a participação da mulher no setor informal da economia, mas é importante frisar que na década 90, destacaram-se alguns estudos efetuados sobre o setor informal da economia que explicam de certa forma o contexto histórico que permitiu a emergência deste tipo de economia fora do ambiente académico do CEA. Assim identificaram-se duas pesquisas a destacar: ABREU & ABREU (1996) e CHICHAVA (1998).

Os pesquisadores económicos Abreu & Abreu (1996) analisam nos seus estudos o peso económico-financeiro do setor informal na economia moçambicana e alertam para uma melhor organização do setor com intuito de facilitar a captação das receitas financeiras para o Estado enquanto Chichava (1998) advoga que a emergência da economia e do comércio informal, pequenos importadores (“*mukheristas*”) e retalhistas, em Moçambique, teve lugar a partir da década de 1980. Defende ainda que em 1983, houve as primeiras medidas de liberalização dos preços dos produtos hortícolas, vegetais e outros, que determinaram a emergência do setor informal em Moçambique. Para este autor, o ímpeto ao desenvolvimento de atividades informais na economia deu-se em 1987 com a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE) que era um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) patrocinado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.

Em meados dos anos 1990, o governo incentivou os operadores informais a organizarem-se em associações mas apesar disso, a sua abordagem no tratamento dos vendedores de rua e outros agentes económicos do informal continuou a ser de índole persecutória e discriminatória, sobretudo por parte das autoridades municipais (CHIVANGUE, 2012:11). Apesar do setor informal ser considerado como “setor de última instância”, isto pode ser o caso para muitos, mas dados recolhidos em meados dos anos noventa, constataram que uma grande proporção dos operadores do setor informal estava a ganhar substancialmente mais do que os trabalhadores assalariados de

nível inferior. Dada a diversidade do setor e os antecedentes económicos dos que operavam dentro dele, não é surpreendente que os estudos demonstrassem uma variação muito ampla de rendimentos do setor (CHIVANGUE, 2012).

Contudo, da leitura feita sobre a pesquisa realizada na década 90, pelos três autores Abreu & Abreu e Chichava, a análise sobre a situação das mulheres e a sua participação no comércio informal foi nula, tendo cingido simplesmente a contextualizar a emergência da economia informal à luz de fatores conjunturais e o seu peso económico na economia formal.

Porém, a partir do ano 2000 reacende o debate em torno da economia informal suscitando estudos contraditórios e por vezes complementares sobre a emergência deste setor da economia. Neste debate existem estudos que apontam o surgimento do setor informal em Moçambique, para períodos anteriores a introdução do PAE como por exemplos os estudos de Baptista - Lundin & Taylor (2003, 2011) e de Francisco & Paulo (2006) que apontam para o período da economia centralmente planificada ou seja entre 1975, ano da independência nacional, até 1987, ano da introdução do PAE em Moçambique. Contudo, Mosca (2005) aprofunda essa análise situando o fenómeno na década 80, associando-o à crise de escassez que na época atravessava a economia moçambicana motivada pela quebra da produção. Esta situação, ocorrendo num contexto em que a guerra civil vitimizava o país, gerou um fenómeno altamente reprimido pelo Estado Socialista, vulgarmente conhecido por *candongas*<sup>2</sup>, que resultava da fuga de produtos do mercado formal para o setor informal, em parte resultante dos efeitos da liberalização do mercado que passa a estar em vigor com a introdução dos PAE's como anteriormente se descreveu.

As pesquisas efetuadas a partir do ano 2000, ao nível das instituições governamentais, mostram que a necessidade da compreensão deste fenómeno ganha

---

<sup>2</sup> *Candongas* foi considerada pela FRELIMO (Partido libertador de Moçambique) durante o período desde a Independência até a década de 1980 como contrabando que abrange o comércio transfronteiriço de mercadorias para posterior revenda. *Candongas* também referia-se a qualquer forma de revenda de mercadorias no mercado informal e isto levou a duras sanções penais para os envolvidos. É de referir que neste período Moçambique vivia num sistema de economia centralmente planificada “experiência socialista” onde funcionava as chamadas lojas do Povo abastecidas e fiscalizadas pelas entidades governamentais. Qualquer forma de especulação de preços ou açambarcamento de mercadorias era considerado crime com penas pesadas que variavam desde a condenação superiores a 12 anos de reclusão e em alguns equivalia a pena de morte. Para o cumprimento desta medida, o Governo criou Brigadas Populares de Fiscalização que tinha a função de vigiar os possíveis especuladores.

terreno através dos resultados do primeiro inquérito nacional sobre o setor informal realizado em 2004 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que aliás, foi o primeiro levantamento estatístico do setor informal a nível do país. O tamanho ou a dimensão do setor informal tem estado sujeito a algum debate, mas todas as estimativas indicam uma contribuição importante. Em Maputo-Cidade e Província de Maputo, constatou-se ser o setor que garante a maior fonte de emprego (principalmente autoemprego) para as mulheres. Dados preliminares do estudo do INE sobre o setor informal, consideram que o setor agrícola domina esmagadoramente com a participação duma grande maioria da população com idade maior a seis anos. A desagregação dos dados mostravam que as atividades do setor informal não agrícola, absorviam quase 600.000 indivíduos, contra ligeiramente mais de um milhão de indivíduos absorvidos pelo setor formal (incluindo a agricultura). O comércio e serviços (excluindo os transportes) correspondem a ligeiramente mais de três quartos dos participantes do setor informal não agrícola. De particular importância para os operadores micro financeiros, é que 42% de todos os envolvidos no comércio, somente 48% daqueles que proporcionam serviços, estão localizados ou na Província de Maputo ou em Maputo-Cidade (capital do país) (INE, 2006). Analisando os dados estatísticos do INE pode-se referir que no cômputo geral segundo Tvedten (2008), citando os relatórios do Ministério de Saúde de Moçambique (2005), do INE (2006) e do Banco Mundial (2007) que 55% das mulheres tem a sua participação económica no país, dos quais 3,9% atuam no setor formal e restante percentagem encontram-se no setor informal. Estes dados fornecidos pelas entidades governamentais demonstram o esforço empreendido pelas mulheres para o sustento dos seus agregados familiares, para seu empoderamento socioeconómico e a contribuição socioeconómica da sua atividade para o país.

O primeiro inquérito sobre o setor informal levado a cabo pelo INE ao trazer dados quantitativos sobre o setor informal alimentou várias pesquisas sobre a matéria e o interesse em analisar a situação da mulher na economia informal. Apesar de se reconhecer que a mulher jogava um papel importante nesta atividade até a altura da realização do inquérito não havia dados objetivos (quantitativos) que pudessem sustentar as pesquisas.

Desde da publicação do Inquérito em 2006, três (3) trabalhos de conclusão de licenciatura em História (Manganhela em 2006, Muendhane em 2006 e Mutheto em 2011), dois (2) trabalhos de conclusão de licenciatura em História Política e Gestão Pública (Hatia em 2011 e Parafino em 2012) e duas dissertações de mestrado (Léa

Barreau-Tran em 2011 e Chivangue em 2012). Outras pesquisas foram elaboradas sobre o assunto com destaque para os estudos efetuados por Athmer et all. (2006), Francisco & Paulo (2006), IPEX (2007), Dulobo (2008), Instituto Nacional de Estatística (2009), Mosca (2009), Mas antes do primeiro inquérito do INE, foi elaborada em 2000, uma interessante pesquisa sobre o comércio informal transfronteiriço entre Moçambique e África do Sul pela pesquisadora sul-africana Sally Ann Peberdy da University of the Witwatersrand da África do Sul. Neste estudo de Peberdy (2000) realizado em Moçambique e na África do Sul entre 1999 a 2000 identificou as principais mercadorias de troca entre ambos países. Na sua pesquisa concluiu que a proporção de mulheres moçambicanas envolvidas neste comércio superava as dos homens, ou seja, dos 101 comerciantes informais moçambicanos por ela pesquisados, 72 eram mulheres (equivalente a 71,3%) e 29 eram homens (equivalente a 28,7%).

Peberdy (2000) analisou a idade, estado civil e o nível de escolaridade das mulheres tendo chegado a conclusão de que as mulheres que realizavam este comércio em termos de idade situavam-se no intervalo de 25 a 39 anos e nenhuma era casada oficialmente, ou seja eram solteiras ou viviam maritalmente e 36,1% delas não tinham completado o ensino primário (fundamental), o que reforça a ideia de que esta atividade constitui um meio de sobrevivência para alguma camada social da população não escolarizada, sabido que para trabalhar no emprego formal exige-se como habilitação pelo menos a conclusão do nível primário (nível fundamental).

O estudo de Peberdy (2000) sobre o comércio informal transfronteiriço entre África do Sul, Suazilândia com as fronteiras do sul de Moçambique é vulgarmente denominado de “*Mukhero*”<sup>3</sup>. Este termo é também usado por restantes pesquisadores sobre a matéria a partir do ano 2005 e a expressão é atualmente bastante popularizado ao nível da zona sul do País. Esta expressão chegou a ser utilizada por Manganhela (2006) ao incluir no seu título de trabalho de conclusão de licenciatura em História cujo título é “*a influência do “mukhero” nas receitas das Alfândegas de Moçambique: o caso da fronteira de Namaacha (1987 - 2005)*”. Neste estudo a pesquisadora refere que a atividade do “*mukhero*” veio dar um grande impulso ao setor informal na Cidade de Maputo, no final da década de 1980, num período em que o país atravessava grandes

---

<sup>3</sup> *Mukhero* o termo veio do inglês “*carring*” que significa carregar, levar, transportar. É uma forma de comércio transfronteiriço informal, desempenha um papel importante na realização das trocas comerciais no que diz respeito ao abastecimento de produtos e, em muitos casos, preenche o espaço que o setor formal de importação não consegue cobrir. *Mukhero* é o processo no qual jovens e mulheres transportam mercadorias na cabeça para fugir ao fisco na fronteira de Namaacha e Ressano Garcia (MANGANHELA, 2006).

mudanças políticas e socioeconómicas, resultantes da adoção do Programa de Reabilitação Económica.

Quanto a participação de mulheres nesta atividade Manganhela acrescenta que “em 1990 o comércio já havia superado a agricultura como a principal atividade para as mulheres em Maputo” (4). Ainda sobre a participação das mulheres na atividade do setor informal Muendhane (2006) no seu trabalho de conclusão do curso de licenciatura em História cujo título é “a dinâmica migratória de moçambicanos para Suazilândia e transformações socioeconómicas nas comunidades locais de Namaacha”, refere que com a fome no período de 1981 – 84, centenas de mulheres moçambicanas atravessavam a fronteira com destino a Suazilândia (passando pela fronteira de Namaacha) comprando produtos e artigos de plástico, potes e estatuetas para vender e voltavam com produtos da primeira necessidade para revender e abastecer o mercado local na Cidade de Maputo. Tanto Manganhela (2006) como Muendane (2006) abordam a participação das mulheres no comércio informal transfronteiriço e vão mais longe ao considerar que esta atividade teve repercussões nas famílias dos operadores desta atividade na Cidade de Maputo onde muitas das vezes uma percentagem considerável é chefiada por mulheres<sup>4</sup> tal como se reconheceu no estudo efetuado em 1999 e 2006 pelo INE (INE, 1999; INE, 2006). Esta visão também é partilhada por Mutheto (2011) que acrescenta algo interessante ao considerar que os “*mukheristas*” têm uma vital contribuição para o Estado moçambicano. Para além do que pagam nas estâncias aduaneiras, tem outras obrigações fiscais diárias dentro do Município da Cidade de Maputo, bem como no pagamento dos impostos à Autoridade Tributária de Moçambique. Acrescenta ainda que a atividade do “*mukhero*” cria autoemprego para os próprios operadores, emprego para os seus próximos como familiares, amigos, vizinhos desempregados, etc. Abastece os mercados formais e informais em produtos frescos, loiça diversa, cosméticos, eletrodomésticos, vestuário e produtos diversos, contribuindo de certa forma para a dinâmica económica.

Mosca produziu em 2011, o artigo *Pobreza, economia informal, informalidades e desenvolvimento* que foi apresentado numa das conferências organizada pelo Instituto de Estudos Económicos e Sociais (IESE) em Maputo. Neste artigo Mosca analisa como a economia informal e as informalidades da economia e da sociedade são um fator de

---

<sup>4</sup> Segundo o INE baseando-se nos dados de 1997, em Maputo Cidade há 178.8 mil agregados familiares, dos quais 127,6 mil, ou 71.4%, são chefiados por homens e 51, 2 mil, ou seja 28,6 % por mulheres. É de realçar que a percentagem de agregados familiares chefiados por mulheres é aproximadamente 20% segundo as estatísticas das Nações Unidas de 1995, sobre as mulheres no mundo (INE, 1999:6)

reprodução da riqueza e da pobreza. Entende-se por informalidades no estudo por ele efetuado como todas as relações de natureza económica, jurídica, sociais ou burocráticas que não estando reguladas parcial ou totalmente, existem e fazem parte das regras de funcionamento da sociedade e contribuem para que os padrões de reprodução da sociedade e economia persistam. Define-se neste trabalho por padrão de acumulação ao modo que se realiza e é apropriada a riqueza, como se distribui, os mecanismos de transferência intersectorial de valor, como é utilizada (principalmente em investimentos e no consumo), que relações sociais sustentam e reproduzem e como o poder participa, integra-se, facilita ou dificulta a acumulação (MOSCA, 2011).

Quanto as relações de género e sua a inserção na economia informal Mosca (2011:3) considera que:

*“O comércio “informal” representa alterações significativas no papel do género na sociedade e economia, .... De uma posição subalterna, dependente e sujeita às funções e ritos tradicionais, as mulheres, também através da economia “informal” (sobretudo no comércio), começaram a assumir um papel ativo e direto na integração do mercado das famílias e de afirmação pessoal, com obtenção de rendimentos e geração de riqueza. Este processo foi e é de rutura, e portanto, cria conflitos com reestruturações na divisão social do trabalho no seio das famílias e das comunidades e configura novas relações de poder entre o homem e a mulher.*

*A sobrevivência destas economias assenta, em alguns casos, em relações familiares ou de proximidade e em laços de solidariedade e de cooperação e, em outras situações, em circuitos nem sempre transparentes. A geração de riqueza é limitada pela escala e tipo de atividades e, conseqüentemente, a poupança e o investimento são insuficientes para a reprodução ampliada do capital e o desenvolvimento. As relações sociais estabelecidas baseiam-se na confiança, são pouco ou nada profissionalizadas e as regras não são normalizada”.*

A afirmação de Mosca sobre o papel ativo e direto que a mulher passa a ostentar, derivado dos ganhos que obtêm do comércio informal é corroborado por Mutheto (2011) quando este analisa o impacto do “*mukhero*” na economia familiar e no empoderamento económico da mulher. Francisco e Paulo (2006) na pesquisa efetuada cujo título é o “*Impacto da economia informal na proteção social, pobreza e exclusão. A dimensão oculta da informalidade em Moçambique*” considera que a atividade do

setor informal constitui excelente alternativa de emprego à pessoas que não são absorvidas pelo setor formal e que em muitos casos este setor informal acaba alimentando o formal. Os autores referem ainda que apesar deste setor de economia informal não beneficiar os envolvidos do ponto de vista de proteção social formal, os envolvidos acabam criando redes informais de proteção através de poupanças denominadas “*xitiques*”.

Os estudos desenvolvidos por Njauala (2005) e Hatia (2011) focalizam as suas atenções no estudo da evolução de dois mercados informais (Mercado do Museu e do Estrela Vermelha) existentes na Cidade de Maputo. Os dois autores analisam as dinâmicas do comércio nestes mercados.

Outro interessante estudo tendo como foco a fronteira de Ressano Garcia foi realizado por Léa Barreau-Tran (2011), que analisou o processo histórico da emergência dos *mukheristas*, as alterações nas relações de género que a prática do comércio informal transfronteiriço vai proporcionar. Esta pesquisa pode se considerar como o primeiro estudo realizado em Moçambique que se preocupa em compreender o lugar da mulher nesta prática comercial.

Por sua vez, Parafino (2011) analisa as práticas do contrabando e dos contrabandistas na fronteira de Namaacha e os efeitos na coleta da receita aduaneira por parte do Estado. Neste estudo o autor não deixa claro se os contrabandistas são homens ou mulheres. Parafino aponta a corrupção por parte dos agentes estatais (funcionários da Alfândega, da Migração, os Guarda de Fronteira e a Polícia de Proteção Civil) como um dos fatores principais da vulnerabilidade fronteiriça.

Partindo do pressuposto que o comércio informal transfronteiriço implica movimentos migratório frequentes de Moçambique para África do Sul, efetuou-se um levantamento de estudos efetuados neste campo onde foi possível perceber que o trabalho migratório de Moçambique para África do Sul é um processo histórico que ocorre na África Austral desde o século XVIII. Das várias pesquisas efetuadas neste âmbito destacamos os estudos: De Brito (1980), Covane (1989, 1996), projeto da Southern African Migration Population (SAMP), a partir de 1998, Muanamoha (2008), Raimundo (2009) e Saide et all (2012).

Poe exemplo De Brito (1980) no seu artigo “*Dependência Colonial e Integração Regional*”, a partir da análise da exportação da região sul do Save para as minas demonstra como é que Portugal serviu para acumulação do capital da África do Sul ao mesmo que a economia de Moçambique se tornava dependente da economia sul-

africana. Enquanto Covane (1989) na sua obra “*As relações económicas entre Moçambique e África do Sul, 1850-1964*” estuda os acordos, convenções, tratados, regulamentos que durante ao longo de muitos anos caracterizam a natureza e dinâmica das relações entre Moçambique e a África do Sul, particularmente a mão de obra moçambicana para as minas. O mesmo autor na década 90 alarga a sua pesquisa para o impacto económico e sociocultural nas comunidades dos emigrantes. Assim, Luís Covane (1996), na sua tese de Doutoramento- *Migrant labour and agriculture in Southern Mozambique with special reference to lower Limpopo, 1920/1992*, mostra como é que o sul foi gradualmente integrado por dentro da economia regional e se transformou numa reserva de mão-de-obra para as minas de diamantes e de ouro, em particular para a economia e sociedade do baixo Limpopo, bem como, gradualmente, as populações do baixo Limpopo com proventos do trabalho de minas investiram na agricultura, quiosques e transporte, melhorando deste modo, a vida do agregado familiar.

Os estudos da SAMP<sup>5</sup> sobre o trabalho migratório agregaram vários pesquisadores da região austral da África, a partir de 1998 e abordaram questões tais como: migração, xenofobia, direitos humanos, sexualidade, propagação do HIV/SIDA, indocumentados, repatriados, género e migração, envio de remessas resultantes do trabalho migratório e desenvolvimento na África Austral.

Muanamoha (2008) na sua tese de Doutoramento, *The Dynamics of Undocumented Mozambique Labour Migration to South Africa*, demonstra que o trabalho migratório de moçambicanos indocumentados para África do Sul é um processo sustentado através das redes sociais que apoiam o processo de adaptação e também permitem os emigrantes fazer múltiplas entradas na África do Sul. Também argumenta que o fim de emigração dos indocumentados requiere a criação de

---

<sup>5</sup> É um programa de pesquisa relacionados as migrações na região da África Austral e envolve instituições de pesquisa dos seguintes países: Botswana (Universidade de Botswana), Moçambique (Centro de Estudos da População da Universidade Eduardo Mondlane), África do Sul (Universidade de Wits, Universidade de Cape Town e Instituto para a Democracia na África do Sul), Suazilândia (Universidade de Suazilândia), Zâmbia (Universidade da Zâmbia), Zimbabwe (Universidade do Zimbabwe) e Canadá (Universidade de Queen's). Este projeto conta com apoio da Organização Mundial de Migração, Projetos Internacionais Metropolitanos, Programa de Facilitação do Mercado Regional (RTFP), RENEWAL e PHAMSA. As linhas de pesquisa deste projeto são: **Migração e Desenvolvimento** (contrato de trabalho migratório, migração e xenofobia, políticas nacionais de imigração), **Género e Migração** (migração e comércio feminino, vozes migrantes, migração e dinâmicas internas), **Migração Temporária para o Emprego** (nos setores da indústria mineira, agricultura comercial, construção civil e industrial entre outros), **Migração e Saúde Populacional** (vulnerabilidade dos migrantes para doenças infecciosas como HIV/SIDA), **Operações e Gestão de Fronteiras e Diáspora e Migração Transnacional**.

oportunidades de trabalhos nas regiões de partida/saída particularmente nas zonas rurais.

Raimundo (2009) na sua tese de Doutoramento *Gender, choice and migration-household Dynamics and urbanisation in Mozambique* defende que a migração em Moçambique continua a seguir as antigas rotas de comércio e trabalho migratório tanto para o norte como para o sul. Analisando a estrutura dos agregados familiares e da construção das relações de género e suas ligações com a migração, a autora demonstra que as mulheres do norte de Moçambique ainda continuam ligado as normas patriarcais enquanto as mulheres do sul ganharam uma relativa liberdade para se movimentarem (emigrarem) da sua terra natal sem autorização prévia dos homens. Em Moçambique, acrescenta a autora as mulheres, tornaram-se emigrantes independentes da estrutura formal masculina de autorização tanto da sociedade patriarcal como na matrilinear primeiramente devido as mudanças rápidas trazidas pela emancipação da mulher, uma ideologia introduzida pelo governo da FRELIMO em 1975.

Saide & Pitrosse (2012) na pesquisa intitulada *O Trabalho Migratório de Moçambicanos nas Farmas da África do Sul, 1975-Presente*, começam por apresentar um breve historial sobre o trabalho migratório de moçambicanos para África do Sul com vista a compreensão do fenómeno migração no âmbito das dinâmicas socioeconómicas, culturais e de segurança na atualidade. Mas, o estudo concentra-se sobre na análise dos grupos de moçambicanos que trabalham nas farmas agrícolas na África do Sul. Aqui os autores fazem levantamento exaustivo de vários elementos que explicam o percurso de emigrantes de Moçambique até a região vizinha, as características demográficas dos emigrantes, razões da sua migração, formas de entrada e obtenção de trabalho/emprego emigrantes, condições de trabalho e alojamento, salário e sua utilização.

A revisão bibliográfica, permitiu, por um lado, compreender os papéis sociais do género em Moçambique, o estágio da pesquisa académica relacionadas a abordagem do género, o contexto histórico da emergência da economia informal e do comércio informal, a tradição dos movimentos migratórios na África Austral e o estágio da pesquisa académica relacionadas a economia informal ao nível de Moçambique em particular e África no geral. Por outro lado, permitiu constatar que apesar de alguma literatura a partir do ano 2000 fazer referência a participação da mulher na economia informal, não existem estudos concretos e profundos (estudos de caso referentes as fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia) que permitam explicar fenómeno da

participação da mulher no comércio informal transfronteiriço em Namaacha e Ressano Garcia com objetividade. Esta pesquisa documental antecedeu e acompanhou o trabalho de campo, ou seja, as entrevistas, inquéritos, observação direta e não participante.

Durante os anos de 2013 e 2014, as Associações do Comércio Transfronteiriço da África Austral realizaram dois seminários regionais envolvendo as mulheres representantes das associações do comércio informal transfronteiriço de alguns países da SADC tais como: Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe.

O seminário de 2013 decorreu na Cidade de Johannesburg-África do Sul, no dia 11 de julho. Neste encontro foram apresentados e discutidos os seguintes assuntos: Protocolo Comercial da SADC; Protocolo da SADC sobre o género e desenvolvimento; progresso da implementação das medidas de Integração Regional, sobretudo relacionadas as ações de cada Estado membro da SADC; baixos níveis de segurança nos postos fronteiriços sobretudo para as mulheres comerciantes e elevados níveis de corrupção por agentes de fronteira (guarda de fronteira e agentes alfandegários); barreiras linguísticas na atividade comercial; Regime Simplificado de Comércio e dificuldades de mobilidade dos comerciantes transfronteiriços.

O seminário de 2014 decorreu à 3 de julho, em Lusaka, capital da Zâmbia e visava refletir sobre os passos dados desde do último seminário e voltou-se a discutir os mesmos assuntos. Porém, neste seminário conseguiu perceber que os comerciantes transfronteiriços já tinham a compreensão dos dispositivos legais relacionados ao Protocolo Comercial da SADC e levantaram-se algumas questões que tem a ver higiene, saúde e segurança dos comerciantes. Neste aspeto, destacou-se alguns riscos que decorrem da atividade do *mukhero* sobretudo relacionadas as doenças de transmissão sexual como infeção do VIH/SIDA. O limitado acesso ao financiamento do crédito bancário; precários serviços de transporte; desconhecimento de algumas medidas do Protocolo Comercial da SADC e outros documentos complexos para o desembaraço fiscal e o reconhecimento da mulher como diferencial competitivo para o desenvolvimento económico dos países da SADC foram assuntos amplamente debatidos.

Os dois seminários permitiram refletir pela primeira vez os mecanismos de facilitação do comércio transfronteiriço envolvendo as mulheres. Ao se discutirem os documentos básicos do processo da Integração Regional na SADC capacitaram as mulheres para realizarem com “legalidade” as transações comerciais. Os seminários não

tiveram um carácter de decisão jurídica e administrativa, mas serviram para alertar os governos para a necessidade de se facilitar o comércio informal transfronteiriço.

Do ponto de vista de referencial teórico o estudo inspira-se em duas obras. A primeira é o estudo de Lautier, Miras & Morice (1991) em «*L'Etat et l'informel*» e segunda é de Bodson & Roy (2003) em «*Survivre dans Les Pays en Développement: approches du secteur informel*». No primeiro estudo Lautier, faz uma análise da informalidade nas relações de trabalho entre os cidadãos da América Latina. De seguida Miras adianta algumas propostas da reprodução do trabalho e do funcionamento do mercado de trabalho numa economia em desenvolvimento. Destaca-se nesta segunda parte, a análise do setor informal como suporte do poder do Estado. Na terceira e última parte da obra Morice analisa os mistérios e milagres da reprodução do trabalho informal. Apontam a privatização das instituições públicas como um caminho para a informalidade.

A segunda obra, os autores começam por fazer uma abordagem conceptual em torno da economia informal nos países em desenvolvimento e de seguida abordam as experiências do setor informal em países africanos, destacando alguns estudos de caso em Mali (Bamako), Senegal (Dakar), Rwanda e Camarões. Nestes estudos de caso, a preocupação dos autores foi analisar a criatividade e inovação da informalidade, as lógicas do funcionamento do mercado informal e as estratégias do negócio. É de realçar que a pesquisa realizada pelos autores é de cariz antropológico, tendo-se usado métodos de observação direta e história de vida. No final da obra debatem a questão da legalização do setor informal e neste debate apresentam várias questões de reflexão sobre a viabilidade ou não da formalização deste setor ao nível dos mercados informais em África.

Estruturalmente, para além de elementos pré textuais, introdução, a tese é composta por três capítulos a saber:

O primeiro capítulo analisa a evolução da economia de Moçambique, no período de 1975 – até ao Presente. Nesta análise em primeiro lugar analisa-se a economia de Moçambique considerando dois períodos da sua evolução económica pós independência: fase da economia centralmente planificada, 1975-1984 e a fase da economia de mercado, 1984-2016. Nesta última fase é onde encontramos gênese da economia informal. Por fim, o capítulo, discute o conceito de economia informal, entrando ao mesmo tempo no debate sobre a legalidade ou não da economia informal.

O segundo capítulo aborda o comércio informal transfronteiriço no sul de Moçambique, partindo de estudos de casos das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia, no período compreendido entre 1987 e 2016. Nesta abordagem caracteriza-se as fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia para melhor análise da génese do *mukhero* nas duas fronteiras. Discute-se se o *mukhero* deve ser compreendido como contrabando ou simplesmente prática de atividade comercial informal transfronteiriça. Por fim, analisa-se o *mukhero* considerando o período antes e depois da integração regional da SADC.

O terceiro capítulo analisa a participação da mulher no *mukhero* no sul de Moçambique, baseando no estudo de casos das mulheres que realizam a prática de comércio informal nas fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia. Caracteriza socioeconomicamente as mulheres *mukheristas*; as formas de financiamento do *mukhero*; os mecanismos da sua facilitação nas fronteiras; a vulnerabilidade fronteiriça e a “ fuga ao fisco” de mercadorias; a corrupção das autoridades governamentais; a percepção dos despachantes aduaneiros privados, autoridades governamentais e importadores informais sobre o *mukhero*; o *mukhero*: o impacto fiscal e nas relações de género e poder e o *mukhero* como *economie debrouille* ou como estratégia e escolha de vida?

Por fim temos a conclusão, referências bibliográficas e as fontes consultadas para a pesquisa, apêndices e anexos.

## **CAPÍTULO I**

### **A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE DESDE 1975 à 2016**

O capítulo analisa, a evolução da economia de Moçambique no período pós - independência, considerando dois momentos importantes. Primeiro, a partir da instalação do novo governo pós - independência e a orientação ideológica e política seguida pelo Governo assim como as políticas económicas e sociais adotadas. No segundo momento analisa-se as reformas económicas e sociais que o País adota a partir de 1984, que culminou com a introdução de um modelo económico diferente daquele que foi implementado nos primeiros anos da independência. Este segundo momento encontra condições propícias para emergência de iniciativa privada e conseqüentemente da economia informal em Moçambique. Por fim, o capítulo, discute o conceito de economia informal, entrando ao mesmo tempo no debate sobre a legalidade ou não da economia informal.

#### **1.1.Evolução do modelo económico de Moçambique pós independência**

##### **1.1.1. Modelo de economia centralmente planificada, 1975-1984**

Moçambique foi uma colónia portuguesa desde o início do século XX até 1975. Foram mais ou menos 45 anos de colonização efetiva, apesar de os portugueses terem chegado em Moçambique em 1498. Mas até a Conferência de Berlim em 1884/1885, Portugal não tinha conseguido montar uma “administração verdadeiramente colonial” visto que ainda tinha que enfrentar as resistências das comunidades locais diante da penetração do capital mercantil estrangeiro e à tentativa de dominação política nos moldes coloniais. O processo de resistência dos indígenas durou até 1920 com a derrota dos Macondes no Norte de Moçambique, considerado último reduto da resistência anticolonial em Moçambique.

Mesmo após a derrota dos indígenas, os portugueses não tinham capacidade financeira e administrativa para ocupar todo o território moçambicano, para além de que sofria constantes pressões da Inglaterra que tinha interesses em ocupar algumas zonas de Moçambique. Portugal viu-se obrigado a concessionar algumas regiões de Moçambique como forma de salvaguardar os seus interesses coloniais. Deste modo, concedeu a região norte de Moçambique (atuais Províncias de Niassa e Cabo Delgado), a Companhia do Niassa de capitais estrangeiros que explorou a região de 1894 à 1929, a região centro (atuais províncias de Manica e Sofala) ficou sob alçada da Companhia do



do Sul, torna necessário analisar a tradição do fenómeno migração para África do Sul e neste ponto de vista Saide et al (2012:136) considera que este fenómeno de migração

*“...desde o seu início foi caracterizado pela emigração clandestina e, para fazer face a este «mal», a administração colonial instituiu em 1891, o uso do passaporte e criou facilidade para embarque de trabalhadores nos portos de Lourenço Marques e Inhambane. Em 1896, respondendo a uma solicitação do governo sul-africano, a administração colonial portuguesa autorizou a emigração voluntária. No âmbito da introdução das medidas para regulamentar esta atividade em 1897, foi promulgada pelo então Comissário Régio Mouzinho de Alburquerque para o engajamento de indígenas para a República Sul Africana. Este regulamento dizia respeito aos trabalhadores moçambicanos que emigravam para as minas e não para as plantações. Contudo, este instrumento normativo oficializou uma prática que já era corrente ...A administração colonial regulamentou e criou estruturas para o controlo e proveito da atividade migratória.”*

É bem conhecido que a relação entre a colônia de Moçambique e os diferentes governos bóeres, britânicos e finalmente sul-africanos baseava-se na negociação, por um lado, do uso de caminho-de-ferro e do porto de Lourenço Marques (atual Maputo-Cidade) para o escoamento da produção e, por outro lado, da gestão conjunta de fluxo de emigrantes que iam trabalhar nas minas, segundo as necessidades de mão-de-obra das próprias empresas mineiras e retornavam a Moçambique depois de ter finalizado o contrato de trabalho. Este percurso de ida e regresso dos emigrantes foi desde os finais do século XIX, regulado por dois Estados para tirar o máximo lucro possível do trabalho dos migrantes (FARRÉ, 2009).

A consolidação da administração colonial em Moçambique ocorreu de 1926 à 1974 no período do Estado Novo. O regime do Estado Novo que se instala em Portugal teve um reflexo económico, político e social em Moçambique, porque o seu dirigente máximo, António de Oliveira Salazar promulgou alguns dispositivos legais que tiveram reflexo diretos em Moçambique, visto que,

*“Desde a promulgação do Ato Colonial de 1930 até meados dos anos 40, o esforço do Estado Português concentrou-se em incentivar entre*

*o povo da metrópole uma consciência imperial, procurando a sustentação da sua presença em África. Neste período, o regime desenvolveu fundamentos económicos, políticos e ideológicos, que norteariam a estratégia colonial na sua fase derradeira”*  
(GOMEZ, 1999: 43)

Portanto a intervenção colonial a partir deste período alargou o fosso da questão de género ao nível do poder e da experiência de várias outras formas. Os historiadores Isaacman (1996), Harries (1994) e Negrão (1995) observam que as obrigações do imposto colonial e do trabalho forçado empurram os homens para o trabalho assalariado, enquanto as mulheres assumiam o peso da produção agrícola familiar. Embora a experiência dos homens fosse muitas vezes dura, traumática sobretudo na zona sul de Moçambique e não recompensada, apesar de tudo o trabalho migratório e assalariado expandiu a experiência dos homens e frequentemente aumentou o seu poder económico relativamente ao das mulheres. Isto era particularmente assim na medida em que o papel não remunerado das mulheres, o de cuidar das crianças e na produção alimentar era reforçado pela ausência dos homens.

Isaacman (1996) explora os constrangimentos estruturais enfrentados pelas camponesas na era colonial e nota que estes eram quase e às vezes totalmente-esmagadores, como testemunhado pelos frequentes períodos de fome. Contudo, através de entrevistas com mulheres rurais em Moçambique, ele demonstra que as mulheres não eram vítimas passivas deste processo brutal.

Assim, em resposta às pesadas exigências do trabalho impostas pelo cultivo forçado do algodão: “ *[as mulheres] organizavam trocas de trabalho, puseram de lado antigos tabus e divisões de trabalho de acordo com o género, e dobraram as regras coloniais, [demonstrando] que as mulheres eram as principais arquitetas das estratégias de sobrevivência”* (ISAACMAN, 1996:10).

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), desencadeou a luta nacional de libertação do domínio colonial em 1964. Desde o início, e em paralelo com a sua filosofia de revolução socialista, a FRELIMO promoveu explicitamente a ideia de “emancipação da mulher”. De acordo com o então presidente Samora Machel, a revolução não estaria completa sem que as mulheres estivessem “libertas da opressão”. Esta abordagem da emancipação baseia-se principalmente no argumento de Frederick

Engels, de que a opressão das mulheres emergiu com a propriedade privada e vai acabar quando as mulheres forem trazidas para a produção social (isto é, formas não reprodutivas de produção), juntamente com os homens.

Esta abordagem estava na mesma linha da oposição da FRELIMO às práticas tradicionais, atrasadas, que se considerava oprimirem as mulheres. De acordo com a FRELIMO, estas incluíam o lobolo (o pagamento pela noiva), a poligamia e os ritos de iniciação sexual, nos quais se dizia que as mulheres aprendiam a submissão ao homem. Entretanto, a FRELIMO desmantelou o sistema de regulado, considerado explorador e condenado pela colaboração com regime colonial e isto permitiu uma democratização das reivindicações da terra, particularmente no sul patrilinear.

Contudo, não houve redistribuição relevante da terra pelos camponeses depois da independência. A FRELIMO nacionalizou toda a terra e seguiu uma política que favorecia uma agricultura de grande escala e de produção coletiva.

Desde a independência em 1975, até princípios dos anos 80, a preocupação da FRELIMO pela modernização rápida da economia levou a investir a maior parte dos recursos para a agricultura na promoção da produção mecanizada em machambas estatais de larga escala, enquanto as cooperativas agrícolas eram mais elogiadas do que auxiliadas. Portanto, a independência de Moçambique trouxe mudanças no equilíbrio geopolítico da região austral, afetando sobretudo o campo da emigração. Estas mudanças são derivadas dos seguintes fatores a considerar:

- *“Mudanças radicais da relações com África do Sul, tendo a FRELIMO entrado em confronto aberto com o regime de apartheid. Assim, tentou reduzir a emigração para enfraquecer a economia sul-africana, contribuir para o seu isolamento internacional e também queria aumentar a produção agrícola própria;*
- *As mudanças estruturais que vão ocorrendo após a independência vão contribuir para a queda da produção e pioram a eficácia dos sistemas de distribuição de mercadorias, associadas as calamidades naturais e guerra generalizada o que vai contribuir para a insegurança e frustração da maioria da população” (FARRÉ, 2009:3)*

Deste modo, a FRELIMO queria a redução de migrantes para garantir o aumento da produção, baseado numa lógica produtivista e protecionista, mas não teve impactos significativos na vida da população, para além de que muitos migrantes moçambicanos ignoravam a tensão política entre os dois Estados e continuavam a migrarem para a África do Sul de forma clandestina.

Mas, é preciso admitir que as políticas iniciais do Governo traduziram-se num número de ganhos significativos para as mulheres. A constituição da República Popular Moçambique ora independente, proclama direitos iguais para mulheres e homens, legitimando as reivindicações das mulheres sobre recursos, educação e participação política. A Organização da Mulher Moçambicana (OMM) - liga feminina da Frelimo organizou programas de alfabetização e educação de adultos com enfoque nas mulheres. Algumas mulheres conseguiram emprego nas machambas estatais, nas fábricas, ou outros trabalhos assalariados. Muitas mulheres adquiriram posições de liderança nas novas cooperativas agrícolas, na vida política local e nos tribunais populares ou tribunais seculares.

No entanto, críticos feministas da política da FRELIMO têm argumentado que, tal como a sua antecessora colonial, esta política continuou a ser baseada num modelo patriarcal de família nuclear encabeçada pelo homem. Isto tem servido para reforçar a hegemonia dos homens no sul, enquanto no norte, entre as sociedades historicamente matrilineares, pode ter retirado a legitimidade às reivindicações das mulheres sobre terras. As políticas de “emancipação” não puseram em causa os papéis de género dos homens de uma forma séria, mas puseram ênfase na capacitação das mulheres para desempenharem os papéis de género tanto do homem como da mulher.

Moçambique após a sua independência em 25 de junho de 1975, sob a presidência de Samora Machel, dirigente máximo do Partido Libertador, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) assumiu uma orientação ideológica política e de desenvolvimento que foi de economia centralmente planificada “período da experiência socialista” diferente dos seus vizinhos.

Esta experiência socialista consistiu na organização e defesa do poder. O regime da FRELIMO já no período da independência estava ideologicamente radicalizado, o que se refletiria na organização do Estado e na política económica. Para melhor caracterizar este período Mosca (2005) afirma que “*os discursos presidenciais pós - independência faziam referência constante ao capitalismo como um sistema de exploração, a coletivização das formas de produção, a terra como propriedade do*

*Estado, a prioridade da resolução das necessidades do povo*” (148). Assim, no dia 24 de julho de 1975, Samora anunciou a nacionalização da educação e saúde, das empresas funerárias e dos serviços de advocacia. No dia 3 de fevereiro de 1976, foi anunciada a nacionalização dos prédios de rendimento e proibiu-se arrendamento privado das habitações. Estas nacionalizações prosseguiram atingindo os setores da banca, seguro, indústria, comércio, agricultura, ou seja abarcando todos os setores da economia (Ibid.:150). Assim, a economia desenvolveu-se numa estrutura centralizada de distribuição equitativa de renda a pessoa moçambicana, seja ela singular ou coletiva. A indústria foi estabelecida na base protecionista, sem motivação de lucro e sem se obedecer a elementares regras da economia de mercado. A sua produção não estava dirigida para um mercado concorrencial, mas sim para a exportação aos países financiadores dos equipamentos e do conhecimento do saber fazer, como União Soviética, Cuba, Alemanha Oriental, países Nórdicos e outros estados alinhados com Moscovo (KASSOTCHE, 1999:91).

Estas nacionalizações implicaram a interdição de qualquer atividade privada nestes setores. Para garantir a inibição de qualquer forma de iniciativa privada quer formal ou informal o Governo criou as Brigadas Populares de Fiscalização (BPF) que tinham a função de vigiar os especuladores considerados “*candongueiros*”<sup>7</sup>. As BPF identificaram vários indivíduos envolvidos na especulação tendo encaminhado às autoridades policiais, onde alguns foram condenados à penas que variavam de 1 á 12 anos e em alguns casos valia condenação de pena capital. As penas eram cumpridas em centros de reeducação, onde através da integração dos presos em trabalhos produtivos se esperava a sua reabilitação (Notícias, 11/12/1981).

Nas zonas rurais as populações foram organizadas em aldeias comunais, uma forma de organização que visava a coletivização dos mecanismos de produção, através da introdução de cooperativas agropecuárias.

A FRELIMO continuou o seu processo de “reforma de superfície” abarcando o setor de administração pública visando eliminar a estrutura do aparelho do estado colonial. Mosca (2005:151) a propósito destas reformas refere que o mesmo assentou-se no princípio de centralismo democrático, que se transformou em burocracia centralizada e autoritária, e as estruturas do Estado tornaram-se em braços executivos do Partido no poder e sem acompanhamento de mecanismos de relacionamento com os cidadãos.

---

<sup>7</sup> A candonga era definida pelo nosso Estado como crime, penalizado com a mesma intransigência e severidade com que se pune o inimigo que atenta contra a Segurança do Estado.

Pretendeu-se criar um estado de operários e camponeses no quadro da teoria leninista, mas que acabou se transformando numa burocracia liderada por elites politizadas, onde a confiança era o critério para a nomeação dos cargos de direção. Para a materialização destes ideais revolucionários vários dispositivos legais foram aprovados como a lei de vergastadas<sup>8</sup>, a lei de pena capital aos especuladores de preços de mercadorias diversas (esta lei impedia qualquer forma de iniciativa privada), a lei da vadiagem que acabou prendendo cidadãos considerados desempregados urbanos e prostitutas e conseqüente envio aos campos de reeducação no centro e norte de Moçambique. Algumas destas medidas foram tão impopulares aos olhos dos cidadãos, contribuindo deste modo para descontentamento social em Moçambique.

De acordo com Hanlon & Smart (2008:35) no período pós-independência, logo seguida pela guerra civil que durou 16 anos, no início da década de 1980, a queda das exportações e da subida dos preços do petróleo e das taxas de juro, causou para Moçambique o colapso da economia por falta de dinheiro para efetuar importações.

A situação descrita anteriormente encontra fundamento no Melo (1985:51) ao referir que as principais exportações de Moçambique (caju, açúcar, chá, madeiras e algodão), foram fortemente condicionadas pela enorme flutuação de preços dos produtos agrícolas no mercado internacional, ajuntando as inundações de 1977/78, secas dos anos 1981 a 1983 e a guerra civil que devastaram enormes áreas do País. Esta realidade propiciou a fome e miséria das populações em geral e dos cidadãos de Maputo em particular, no período considerado.

Os momentos difíceis vividos pelo povo moçambicano são referidos, também, por Abrahamsson & Nilsson (1994) ao referirem que “*a seca que assolou o sul de Moçambique no início da década de 1980, veio agravar a situação da população rural*” (225).

Em meados dos anos 80, no contexto de crise económica e alastramento da guerra nas zonas rurais, a promoção política dos “direitos iguais” da mulher era inadequada para poder ter um impacto nas condições de vida diárias da maior parte das mulheres rurais. Entretanto, o falhanço das políticas agrícolas que se concentraram na mecanização (mal geridas) das machambas estatais, ao mesmo tempo que ignoravam a produção familiar, até certo ponto contribuiu e foi grandemente exacerbado pela guerra entre a FRELIMO e a RENAMO.

---

<sup>8</sup> Lei que introduzia as chicotadas

As causas da guerra, inicialmente instigada pelo grupo guerrilheiro MNR (Movimento Nacional de Resistência), com apoio da Rodésia (atual Zimbabwe), e que mais tarde viria a receber apoio financeiro e militar da África do Sul, eram bastante complexas. Contudo, é interessante notar o argumento controverso de Catherine Scott, de que a luta da RENAMO contra a FRELIMO, que se apoiava num discurso populista sobre promoção da “autoridade tradicional”, incluía parcialmente uma chicotada contra as políticas de “emancipação” da FRELIMO.

A guerra, que se espalhou por todo o interior de Moçambique teve consequências extremamente negativas para os agregados familiares rurais. Estima-se que cerca de um terço da população nacional foi deslocada das suas casas e terras. Os recursos naturais foram devastados, agravando os problemas da crise económica e depois da seca, em 1983 -84 e de novo em 1990-92 e neste dois períodos muitas mulheres enfrentaram o trauma adicional do cativo e violação.

Embora isto esteja muito pouco documentado, para muitas mulheres as horrorosas experiências do tempo de guerra foram mais tarde seguidas por divórcio ou violência doméstica (WATERHOUSE, 1999).

O Presidente da República Popular de Moçambique recém-independente, Samora Machel, conhecia perfeitamente este caos económico e social a aludir pela sua intervenção na 11ª Sessão da Assembleia Popular em 1983, onde fez uma forte crítica a forma como a economia do País estava sendo planificada e dirigida a partir dos gabinetes da capital do País (EXPRESSO, 26/03/1983).

A conjugação dos vários fatores como a guerra civil, a seca, a fome, enfim a quebra do tecido social que foi ocorrendo tornou o Governo da FRELIMO impopular, que não viu outra alternativa senão alterar a sua orientação ideológica e consequentemente as políticas económicas. Desta feita, o IV Congresso do Partido FRELIMO realizado em abril de 1983, analisou a crise económica que o País atravessava e entre várias outras questões económicas e de defesa, tendo sido determinante para as futuras reformas económicas e sociais do País (EXPRESSO, 23/04/1983). Foi assim, que Samora Machel começa a fazer os primeiros contactos com o Ocidente com vista alcançar algum apoio dos países capitalistas e retirar o País do marasmo económico e social. Podemos, deste modo situar a abertura a economia de mercado a partir das decisões tomadas no IV Congresso da FRELIMO, porém, com efeitos práticos imediatos.

## 1.2. Modelo de economia de mercado, 1984-2016

Devido ao fracasso da economia centralmente planificada Moçambique solicita em 1983<sup>9</sup>, o apoio dos países ocidentais - capitalistas. Os EUA e outros doadores aceitaram, porém, colocando alguns condicionalismos como adesão do País às instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e consequentemente liberalizar a economia nos moldes da economia de mercado. Chichava (1998:13) advoga que em 1983, houve as primeiras medidas de liberalização dos preços dos produtos hortícolas e vegetais e outros, que determinaram a emergência do setor informal em Moçambique independente, mas, oficialmente a liberalização dos preços acontece quando Moçambique aderiu as instituições de Bretton Woods em 1984, preparando desta forma a introdução do PAE que só viria a ser adotado pelo governo moçambicano como Programa de Reabilitação Económica (PRE) a partir de 1987.

Assim, em 1987, Moçambique assinou o seu primeiro acordo com o FMI, para implementar um “Programa de Reajustamento Estrutural” (localmente designado PRE). Em Moçambique, como em qualquer outro lugar, o PRE foi projetado de forma a afastar o país de uma economia centralizada, planificada pelo Estado, para uma economia de “mercado livre”. A ideologia neoliberal que inspira o PRE promove a propriedade privada, incluindo da terra e tem como objetivo alcançar a integração de todos os produtores no mercado. Com a introdução do PRE, a ênfase das políticas deslocou-se da distribuição equitativa (acesso aos) recursos, para a melhoria da eficiência do desempenho económico.

Esta mudança de política foi acompanhada por uma abordagem das políticas de género. A versão clássica da teoria que inspira a abordagem da Mulher no Desenvolvimento (WID) argumenta que as mulheres, especialmente as do “mundo em desenvolvimento”, são oprimidas como mulheres, porque elas foram deixadas “fora do desenvolvimento”. Por isso, a solução que se propõe é integrar as mulheres no desenvolvimento (CASIMIRO, 2000). A abordagem WID moldou a “Década da Mulher” lançada pelas Nações Unidas em 1985. Embora algumas vezes utilizada como

---

<sup>9</sup> O 4º Congresso do Partido FRELIMO ocorreu em 1983. O Congresso reconheceu o fracasso das medidas económicas e sociais da experiência socialista e sobretudo do Plano prospetivo e Indicativo elaborado em 1977. Assim, foram elaboradas algumas Diretivas Económicas e Sociais visando a abertura para a economia do mercado. A partir de 1984, o Presidente da República Popular de Moçambique, Samora efétua os primeiros contactos com o Ocidente com vista a tirar o País do marasmo económico a que se encontrava. Ainda, neste mesmo ano o Presidente viaja para os EUA tendo tido o encontro com Presidente Ronald Regan. A visita serviu para iniciar os contactos com as instituições de *Brettons Woods* (FMI e Banco Mundial). Portanto, podemos considerar, o ano de 1984, como o marco da virada económica de Moçambique, pois, manifesta-se de forma concreta a intenção da liberalização económica.

uma expressão abrangente que cobre as preocupações relativas a “equidade”, “anti pobreza” e “empoderamento”, essa abordagem tem estado sobretudo associada a tentativas para melhorar a “eficiência” das mulheres, como produtores e como provedores de serviços. Ao seguir-se a agenda WID, faz – se um apelo especial no sentido de ajudar as mulheres a ultrapassarem as desvantagens resultantes da discriminação histórica a favor dos homens, para se tornarem produtoras e competidoras “eficientes” no mercado. Esta abordagem é refletida em diversos documentos do Banco Mundial, por exemplo, que argumenta que os direitos de terra e acesso aos mercados e créditos por parte das mulheres devem ser assegurados, para que as mulheres possam produzir mais eficientemente.

Associada com uma teoria do bem-estar, a abordagem WID parece estar presente na elaboração de políticas liberais de Moçambique. A legislação de terras de 1990, por exemplo promove explicitamente “direitos iguais” para as mulheres, argumentando que a segurança de posse de terra vai ajudar as mulheres a tornarem-se produtoras mais eficientes e abre-se espaço para liberalização dos preços dos produtos agrícolas, mas, o PRE visava não só essencialmente a liberalização dos preços como também a adoção de políticas macroeconómicas restritivas no que diz respeito as finanças públicas, emprego, salário e preços, moeda e crédito. Daí que em termos práticos foram tomadas várias medidas onde três delas iriam revelar-se importantes para a compreensão do crescimento exponencial do fenómeno da economia informal:

- *a adoção de uma política fiscal, o que entre outras coisas implicou despedimentos dos funcionários públicos, a desvalorização dos salários públicos e redução dos investimentos nos setores como a saúde e a educação;*
- *a liberalização dos preços ao nível do comércio e dos mercados, o que significou o aumento das oportunidades de negócio;*
- *e a desvalorização da moeda nacional, cujo principal resultado foi o aumento dos preços dos produtos importados (MOSCA, 2005:250).*

A conjugação dos efeitos destas medidas teve como consequência a procura, por parte de um número sempre mais elevado da população, de estratégias alternativas de sobrevivência geralmente apoiadas em esquemas comunitários e familiares. O PRE

provocou uma deterioração geral do nível de vida dos moçambicanos, sobretudo nas zonas urbanas e incentivou novas atividades económicas de sobrevivência.

A política da redução do pessoal agravou ulteriormente a situação salarial dos empregados da função pública. Se os baixos salários e os atrasos no pagamento já davam aos trabalhadores razões suficientes para procurarem outras fontes de receitas, esta política reforçou a crise no seio das famílias e pôs em causa as responsabilidades sociais dos homens chefes de família em relação ao próprio agregado familiar.

O “exército” de desempregados com abertura do país à economia de mercado combinado com os efeitos da guerra civil achou alternativa no comércio informal principalmente, no “*mukhero*” uma das suas formas, comprando produtos com mais destaque para os da primeira necessidade na África do Sul e Suazilândia e posteriormente revendendo-os no mercado informal quer como fixo, quer como ambulante e outros fornecendo como mercadorias aos mercados formal e informal, na Cidade de Maputo.

De acordo com INE (2009:155) o comércio informal no geral, surge e cresce a partir de condições de incapacidade de oferta de emprego existente no mercado de trabalho, convergindo nele vasta e específica camada da população trabalhadora.

Atribuindo-se a origem do comércio informal à necessidade de sobrevivência da mão-de-obra excedentária, pode-se entender que a produção deste setor da economia informal representa, para muitos, a única alternativa para satisfação do desejo de sobrevivência ao descobrirem nele formas de atividade, ainda que ínfima lhes garante o possível rendimento.

O não cumprimento das responsabilidades familiares por parte dos chefes de família (que na tradição local são homens) levou a que as mulheres se vissem “obrigadas” a ter de recorrer a outras atividades remunerativas a fim de garantir a sobrevivência do núcleo familiar. Um dos efeitos deste processo foi a crescente autonomia conquistada pelas mulheres ao nível urbano.

A liberalização da economia através do ajustamento estrutural e outras políticas relacionadas teve um impacto mais direto sobre as relações de género do que as políticas socialistas empreendidas a seguir à independência.

Os estudos de Mosca (2005), Mutheto (2011), Njauala (2005), Mutheto (2011) e Chivangue (2012) mostram que as mulheres foram as primeiras a serem despedidas quando o setor público foi reduzido, as indústrias “não lucrativas” fechadas e encerradas as unidades agrícolas do Estado, cooperativas e serviços de comercialização agrícola.

Esta situação parece ter forçado principalmente as mulheres a regressarem à produção de subsistência.

Na situação da economia política da década 90, onde o rendimento em dinheiro tornou-se cada vez mais importante para a sobrevivência e reprodução social, a economia informal tornou-se vital para as mulheres, especialmente nas áreas urbanas, mas a produção de excedentes para venda tornou-se também importante em contextos rurais. As mulheres das áreas urbanas e do sul do país sobretudo parecem terem explorado estas mudanças estruturais do que as mulheres das áreas rurais e do centro e norte que, na sua maioria, são camponesas (TVEDTEN, 2008:15).

O PRE surtiu algum efeito económico, pois possibilitou a diminuição da inflação, estabilização do metical, aumento da produção industrial e passou a ser visíveis produtos nas lojas, embora a preços muito mais altos do que antes. Essa situação, criou a carestia da vida, levando o governo a perspetivar um outro programa que contemplasse a parte social (HANLON & SMART, 2008: 35).

O governo de Moçambique durante o encontro consultivo de Paris, em 1990, apresentou um programa alargado, que tomava mais em consideração as dimensões sociais da reabilitação económica, que veio a ser conhecido por Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), com quatro principais objetivos:

- *Parar a diminuição da produção;*
- *Assegurar à população das zonas rurais receitas mínimas e um nível de consumo mínimo;*
- *Reinstalar o balanço macroeconómico através da diminuição do défice orçamental;*
- *Reforçar a balança de transações correntes e a balança de pagamentos* (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994:49).

A transformação do PRE em PRES ocorreu na sequência de inúmeras manifestações de descontentamento através de greves e mobilização de cidadãos e trabalhadores, nas principais cidades em Moçambique e decorreram sobretudo nos anos de 1990. Assim, o PRES procurava incorporar medidas para atenuar os efeitos sociais mais violentos e com maiores reflexos políticos (MOSCA, 2005:350).

Por outro lado, apesar das ações do PRES, a situação da pobreza piorou em 1991; a economia só cresceu cerca de 1%, o que fica abaixo do crescimento populacional, tendo-se registado, pelo segundo ano consecutivo, uma redução no consumo privado, bem como estima-se que deverá ter ocorrido uma redução do poder de compra real da população, concorrendo para o aumento de níveis de pobreza no país (Ibid.:353).

Sendo o mercado desorganizado, toda a sua funcionalidade repousou sobre mecanismos das leis desse mesmo mercado, cujo resultado foi a instauração da especulação que passou a ser uma constante na economia informal em Moçambique.

O PRE e PRES de certa forma estimularam o crescimento económico e não propriamente desenvolvimento económico e social. As medidas de liberalização económica acabaram criando um mercado livre, com vendedores na maior parte das esquinas e passeios da Cidade de Maputo e *mukheristas* nas fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994:40).

### **1.2.1. Discussões em torno do conceito de economia informal e formal**

Para uma melhor compreensão do surgimento do comércio informal em Moçambique no contexto da economia de mercado, é pertinente analisar o debate em torno do conceito de economia informal e formal.

Vários têm sido os critérios para estabelecer a fronteira entre os setores formal e informal, mas quanto à natureza das atividades populares, também seria interessante se nos perguntássemos: qual é a diferença entre um vendedor ambulante registado que paga impostos ao município e outro que, ilegalmente, busca atenuar suas péssimas condições de vida? Se o que distingue, em geral, uma atividade económica “formal” de outra “informal” é seu status legal (ou a maior ou menor subordinação à regulamentação estatal), também merece destaque o facto de que a estrutura das atividades “informais” se caracteriza por sua maleabilidade e adaptação, frente aos mecanismos de articulação com instituições “formais” por uma rede própria de informações e de legalidade (TIRIBA, 2001: 108).

De facto, tanto a realidade do setor formal como do setor informal estão determinadas em um só processo, pois uma não é independente da outra na determinação da sua existência. Assim que, mesmo existindo uma grande gama de atividades que, de acordo com determinados critérios pode ser classificada sob o termo de “trabalho informal”, a verdade é que existe uma única economia com único sistema

de circulação monetária e um único sistema bancário, e não é necessário postular uma economia informal separada da denominada economia formal. Embora os economistas se valham de vários critérios para delimitar o mundo da economia informal e também os governos, organismos internacionais e ONG's dirijam políticas de desenvolvimento para esse setor da economia, ela não se define pela ilegalidade ou informalidade dos empreendimentos populares. Desde a perspectiva da economia crítica, o conceito de economia informal tem sido construído considerando que, apesar das diferentes tipos de unidades económicas organizadas pelos setores populares costumarem apresentar algumas características consideradas específicas do chamado setor informal já não são capazes de explicar o novo e complexo tecido social em que os setores populares desenvolvem suas atividades produtivas.

Em síntese, quanto às perspectivas de desenvolvimento da chamada economia informal, Corragio identifica três correntes de pensamento: a) a corrente neoliberal, representado por Soto (1987), que considera a necessidade de mudar as regulações estatais para que aqueles setores possam sair da informalidade; b) a corrente empresarial- modernizante, que sob as vertentes individualista ou associativista, está presente nos programas de governo, organismos internacionais e ONG's, os quais se propõem a modernizar os pequenos empreendimentos, para atingir a sua competência no mercado; c) a corrente solidária, associada principalmente a grupos cristãos católicos e que contando com a ajuda das ONG's, pretende estender “de baixo”, desde o local, os valores de solidariedade e reciprocidade, nas estratégias familiares e comunitárias de sobrevivência (Ibid.: 115).

Provavelmente o maior desafio que se coloca aos países em desenvolvimento, e aos países africanos em particular, é o da procura de soluções que permitam a sua ascensão a patamares cada vez mais elevados, em matéria de bem-estar das suas populações. O setor informal é um termo usado para caracterizar uma vasta gama de atividades de sobrevivência e de rendimento realizadas principalmente por países pobres do terceiro mundo por isso, encontramos várias definições do setor informal a destacar:

Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (2006), “*Economia Informal é uma economia caracterizada por um baixo nível de organização com divisão limitada ou inexistente entre o trabalho e capital e relação de trabalho familiar ou de amizade ao invés de contratos formais*”. (5). Enquanto Claude de Miras (1991) define o setor informal como,

*"Conjunto de atos económicos mercantis que escapam às normas legais em matéria fiscal, social, laboral ou de registo estatístico e que engloba a pequena produção mercantil, o pequeno comércio, os mercados paralelos e as atividades financeiras informais; são atividades realizadas geralmente a uma escala reduzida, com tecnologias adaptadas, com competências frequentemente adquiridas fora do sistema formal de ensino, com recurso a mão-de-obra intensiva e não assalariada, as mais das vezes realizadas como forma de obtenção dos recursos indispensáveis à sobrevivência dos agentes económicos e respetivas famílias"<sup>10</sup>(14).*

No mesmo sentido, ONU (1996) considera que:

*"Qualquer negócio/empresa não matriculado junto do governo nacional/local pertence ao setor informal; não se incluem as atividades ilícitas (contrabando, roubo, tráfico de drogas, etc.) e compreende, essencialmente, as chamadas atividades de sobrevivência, abrangendo as pequenas e muito pequenas empresas, as micro - empresas, os trabalhadores independentes e o autoemprego".(Idem)*

Os conceitos apresentados pelo INE e pelo autor Claude de Miras apresentam elementos comuns na medida em que abarcam a família como um elemento integrante do mercado informal, mas na sua essência focam o aspeto de sobrevivência. Estes dois aspetos, família e a luta pela sobrevivência encontramos no âmbito do comércio informal transfronteiriço, uma vez que podemos encontrar elementos da mesma família ou simplesmente um elemento da família a exercerem o comércio informal como forma de satisfação das necessidades de sobrevivência da mesma.

Em relação ao aspeto qualquer negócio/ empresa não matriculado junto do governo referido pela ONU, há aqui aspetos que merecem algum enfoque, ora vejamos:

- Em muitos casos este comércio tem características do comércio formal na medida em que fazem-se cobranças de taxas pelas autoridades governamentais

---

<sup>10</sup>Disponível em <<http://pascal.iseg.utl.pt>>. Acesso em 25/08/10

ou municipais, só que como estes não estão registados no esquema administrativo e financeiro das autoridades acabam sendo informais;

- Apesar de não estarem matriculados ou registados nas autoridades, as taxas que pagam ao Governo ou Município contribuem para arrecadação de receitas por parte das autoridades.

O debate vai mais longe pois, alguns analistas assumem que o setor informal está separado do setor formal da economia, enquanto outros defendem que há uma ligação intrínseca entre estes dois setores. No âmbito desta pesquisa observa-se que o comércio informal transfronteiriço está profundamente ligado ao setor formal, uma vez que a mesma fornece bens e mercadorias aos vários setores formais da economia, para além de existir uma cobrança legal de taxas ao setor informal por parte das entidades governamentais e municipais.

Segundo dados fornecidos pelo INE (2006), relativamente ao número de pessoas que praticam a atividade informal, constata-se que este setor emprega doze milhões de pessoas num universo de mais de vinte milhões de habitantes segundo o último de Censo Populacional de 2007 realizado pelo INE.

Basicamente, em Moçambique os comerciantes informais são caracterizados por:

- Serem basicamente formados por famílias;
- Não sempre beneficiarem de créditos bancários,
- Geralmente recorrerem ao *xitique* como principal fonte de financiamento;
- Empregarem na sua maioria pessoal jovem da faixa etária entre 12 a 45 anos de idade;
- Serem desempregados de origem rural;
- Serem alguns funcionários do Estado que usam seus familiares como trabalhadores para complementar os rendimentos;
- Serem na sua maioria jovens provenientes das províncias do País;
- Venderem em alguns casos produtos roubados, como celulares, peças de carros, e outros;
- Possuírem nível de escolaridade muito baixo (não ultrapassando a 10ª Classe);

- Comercializarem bebidas alcoólicas, refeições, produtos alimentares, celulares, material de construção, material elétrico, peças para automóveis, vestuário e outros produtos.

A economia “informal”, tal como o comércio, surge como estratégia de sobrevivência dos pobres por incapacidade do que se chama por economia “formal” em absorver o fator trabalho e de gerar rendimentos. É ainda uma consequência de desequilíbrios, distorções ou ruturas de mercado e de políticas desajustadas. O comércio “informal” contribui por sustentar a economia e o comércio “formal”, estabelecendo relações de reforço mútuo. Os poderes públicos permitem o comércio “informal”, porque este contribui para reduzir a pobreza, gerar autoemprego e criar rendimentos que camuflam os sintomas mais chocantes da pobreza e, em muitas situações beneficiam as sub - elites e as burocracias intermédias. E calmam eventuais manifestações e revoltas (MOSCA, 2009: 79)

Por outro lado, o comércio “informal” possui estratégias mais flexíveis e adaptadas aos consumidores de rendimentos baixos (como por exemplo venda de cigarros e não de maços, de montinhos de bens alimentares e não utilizando o peso), o que implica a segmentação do mercado do lado da procura e da oferta: são os pobres aqueles que se cruzam na relação de compra e venda nestes mercados. Estas atividades estão mais próximas das pessoas e estruturam redes sociais de interesses que ultrapassam os tradicionais elementos de afinidade entre os cidadãos, como sejam as identidades étnicas, linguísticas ou outras. Inversamente, também se assiste a um reforço de negócios, de interesses e de *lobbies* com base em elementos de identidade regional ou mesmo racial, com especializações produtivas e de alguma divisão social do trabalho (Ibid.: 80).

No meio rural, o comércio “informal” teve como principal origem a rutura da rede comercial e o colapso do abastecimento. Os donativos, a ajuda humanitária e os tecidos usados, começaram a ser comercializados informalmente. Apenas recentemente existiram decisões para, de forma orientada e regulada, se incentivar a reestruturação do comércio rural com base nas lojas (cantinas) do período colonial. A questão é saber, que vantagens os futuros agentes económicos que se pretendem virem a ser “formais”, terão vantagens comparativamente com a teia social de muitos pequenos comerciantes que tem os seus canis abastecedores, incluindo de outros países, possuem formas expeditas de aquisições de bens, vendem os produtos em qualquer local junto das comunidades,

não possuem um conjunto de custos inerentes à formalização e à manutenção de infraestruturas relacionadas com a atividade (Ibid.: 81).

O mercado “informal” possui mecanismos de funcionamento e de reequilíbrios (evolução de preços) muito flexíveis e de difícil prática pelo comércio “formal”, o que agrava a sua capacidade competitiva.

Em Moçambique o comércio informal faz-se sentir nas zonas urbanas, onde podemos encontrar em forma de mercados com alguma organização e em uma boa parte nos passeios e outros em forma de ambulantes.

Assim, sendo o comércio informal enquadrado no setor de economia informal em Moçambique que surge em determinado contexto histórico em Moçambique, o da economia de mercado.

### **1.2.2. Percepções de informalidade: o informal não é ilegal?**

A dificuldade de definir o conceito, ou as controvérsias que a definição de economia informal provoca, tem a ver, pelo menos em parte, com a complexidade da própria realidade, sobretudo a dificuldade de delimitar uma fronteira clara entre o informal e formal, ou entre o informal consentido, tolerável e a informalidade antissocial.

Outra dificuldade consiste nas percepções das próprias pessoas, nomeadamente os estigmas e preconceitos originados pela forma como o fenómeno é abordado pelas autoridades governamentais e administrativas, principalmente nas ações de coação e repressão exercidas em certos períodos.

Em Moçambique, presentemente, quando a questão do informal é debatida em público, a reação imediata é negativa, pois a conotação é vista como práticas eminentemente ilegais ou mesmo criminosas.

Portanto, o questionamento da associação (abusiva?) da informalidade à ilegalidade ultrapassa a própria definição, pondo em causa a legitimidade e justiça de certas disposições formais e legais. Este questionamento abusivo em parte tem a ver com o facto de não compreender a dimensão económica desta atividade devido há uma miopia econométrica.

É comum se referir à economia popular genericamente como economia informal. Mas há quem conceba como a economia dos pobres. Há ainda quem se refira a ela como economia subterrânea, e outros como economia invisível. De facto, o preconceito se alimenta do desconhecimento sobre algo ou alguém e como isso, em

geral, incomoda, fica mais fácil destrutá-lo, torná-lo menor, insignificante, micro, sem importância, e assim evitar ter que enxergá-lo, reconhecê-lo e considerá-lo, o que vai levar a ter de respeitá-lo, o que, para alguns, é inaceitável (ARROYO, 2006: 66).

A ideia de economia informal tem como referência a legalidade. Toda atividade económica não registada no Balcão Único de Atendimento criado pelo Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique, é informal. A partir disso, desenvolvem-se conclusões como “a economia informal não contribui com a sociedade porque não paga impostos”. Ora, mas qual é a conceção económica de quem fez a lei? Será que não é a formalidade estabelecida que precisa ser reformulada para ser capaz de dar conta da realidade? Quanto ao raciocínio de que ela não paga impostos, também se trata de uma distorção. Não é preciso ser especialista para saber que a única atividade económica que paga imposto é o consumo. Não há outra, já que para o produtor todo custo, incluindo o tributário, entra na planilha de composição dos preços ao consumidor final. Não consideramos os impostos sobre o salário porque, na verdade, já é tributação. Além de pagar imposto sobre o que consome, o trabalhador ainda tem descontado de seu salário o imposto que é retido na fonte. Mas este é outro debate. O que nos cabe é dizer que quando um comerciante informal trabalha, além de gerar sua própria ocupação económica, pode gerar a de outros. Ao mesmo tempo, movimenta o consumo de seus insumos e dos seus produtos por terceiros, o que irá movimentar todas as cadeias comerciais formais com os quais seu negócio interage, reforçando inclusive, a indústria, em última instância. Ou seja, o tratamento como informal não permite que se enxergue este segmento da economia, como peça estratégica para a solução do conjunto da problemática do desenvolvimento, desde que percebida adequadamente (Ibid.: 67).

A ideia de que a economia informal é a economia dos pobres, embora esta em parte correta porque se trata da economia do dia-a-dia da grande maioria das pessoas, reduz a percepção a algo que precisa ser superado, ligado ao atraso, à mera subsistência, enfim, que não gere riqueza. Aí está um ponto central: não há economia que não gere riqueza, já todo lucro está na agregação de valor e o único fator de produção capaz de fazer isso é o trabalho, atributo de todo qualquer ser humano economicamente ativo. Ou alguém tem dúvidas sobre a fonte popular da riqueza das grandes redes de supermercados, farmácias, *Shopping Centres* e, por tabela, de boa parte da indústria? A questão a se enfrentar é a da concentração de renda e riqueza, na qual a economia informal cumpre um papel fundamental porque sua riqueza é principalmente gerada na circulação, o que revela um carácter intrinsecamente distributivo (Idem).

O termo “subterrânea” ou “invisível” para denominar aquilo que solta aos olhos nas ruas revela a incompetência da econometria oficial, incapaz de aferir em números a dinâmica complexa da economia informal. As estatísticas oficiais não conseguem apurar e agregar os valores movimentados nas feiras livres ou entre os *dumbanengues*, por exemplo, e ninguém tem dúvida da importância do significado económico destas atividades, tanto pelo movimento de mercadorias como pelas ocupações que geram. Aqui não faltaria quem acusasse: “Sim, ocupações em trabalhos precários, sem direitos”. Ou seja, a precarização precisa ser percebida para além do marco legal. O salário mínimo é precário. As condições de trabalho de grande maioria são precárias. Então, em vez de aperfeiçoar a tecnologia e a metodologia do sistema para captar a movimentação de milhões de pessoas e milhões de meticais, é mais fácil dizer que a realidade é que esta errada. Se o quadro é feito, em vez de pegar os pincéis e as tintas para melhorá-lo, fecham-se os olhos.

A consequência dramática é todo este preconceito que transforma a vítima em réu. A recusa em enxergar a economia informal como uma instância própria da economia é a recusa dos direitos de milhões de pessoas que praticam uma economia que exige uma nova abordagem tanto pela via do capital como, principalmente, pela via do trabalho. Até porque, neste contexto, quase sempre estão fundidos em um amálgama económica em que a maioria dos sujeitos também se funde como trabalhador/empreendedor. Só uma abordagem inovadora resgatará milhões da marginalidade ao mesmo tempo que os colocará em sinergia com a construção de um novo modelo de desenvolvimento capaz de gerar trabalho, emprego e renda para todos.

Para concluir pode-se afirmar que a localização geográfica de Moçambique constitui um elemento catalisador do movimento migratório para RAS, desde o século XVIII. Desde este período, à RAS revelou-se economicamente desenvolvido em relação à Moçambique. Os colonizadores ingleses e holandeses da atual RAS desde à sua chegada desenvolveram atividades agropecuárias e de extração de minérios de ouro e diamantes, daí que Moçambique sendo o país vizinho serviu como mercado de obtenção de mão-de-obra. Podemos ainda considerar que existe uma tradição de migração de Moçambique para RAS derivado destes fatores, como também por questões culturais tendo em conta que mesmo com a delimitação de fronteiras decididas na Conferência de Berlim entre 1884/5, grupos culturais semelhantes coexistiram nos dois países como é o caso dos Changanas. Estes laços étnicos e culturais obrigam a constantes movimentos transfronteiriços.

O desequilíbrio económico entre ambos países, com vantagens claras para RAS, associado à fatores de localização geográfica e culturais contribuem para que a prática do *mukhero* seja uma realidade no sul de Moçambique comparativamente às outras regiões do centro e norte de Moçambique.

O modelo de economia de mercado adotada por Moçambique a partir de 1984, criou condições para a emergência do setor informal da economia. Tendo a RAS desenvolvido o setor agropecuário, acaba fornecendo à Moçambique produtos de primeira necessidade, daí que muitos comerciantes informais recorrem a este País para compra destes produtos e posterior revenda no mercado nacional com destaque para cidade de Maputo e províncias de Maputo, Gaza e Inhambane.

Deste modo, o comércio informal em alguns casos considerado ilegal pelas autoridades governamentais é tolerado administrativamente pelas mesmas e socialmente incorporado como alternativa ao emprego formal e como atividade profissional e inovadora da maioria das mulheres que não conseguem emprego no sector formal no sul de Moçambique.

## CAPÍTULO II

### O COMÉRCIO INFORMAL TRANSFRONTEIRIÇO NO SUL DE MOCAMBIQUE: CASOS DAS FRONTEIRAS DE NAMAACHA E RESSANO GARCIA, 1984-2016

O capítulo analisa o comércio informal transfronteiriço no sul de Moçambique, partindo de estudos de casos das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia, no período compreendido entre 1984 e 2016. Nesta abordagem caracteriza-se as fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia para melhor análise da génese do *mukhero* nas duas fronteiras. Discute-se se o *mukhero* deve compreendido como contrabando ou simplesmente prática de atividade comercial informal transfronteiriça. Por fim, analisa-se o *mukhero* considerando o período antes e depois da integração regional da SADC.

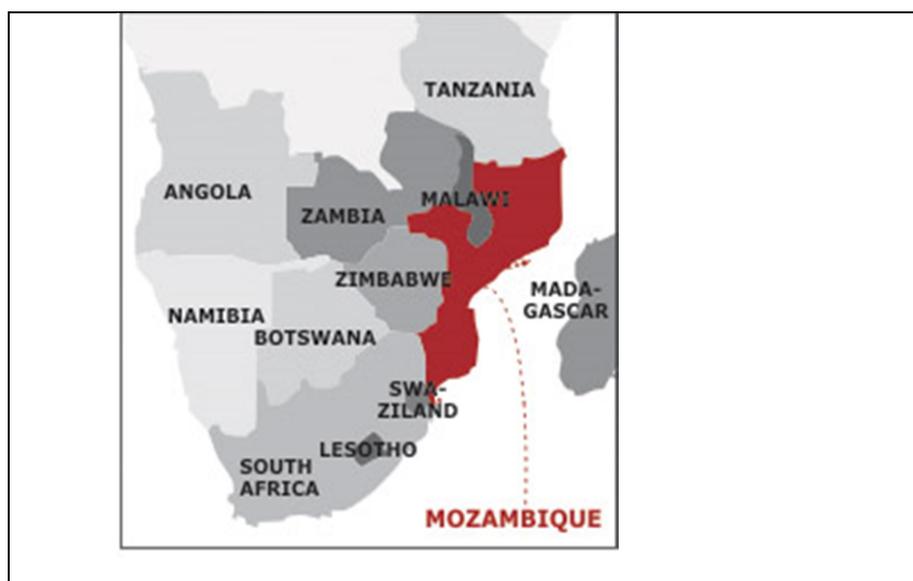
#### 2.1. Caracterização das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia (Distrito de Moamba)

Moçambique situa-se na região austral de África<sup>11</sup> tendo como vizinhos os seguintes países: Zimbabwe (a Oeste), África do Sul (ao sul e sudoeste), Suazilândia (ao Sul e sudoeste), Zâmbia (ao noroeste), Malawi (noroeste) e Tanzânia (ao Norte). As regiões em estudo constituem fronteiras principais com a Suazilândia (**fronteira de Namaacha**) e África do Sul (**fronteira de Ressano Garcia**), conforme pode-se observar no mapa 2.

---

<sup>11</sup> A região África da Austral é caracterizada historicamente por culturas comuns e relações que foram divididas pelas atuais fronteiras nacionais, estabelecidas durante a Conferência de Berlim nos finais do século XIX. São fronteiras artificiais, pois, existe comunidades repartidas pelas fronteiras dos Estados membros da região por exemplo, changana entre Moçambique e República da África do Sul; chona entre Moçambique e Zimbabwe; macuas entre Moçambique e Tanzânia; e suazis entre Moçambique e Suazilândia, cheuas e nyanjas entre Moçambique e Malawi. Aliás, são povos da comunidade bantu com passado histórico e cultural, que as fronteiras artificiais das potências coloniais dividiram em função do poderio político e militar. Portanto, estes povos têm continuidade de laços familiares para além da fronteira do seu país e quando se visitam, levam sempre aquilo que caracteriza cultura material do seu país para trocar noutro lado da fronteira por outros produtos raros no seu país.

**Mapa 2:** Posição de Moçambique na região austral da África

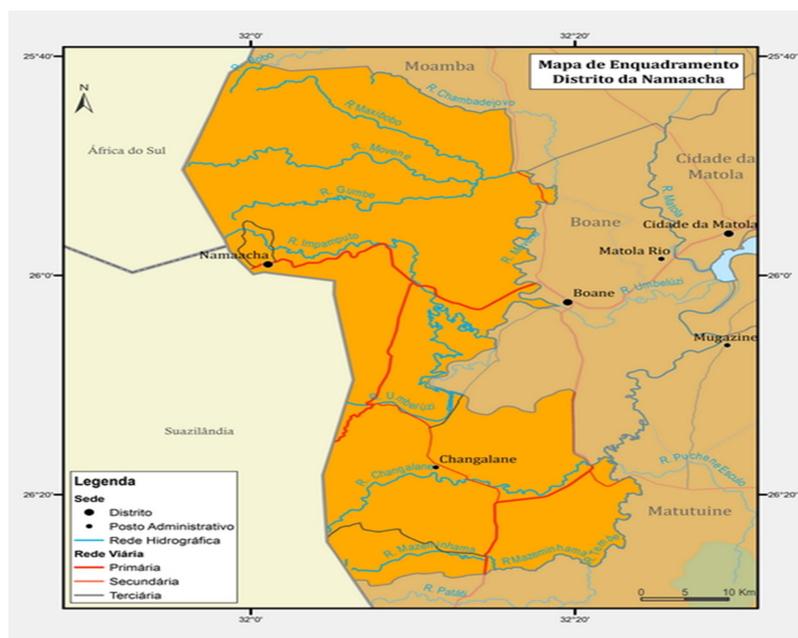


**Fonte:** ATLAS GEOGRÁFICO DE MOÇAMBIQUE, 2010

### **2.1.1. Caracterização da região fronteiriça de Namaacha**

A fronteira de Namaacha localiza-se no distrito de Namaacha que situa-se a sudoeste da Província do Maputo, entre os paralelos 31°28' e 32° 23' de longitude Oeste 25°40' e 25°28' de latitude sul. E equidista-se a 85 kms da Cidade de Maputo, e faz limite com os Distritos de Moamba a Norte, Boane a Este e Matutuíne a Sul e fronteira com a República de África do Sul e o Reino da Swazilândia a Oeste. O Distrito tem uma superfície de 2.144 km<sup>2</sup> e uma população de 40.277 habitantes, sendo a densidade populacional de 375 habitantes / km<sup>2</sup>, segundo o censo populacional de 2007 conforme pode-se observar no mapa 3 referente a divisão administrativa do Distrito de Namaacha.

### Mapa 3: Distrito de Namaacha



**Fonte:** DIREÇÃO PROVINCIAL DE PLANO E FINANÇAS  
DA PROVÍNCIA DE MAPUTO, 2014

A designação de Namaacha provém de Lomahacha, nome de um antigo régulo soberano, que governou a região dos Pequenos Libombos antes da fixação dos colonos. O bravo e destemido, Lomahacha conquistou os territórios vizinhos apoderando-se do gado bovino, que era levado para as pastagens da família real junto à lagoa Makonko em Moçambique, que ele visitava com frequência, mandando abater nessas ocasiões algumas vitelas para agraciar os pastores e guardas locais (DIREÇÃO PROVINCIAL DE PLANO E FINANÇAS DA PROVÍNCIA DE MAPUTO, 2014).

Para conquistar maior respeito, Lomahacha, raras vezes aparecia em público, à exceção das grandes festas do fim da colheita, que se intitulavam "*Liphusibele*", nome tradicional que significa bebida de mapira. Durante a dominação colonial, Lomahacha foi morto, tendo-lhe sucedido sua esposa Cocomela, que tomando o comando dos seus guerreiros travou várias lutas com os portugueses. O reino de Lomahacha foi desmembrado em dois: Namaacha e Lomahacha, após o tratado de 1869 assinado em Pretória que reconheceu aos portugueses os direitos do território até ao paralelo 26° e 30° Sul, e que estabeleceu os Montes Libombos como fronteira de Moçambique com a Suazilândia e o então Easten Transvaal (Mpumalanga). A atual máquina administrativa

do Estado no Distrito de Namaacha conta com um total de 950 funcionários dentre os quais 634 são homens e 316 são mulheres, conforme a tabela 1 abaixo (Idem).

**Tabela 1:** Máquina administrativa do Distrito de Namaacha por sexo e nível académico

Nº	Instituição	Sexo		Nível Académico				Total
		M	F	Prim.	Bás.	Méd	Sup.	
1	SECRET. DISTRITAL	63	27	62	09	18	01	90
2	SDJET	419	207	96	216	259	55	626
3	SDSMAS	39	57	38	40	18	00	96
4	SDAE	43	06	25	06	15	03	49
5	SDPI	06	01	02	02	03	00	07
6	CIDE <sup>1</sup>	02	03	03	01	00	01	05
7	REGISTO E NOTARIADO	07	06	07	05	01	00	13
8	PROCURADORIA DISTRITAL	02	02	00	01	03	00	06
9	TRIBUNAL JUDICIAL	02	04	00	03	03	00	06
10	COMANDO DA PRM	49	03	31	17	03	01	07
11	SER. IDENT. CIVIL	02	00	02	00	00	00	02
<b>TOTAL</b>		<b>634</b>	<b>316</b>	<b>266</b>	<b>300</b>	<b>323</b>	<b>61</b>	<b>950</b>

**Fonte:** DIREÇÃO PROVINCIAL DE PLANO E FINANÇAS

DA PROVÍNCIA DE MAPUTO, 2014

No posto fronteiriço de Namaacha, existem três categorias de mercadorias que transitam, designadamente a de grande e médios importadores e exportadores, e a de pequenos agentes que inclui negociantes de vários níveis e viajantes que trazem poucas quantidades. Neste último grupo destacam-se sobretudo senhores que se deslocam para a Suazilândia e África do Sul à procura de sobrevivência. Notamos nesta fronteira o movimento descontrolado da população, uns a entrar e outros a sair para além fronteira, gente que se aborda indiscretamente e propõe-se e/ou trocam-se confidências de negócios diversos, desde a simples troca de moeda a outros. Observamos também alguns jovens a fazerem passar sacos e caixas com mercadorias diversas através do muro da fronteira de Suazilândia e Moçambique sob olhar cúmplice da guarda de fronteira (Observa a fotografia 1).

**Fotografia 1:** Fronteira de Namaacha



Fonte: Autor (2015)

Verificou-se também um movimento desusado de jovens *gai-gai* transportando mercadorias e atravessando a fronteira de Suazilândia para Moçambique. São intermediários que podem fazer mais de dez carregamentos por dia a mando dos pequenos e médios importadores, vulgo *mukheristas* constituído na sua maioria por mulheres (Observa a fotografia 2).

**Fotografia 2:** Jovens *gai gai* na Fronteira de Namaacha



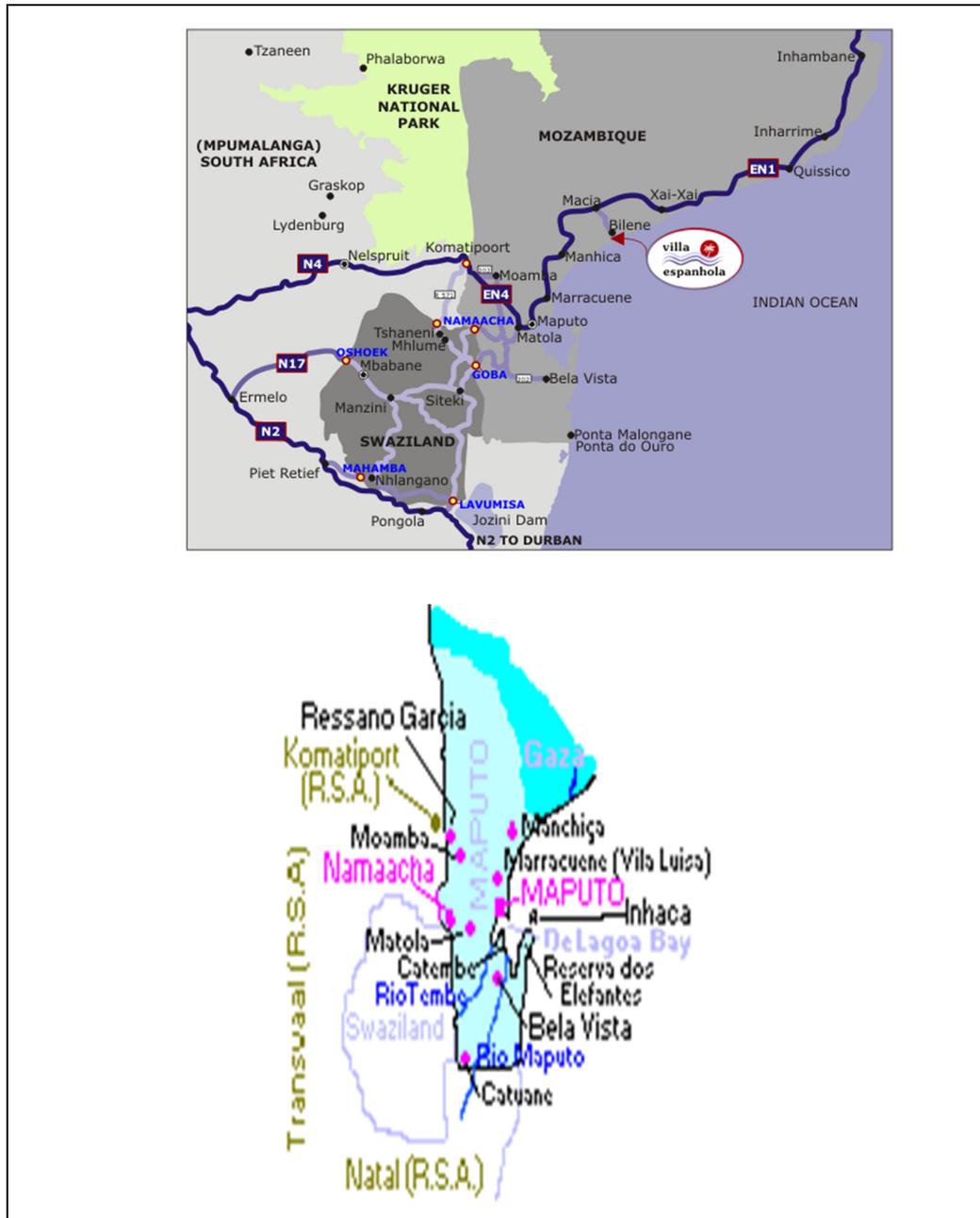
Fonte: Autor (2015)



longínquo ano de 1889. Em 1889 a região de Ressano Garcia era caracterizada por pequenas construções de madeira e zinco associado a cantinas de portugueses e indianos. Possuía ainda uma estação ferroviária e uma fábrica de álcool. No período 1900-1901, associado à guerra anglo-bóer na vila, são erguidas construções melhoradas (uma casa do fiscal da migração, uma residência do administrador, e uma cantina de abastecimento de madeira e zinco). A sua importância enquadra-se no desenvolvimento do comércio e nas tentativas de se beneficiar da linha férrea ligando as antigas cidades de Lourenço Marques em Moçambique e de Transval, na República da África do Sul, tendo sido criado pela portaria nº 427 de 26/08/1891, como centro comercial e ferroviário de extrema importância (DIREÇÃO PROVINCIAL DE PLANO E FINANÇAS DA PROVÍNCIA DE MAPUTO, 2014).

A atual máquina administrativa do Estado no Distrito de Moamba conta com um total de 889 funcionários, distribuídos pelos diferentes setores que compõem a máquina administrativa do Distrito. Os mapas número 5 e 6, representam as fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia numa outra visão que nos permite analisar as distâncias com as regiões vizinhas da África do Sul e Suazilândia.

## Mapa 5 e 6: Fronteiras de Ressano Garcia<sup>12</sup> e Namaacha



**Fonte:** DIREÇÃO PROVINCIAL DE PLANO E FINANÇAS, GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MAPUTO, 2014

Em setembro de 2007, os governos de Moçambique e da África do Sul assinaram um acordo para criação na fronteira de Ressano Garcia/Lebombo, de um Posto de Paragem Única (PPU), como reconhecimento da especial importância desta fronteira no comércio entre os dois países e no tráfego de mercadorias, de pessoas e

<sup>12</sup> Observa o apêndice III.

bens, assim como na melhoria das relações económicas, sociais, culturais e de cooperação bilateral. A criação deste PPU visava a celeridade e facilitação do comércio e serviços, convergindo assim para a materialização de desígnios da integração regional. Este processo é o culminar de um longo percurso de maturação do acordo que começa em 1997, antecedido de estudos que concluíram ser viável a desejável a instalação de um PPU.

Atualmente encontram-se neste PPU três pontos fronteiriços:

**1. Área Turística-** inclui o balcão de atendimento ao mineiro (situado no local onde se encontra a atual fronteira) e o canal pedestre que liga os dois países. Na esta área os canais pedestres (sul-africano e moçambicano) da fronteira já estão ligados. Tradicionalmente, o maior fluxo transfronteiriço (saídas e entradas) verifica-se nos feriados prolongados (fim do ano, Páscoa e outros) e nos fins de semana, sobretudo o último de cada mês, uma vez que os cidadãos moçambicanos deslocam-se á África do Sul em turismo. Para ludibriar as autoridades governamentais, algumas *mukheristas* passam por esta na qualidade de turistas e assim evitam o pagamento de certas taxas aduaneiras, porque o tratamento do turista e *mukherista* é diferenciado sobretudo quando se trata de pagamento de DA.

**2. Área Comercial-** que consiste na Terminal Internacional Rodoviário de Ressano Garcia (TIRRG), situada à 4 Km da linha de fronteira, cujo fluxo diário é de cerca 600 camiões que transitam usufruindo de uma estrada alternativa construída exclusivamente para o efeito. Nesta terminal comercial e de carga (denominada Km4), a situação é mais complexa:

#### **Entrada em Moçambique (da África do Sul<sup>13</sup>)**

- Vindo da África do Sul, os veículos atravessam a fronteira quando saem do território Sul Africano, encontram-se então no território Moçambicano.
- Quando entram nas instalações do Km4, os veículos entram de novo num território onde a África do Sul pode exercer o seu poder soberano, uma vez que o Km4 tem um estatuto muito especial “extraterritorialidade”.

---

<sup>13</sup> Observa o anexo III.

- Os veículos estacionam numa área de controlo conjunto, mas ainda estão sob a soberania Sul-africana.
- Quando as formalidades de saída forem completadas as autoridades Sul-africanas entregam os veículos às autoridades Moçambicanas. Apesar dos veículos não terem sido movidos, encontram-se agora sob a soberania Moçambicana.
- Quando os veículos são conduzidos para fora da zona conjunta de estacionamento no Km4, entram então no território moçambicano propriamente dito (MICHEL, 2007:5).

### **Entrada na África do Sul (de Moçambique)**

- Os veículos que entrem nas instalações mantêm-se ao abrigo da soberania Moçambicana;
- Tais veículos são entregues à soberania Sul-africana dentro da área do controlo conjunto desde que as autoridades Moçambicanas entregam o veículo às autoridades Sul-africanas;
- Quando saem do Km4, os veículos entram de novo em território Moçambicano até chegarem à linha de demarcação internacional (Idem).

As instalações do Km4 é uma área de controlo conjunto onde a soberania dos dois países se sobrepõe geograficamente, apesar de se registar uma separação funcional clara. Portanto, é uma área de estacionamento e exame para a carga de camiões. Nesta área acontece ainda a utilização partilhada dos leitores óticos (*scanners*) e todo equipamento.

**3. Área ferroviária-** erguida na atual estação ferroviária de Komatiport. A construção destas infraestruturas implicou o reassentamento das populações que viviam junto a linha onde foi erguida a estrada para o uso exclusivo dos camiões e acompanhamento do processo de concessão da gestão da TIRRG.

No PPU, se desembaraçam mercadorias expedidas em regime de trânsito, com recursos ao sistema de Janela Única Eletrónica (JUE), operação que antes era efetuada através do sistema *Trade Information Management System* (TIMS), no Km7. Ainda por

via da JUE também se emitem guias de Circulação Rodoviária de Mercadorias (memorandos) para as instâncias do interior, ou seja, para aqueles que querem desembarçar as suas mercadorias na Cidade de Maputo na Terminal Internacional Rodoviário – TIRO e Terminal Internacional Marítimo-TIMAR. Em média são emitidos 1823 guias, sendo 15% para o TIMAR e restantes para o TIRO (GUIMARÃES, 2014:593-4).

A fronteira de Ressano Garcia entre Moçambique e a África do Sul é aquela que encontramos maior incidência da prática do *mukhero* (Observa a fotografia 3).

**Fotografia 3:** Fronteira de Ressano Garcia



Fonte: Autor (2015)

## **2.2. A gênese do *mukhero* na região nas fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia**

De acordo com Novela (2005) citado por Manganhela (2006:3) a palavra “*mukhero*” veio do inglês “*carring*” que significa carregar, levar, transportar. Por adulteração linguística a população tsonga designou toda atividade de importação de mercadorias dos países vizinhos por “*mukhero*”. Esta atividade é caracterizada fundamentalmente pela importação de mercadorias a grosso (especialmente produtos de primeira necessidade) da Suazilândia e da África do Sul, para posteriormente revenda nos mercados formal e principalmente informal em Maputo e outras regiões do Sul de Moçambique.

De acordo Sudecar Novela<sup>14</sup>, o termo “*mukhero*” teria surgido na fronteira de Namaacha, onde residentes locais adquiriam produtos de primeira necessidade na vizinha Suazilândia e passavam sem pagar os direitos aduaneiros. Nos meados da década de 1980, muitos cidadãos vindos da Cidade de Maputo, conhecendo as facilidades dos locais, entravam na Suazilândia, compravam produtos e entregavam os moradores locais em troca de um valor monetário para não pagar os direitos aduaneiros na fronteira.

O ponto de vista do Sudecar Novela, anteriormente referido, é sustentado por Manganhela (2006:17) que considera que “*o termo mukhero surgiu na fronteira de Namaacha e teve como origem na palavra inglesa “carry”*”. Este autor explica que no âmbito da travessia da fronteira da Suazilândia para Moçambique, encontravam-se também estrangeiros que solicitavam a população local uma pequena ajuda, de modo a transportarem a sua bagagem para o lado moçambicano da fronteira dizendo, “*você pode-me ajudar a transportar esta mercadoria para aquele lado*”<sup>15</sup>? Ainda sobre esta matéria Sudecar afirmou o seguinte: “*notamos que, de facto, na fronteira de Namaacha continua a haver muitas facilidades, principalmente às quartas-feiras e aos sábados. Alguns comerciantes chegam a introduzir ilegalmente no país camiões cheios de produtos*”<sup>16</sup>.

Na mesma perspetiva Manganhela (2006:18) refere que o Governo Distrital, nos anos 80, devido a dificuldade de adquirir produtos em Maputo, por causa da Guerra Civil, criou dias especiais (quartas-feiras e sábados<sup>17</sup>), para moradores transporem a fronteira para a Suazilândia, mediante a compra de uma simples senha e lá fazerem compras limitadas.

Por seu turno Muendhane (2006:15) explica que quando “*mukhero*” surgiu constituía uma atividade desenvolvida por cidadãos de Namaacha, que viviam num raio de vinte (20) quilómetros de fronteira, que com o benefício de puderem comprar produtos de primeira necessidade para necessidades próprias, mediante a exibição do cartão de residente na vila, nas quartas e sábados, conhecidos como os dias do “*mukhero*”, transportavam produtos de luxo de certas pessoas (*mukheristas da Cidade*

---

<sup>14</sup> Presidente da Associação MUKHERO

<sup>15</sup> Eles expressavam – se em língua inglesa que a seguir citamos: “*May you help me carrying this bag to that side*” (MANGANHELA, 2006: 17).

<sup>16</sup> NOTÍCIAS, 31/01/2001.

<sup>17</sup> Atualmente, as Alfândegas aboliram esta liberdade de travessia de fronteira para compra livre nos dois dias de semana, por observarem que as pessoas fazem-no pelo negócio, daí que determinada quantidade de mercadoria é sujeita a pagamento de taxas.

de Maputo), que deviam pagar imposto e não o faziam. A atividade do “*mukhero*” envolvia cerca de treze mil (13.000) pessoas, número estimado pelo autor, decorrente do acordo entre governo local e autoridades migratórias para a travessia. Com a demanda de pessoas a atravessar a fronteira as Alfândegas tinham dificuldades de reconhecimento entre os verdadeiros *mukheristas* e os que faziam compras na Suazilândia para o consumo próprio, nos dois dias semanais reservados para os locais abastecerem-se no país vizinho.

Atualmente no sul de Moçambique os operadores do “*mukhero*” são constituídos por moradores das zonas fronteiriças de Namaacha e Ressano Garcia e pessoas oriundas das Cidades de Maputo e Província de Maputo, sendo ao todo, populares desprovidos de emprego no setor formal na Província e não só. Este facto, é sustentado por um artigo do Jornal Savana ao referir que: “*à população de Namaacha juntam-se os importadores informais que vivem na Cidade de Maputo, que diariamente se fazem à estrada com destino à Suazilândia e África do Sul*” (SAVANA, 20/07/2001). Esta atividade começou a ser um problema para o Governo, daí teve se que tomar algumas medidas para travar este fluxo de negócio, tendo em conta que ainda se vivia se um modelo de economia centralmente planificada.

Na década, concretamente em 1982, foram detidos quatro indivíduos acusados de estarem a promover a *candonga*. A detenção foi resultado de uma operação de busca nas residências e confiscação de vários produtos da primeira necessidade alguns dos quais escasseavam no mercado. Estas detenções revelam que apesar da tolerância administrativa do Governo ao permitir que os cidadãos comprassem produtos na vizinha Suazilândia, os mesmos deviam destinar-se ao consumo familiar e não para a venda aos compradores da Cidade de Maputo. Porém, a prática da *candonga* continuou de forma clandestina até a introdução de políticas económicas liberais no País e consequentemente prolongou-se até aos nossos dias (NOTÍCIAS, 7/05/1982).

Em Moçambique o comércio informal em geral e “*mukhero*” em particular como atividade informal tolerada administrativamente pelo Governo, surgiu no contexto da economia de mercado. Principalmente, a partir do momento em que o país foi admitido como membro das instituições do Bretton Woods nomeadamente, Banco Mundial e FMI em 1984, visando alavancar a economia nacional então debilitada. Neste período o País estava a enfrentar mudanças sociais e económicas significativas.

Estas mudanças foram forçadas pelas políticas sob direção socialistas menos sucedidas, que apregoavam o desenvolvimento a partir da socialização do campo. Com

o início da Guerra Civil em Moçambique, muitos projetos de desenvolvimento no campo foram inviabilizados e ocorreram fugas maciças das pessoas do meio rural para as principais cidades, com destaque para a Cidade de Maputo e para alguns países vizinhos.

Estas pessoas que viviam pelo trabalho de lavoura, fabrico de carvão vegetal para uso como biocombustível, corte de árvores para uso como combustível lenhoso, estacas, caniço, caça, já fora do seu habitat ou seja, nas zonas urbanas tiveram que encontrar forma alternativa para a sua sobrevivência no comércio informal. Vendiam quase tudo desde “*badjias*”, “*fiosses*” (bolinhos), pão colorido, “*matoritori*” (doces de coco), laranjas verdes, mangas verdes, tangerinas verdes, limão, rebuçados, pastilhas, bolos de fabrico caseiro, verduras, etc.

Aqueles que se refugiaram nas zonas fronteiriças passaram a comprar produtos de outro lado dos países vizinhos e a revender do lado moçambicano. Esta situação concorreu para o crescimento do fenómeno “*mukhero*”.

Assim, podemos concluir os governantes locais em Namaacha, foram fundamentais no incentivo a prática do *mukhero*, pois, concederam quarta-feira e sábado para as comunidades locais entrarem mediante a apresentação de cartão de residência local na Suazilândia adquirir produtos para necessidades próprias. Dada a mobilidade das pessoas, alguns cidadãos da Cidade de Maputo, tomaram conhecimento da facilidade dos locais de Namaacha em comprar produtos na Suazilândia. Daí passaram a negociar com estes em troca de algum valor monetário para adquirirem produtos na Suazilândia de forma a escapar de pagamento de direitos aduaneiros. Deste modo, os produtos passaram a ser abastecidos nos mercados informais da Cidade de Maputo.

Esta situação por um lado, permitiu a colocação de produtos a um preço relativamente inferior do que seria se tivesse que pagar os direitos aduaneiros e, assim muitos cidadãos conseguiam adquirir os produtos.

### **2.3. O contrabando e o *mukhero*: duas faces da mesma moeda?**

Para Dorfman (2010a),

*“O contrabando é uma prática eminentemente geográfica, podendo ser descrito como o comércio ilícito baseado nas diferenças – de preço, qualidade e disponibilidade de mercadorias – geradas pelas*

*barreiras aduaneiras associadas à delimitação dos Estados-Nação. Esse tipo de comércio internacional ilegal exige de seus agentes o conhecimento da geografia aplicada da fronteira, aprendida na experiência da condição fronteiriça” (1).*

Durante a pesquisa de campo nas fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia observou-se que algumas *mukheristas* para atravessarem a fronteira usam várias técnicas de contrabando como elidir impostos; passar mercadorias proibidas; subornar; coagir; conforme a rede mobilizada. Observou-se também que a relação das *mukheristas* com os agentes de fronteira (alfandegários e de migração) oscila entre convivência e punições legais.

Identificaram-se algumas casas que foram transformadas em armazéns de bebidas alcoólicas sobretudo na fronteira de Namaacha (do lado moçambicano). Ainda nesta mesma fronteira alguns jovens são utilizados como carregadores de pequenas quantidades de bebidas alcoólicas que ao atravessarem a fronteira para o lado moçambicano depositam em casas que funcionam como armazéns. Os tais jovens conhecidos por “*gai-gai*” (carregadores na linguagem local) fazem 5 às 6 viagens por dia, escapando desta forma o pagamento de DA. Depois de armazenadas as bebidas alcoólicas são transportadas por camiões para os principais mercados informais da Cidade de Maputo. O trajeto percorrido por estes camiões até chegar a Cidade de Maputo é efetuada sempre em convivência com as autoridades (a Polícia da República de Moçambique e agentes alfandegários) e a viagem é sempre feita no período noturno para escapar o controlo.

Face ao observado nas fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia chega-se as mesmas conclusões que a Dorfman (2010a) sobre o contrabando na fronteira de Brasil e Uruguai ao considerar que:

*“o contrabando organiza lugares e é absolutamente estrutural nessa sociedade, no abastecimento e sustento das pessoas, sendo visto mais como trabalho do que como delito, realizando-se através das redes de solidariedade indispensáveis à sua execução e legitimação. Além disso, o ethos contrabandista cria uma identidade de lugar, distinguindo outsiders e membros (cúmplices) do grupo, numa*

*territorialidade com extensão, passagens e polarizações em constante atualização, dada a variabilidade dos conteúdos da fronteira (2).*

Mas é preciso realçar que na condição fronteiriça de Namaacha e Ressano Garcia empregar a palavra “contrabando” equivale a uma declaração de ignorância do *ethos* fronteiriço. Ora, o termo contrabando,

*“Além de revelar-se como estranho ao lugar, significa não pautar com a compreensão local sobre a atividade, já que a designação ‘contrabando’ se origina em parâmetros extra-locais de legalidade, trazendo em si uma condenação velada. Isso é inadmissível num contexto em que a atividade é disseminada e normalizada, envolvendo a todos, seja como estratégia de abastecimento cotidiano, seja como alternativa de ocupação e geração de renda. Apesar de o contrabando ser totalmente legítimo, isso não quer dizer que possa ser comentado de qualquer forma e em qualquer situação, menos ainda com aqueles que não fazem parte dessa rede comercial de carácter ilegal. Ou seja, o pertencimento ao lugar é condição para aceder à informação sobre o contrabando e o sigilo se instala no limite entre o local e o extra-local, criando uma geografia metafórica da informação” (DORFMAN, 2010b:6).*

Numa expressão do lugar, comprar do outro lado da fronteira “não é ilegal e nem imoral”, e pode-se ir além, explicitando ser o contrabando parte da cultura local, aliás, localmente, a motivação para comprar no outro lado da fronteira reside na diferença de preços e julgamento sobre a qualidade de produtos acessíveis numa escala local. A diferenciação dos produtos é provocada pelo desnível das três economias nacionais, ou seja, comprar na vizinha Suazilândia e África do Sul<sup>18</sup> é sempre mais barato comparativamente ao mercado moçambicano. Assim, a fronteira não é empecilho ao contrabando, mas sim sua origem.

O Presidente da Associação *MUKHERO*, Sudecar Novela quando por mim confrontado para explicar a prática de contrabando por parte das *mukheristas* justificou como sendo uma atitude praticada por certos membros como forma de evitar pagamento de elevadas taxas aduaneiras cobradas nas fronteiras, apesar de constituir uma prática desencorajada pela Associação como atesta os próprios estatutos no artigo quinto, alínea

---

<sup>18</sup> África do Sul e Suazilândia são os maiores produtores agropecuários em relação à Moçambique.

g<sup>19</sup>. Porém, reconheceu existirem redes de solidariedade envolvendo os agentes de fronteira, os motoristas que fazem o transporte de passageiros e as próprias *mukheristas* indispensáveis à execução desta prática bem como a sua legitimação.

Reiterou que apesar de existirem membros da Associação envolvidos nesta prática não se pode considerar o *mukhero* como arte de contrabando porque existem muitos comerciantes informais que honram os seus compromissos fiscais e evitam fuga ao fisco. Ainda na opinião do mesmo o que ocorre com muita frequência nas fronteiras é a fuga ao fisco que se caracteriza por ser uma fraude aduaneira que consiste em frustrar ou burlar o pagamento de taxas aduaneiras. A fuga ao fisco deve ser compreendida no contexto do *ethos* fronteiriço, ou seja, ato consentido tanto pelo comerciante como pelos agentes de fronteiras, ora, para as *mukheristas* fugir ao fisco é uma necessidade normal para prosperar no negócio porque julgam que o Estado funciona como um “extorquidor” cobrando aquilo que eles consideram de taxas aduaneiras elevadas e para os agentes de fronteira, o trabalho na fronteira representa uma oportunidade elevar os seus rendimentos e até mesmo para o enriquecimento ilícito<sup>20</sup>.

Sudecar avança algumas medidas para reduzir a prática de contrabando nas fronteiras como a definição conjunta (Alfândegas e Comerciantes) das tarifas preferenciais a serem pagas pelos comerciantes e o reembolso rápido do IVA por parte das Autoridades Sul-africanas para que o comerciante não sinta lesado financeiramente. Mas para que este reembolso aconteça é necessário que as Autoridades Sul-africanas emitam na hora os certificados de origem das mercadorias e o valor real da compra das mercadorias.

---

<sup>19</sup> Os estatutos foram aprovados oficialmente no dia 21 de julho de 2000. Mas só à 8 de julho de 2002 é que Associação foi reconhecida como pessoa jurídica e publicado no Boletim da República no dia 28 de abril de 2004. A alínea g) do artigo em alusão refere que a Associação tem como objetivo combater a fuga a fisco.

<sup>20</sup> No período que se realizou o trabalho de campo, observou-se que os agentes das alfândegas e guarda de fronteiras utilizam viaturas particulares de grande cilindrada e luxuosas como Toyota Land Cruiser VX, Toyota Land Cruiser Prado TX e TZ e algumas viaturas luxuosas de fabrico alemão como Mercedes Benz Compressor, Audi A4 e A6 e Volkswagem Passat e importadas do Japão como Land Cruiser Prado, Toyota Hilux D4D entre outras marcas luxuosas.

## 2.4. A prática do “*mukhero*” e a sua evolução no tempo

### 2.4.1. O “*mukhero*” antes do processo de integração regional da SADC

Manganhela (2006:22) refere que para estudar a origem do “*mukhero*” é preciso considerar duas fases: a primeira compreende o período de 1987 à 1992 e a segunda vai de 1992 à 1997.

Na primeira fase o “*mukhero*” era praticado principalmente pelos residentes locais em que bastando para tal apresentarem um cartão de residente, podiam atravessar para Suazilândia para fazer compras limitadas. Isto ocorria porque os residentes do Distrito de Namaacha tinham dificuldades de adquirir mercadorias vindas de Maputo, em virtude da situação de Guerra Civil no país. Deste modo, o Governo criou dias especiais para residentes locais (quartas e sábados) transporem a fronteira de Namaacha para Suazilândia mediante a compra de uma simples senha e lá fazerem compras limitadas.

Estas facilidades aliadas à degradação das fronteiras colaboraram para o índice de corrupção fosse elevado por parte das Autoridades Governamentais (Alfândegas, Migração e Guarda de Fronteiras) instalados na fronteira de Namaacha. Aliado a isso, a falta de emprego remunerado naquele distrito sul do país contribui para a proliferação do *mukhero* como única alternativa de sobrevivência para a população local (AMARAL, 2000:19).

Na segunda fase o *mukhero* teve uma nova dinâmica porque muitas mulheres vinham de Maputo e áreas circunvizinhas da fronteira de Namaacha, passaram a usar os residentes locais para que estes ajudassem a transportar mercadoria de um lado da fronteira para outro, porém fugindo ao fisco. A fuga ao fisco era estimulada pelos elevados direitos aduaneiros que impossibilitava que houvesse lucros suficientes na prática do *mukhero*, daí as *mukheristas* optavam pela fuga ao fisco de modo a reduzirem os elevados gastos na sua atividade e pela debilidade do sistema aduaneiro do país desde a vedação de fronteiras, até a má remuneração dos funcionários alfandegários contribuíram para o crescimento desta prática.

A isenção de impostos e a evasão dos direitos aduaneiros, no caso das *mukheristas* (apesar de muitos importadores formais também fugirem ao fisco) permitia aos vendedores do setor informal praticarem preços mais baixos em relação aos preços praticados pelos comerciantes do setor formal. Este setor ganhou espaço devido ao facto da situação económica de milhares de moçambicanos ser de pobreza absoluta, refletindo-se no baixo poder de compra. Geralmente os seus magros rendimentos só lhes permitiam adquirir produtos comercializados em mercados informais, já que os preços

nos *dumba-nengues*<sup>21</sup> eram subsidiados pelos seus salários (MANGANHELA, 2006:13).

É dentro desta dinâmica que o *Mukhero* se afirmou de modo a dar respostas aos défices de produção interna no sul do país. No meio deste cenário surgiram as *mukheristas* que passaram a ser o garante de sobrevivência de várias famílias, pois não tinha recursos e nem meios para produzir o suficiente de modo a responder a enorme procura de produtos de primeira necessidade. Foi nesta segunda fase que a Associação *MUKHERO* terá começado a operar no ano de 1994 e foi oficializada no 8 de julho de 2002 com a designação de Associação dos Vendedores e Importadores do Setor Informal de Moçambique - *MUKHERO*, sendo presidida por Sudecar Novela (MANGANHELA, 2006: 25). A criação da Associação irá conferir outra dinâmica a esta atividade.

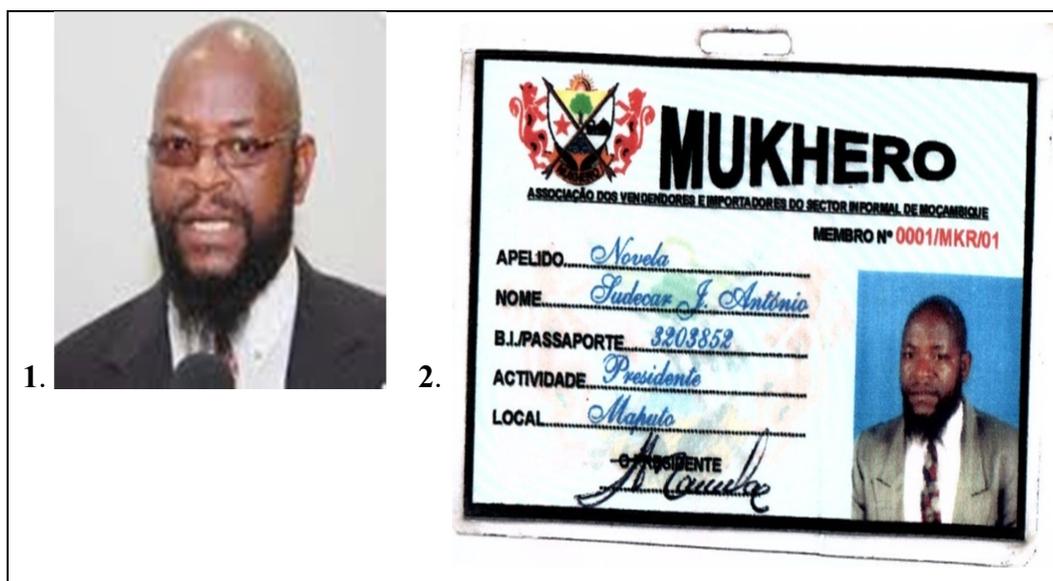
A Associação *MUKHERO* existe formalmente desde 21 de julho de 2000 e tem sua sede no Mercado Informal Compone, arredores da Cidade de Maputo, congregando atualmente 1250 associados, dos quais 70% são mulheres e 30% homens<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Expressão utilizada no sul de Moçambique para designar os mercados informais.

<sup>22</sup> O mesmo informante revelou que para ser membro desta agremiação exige-se uma (1) fotocópia de B.I., uma (1) foto tipo passe, pagamento de joias no valor de 560,00Mt (17 USD) e quotas mensais no valor de 60,00Mt (1,8 USD) e de seguida passa a ostentar um cartão que contem o número de membro, uma fotografia, símbolo da associação entre outros dados conforme ilustra a ilustração 1 e 2. No concernente a vantagens de pertencer a Associação *MUKHERO* logo após a sua fundação, é que o associado tinha um cartão que na altura do pedido de visto na Embaixada Sul-Africana na Cidade de Maputo, juntava-a com o passaporte e assim era concedido visto de entrada na RAS de 1 à 6 meses, isto porque entravam e saíam constantemente.

**Ilustração 1 e 2:** Presidente da Associação *MUKHERO*, Sudecar Novela e o seu cartão de membro



**Fonte:** Associação *MUKHERO*, 2014

Alguns dirigentes da Associação *MUKHERO*, abandonaram esta agremiação e fundaram a Associação dos Micros Importadores de Moçambique- AMIM no dia 11 de novembro de 2006, no Mercado Informal da Malanga, ou seja, seis meses antes da transferência dos grossistas do Mercado Informal da Malanga para Mercado Formal Grossista de Zimpeto, em maio de 2007.

O presidente da Associação é Fernando Mathusse<sup>23</sup> e a sede da mesma localiza-se no Mercado Formal Grossista do Zimpeto. Atualmente, congrega cerca de 2.300 membros segundo informou-nos o presidente. Porém, instado a mostrar a lista dos membros não conseguiu facultar-nos, o que faz levantar suspeitas sobre o número real de membros, que parece-nos ser inferior a (duzentas) 200 pessoas segundo depoimentos de uma comerciante que também faz parte da agremiação. O presidente aponta que para ser membro paga-se 1.000,00Mt<sup>24</sup> de joias e 350,00Mt<sup>25</sup> de quotas mensalmente. Estas quotas são superiores em relação as cobradas pela instituição mãe Associação *MUKHERO*. A relação entre estas duas associações não é saudável, apesar de todos estarem a concorrer para o mesmo fim. Mesmo assim, as duas associações são interlocutoras válidas e reconhecidas pelo Governo, através do Ministério da Indústria e Comércio, das Alfândegas de Moçambique, da Autoridade Tributária de Moçambique e

<sup>23</sup> Entrevista concedida pelo Sudecar Novela

<sup>24</sup> Equivalente a 30,3 USD – ao câmbio do dia 8/10/2014

<sup>25</sup> Equivalente a 10, 6 USD – ao câmbio dia 8/10/2014

do Município de Maputo, mas a Associação *MUKHERO* ter maior reconhecimento pelo facto ser a primeira a se constituir e pela postura da liderança da mesma. Elas intervêm em qualquer litígio dos seus associados com órgãos do Estado, bem como sensibilizam seus associados a cumprirem com as suas obrigações aduaneiras e fiscais. Contribuem na fixação de preços justos, através da luta contra fuga ao fisco, que prejudica aos operadores honestos. As associações têm-se ocupado também, pela fiscalização de importadores informais nas fronteiras, visando apurar se declaram justamente as mercadorias e se pagam os devidos direitos aduaneiros<sup>26</sup>.

Todavia, as associações não integram todas *mukheristas*, pois algumas operadoras do comércio informal transfronteiriço inquiridas nos vários bairros da Cidade de Maputo, que compram roupa, produtos de beleza e de cabelo na Suazilândia e África do Sul e revendem na Cidade de Maputo, como ambulante e em domicílio, disseram não pertencer a nenhuma associação.

#### **2.4.2. O *mukhero* no contexto da integração regional da SADC**

##### **2.4.2.1. Protocolo Comercial da SADC e os seus efeitos no *mukhero***

No continente africano, a organização com cariz político e de desenvolvimento mais evidente foi e é, sem dúvida, a Conferência para Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), criada a 1 de abril de 1980 entre oito países da África Austral, visando maior abertura e cooperação política e económica entre os países da Região e propiciar a criação de uma economia regional forte e integrada e a redução da dependência em relação à África do Sul. Em 1992, transformou-se na atual Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC<sup>27</sup>) e passou a englobar mais países e a obter uma maior importância a nível regional e internacional. Esta transformação teve a sua génese com o fim *apartheid* na África do Sul visto que, após a queda deste, um dos seus objetivos foi a incorporação da África do Sul democrática na “nova” organização regional.

Em 1996, os 10 membros da SADC, conceberam o Protocolo Comercial da SADC que viria a ser assinado e ratificado em 1999. O Protocolo entrou em vigor em 2000, visando em especial, o estabelecimento de uma Área de Comércio Livre na região da SADC até 2008, para permitir que bens e serviços sejam transacionados livres de

---

<sup>26</sup> Entrevista concedida pelo Sudecar Novela

<sup>27</sup> São membros da SADC os seguintes países: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesotho, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Ilhas Seycheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

direitos aduaneiros (barreiras tarifárias) e de outras barreiras técnicas ao comércio (barreiras não tarifárias). Os restantes Estados membros (do total de 14) aderiram mais tarde, tendo o último sido a República Democrática do Congo em 2007. Os objetivos do Protocolo Comercial da SADC (apêndice VI), conforme plasmados no seu artigo 2, compreendem:

- *“Fomentar a liberalização do comércio intrarregional de bens e serviços, na base de acordos comerciais justos, equilibrados e de benefício mútuo, complementado por Protocolos de outras áreas;*
- *Garantir uma produção eficaz dentro da Região da SADC, que reflita as atuais e potenciais vantagens comparativas dos seus Estados membros;*
- *Contribuir para a melhoria do ambiente favorável à promoção e atração de investimento nacional, transfronteiriço e estrangeiro;*
- *Incrementar o desenvolvimento económico diversificado e a industrialização da Região;*
- *Estabelecer uma Área de Comércio Livre da Região da SADC até 2008” (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2008:6).*

Como forma de dar resposta a preocupação de muitos autores, segundo a qual a Zona de Livre Comércio projetada para entrada em vigor em 2008, não fazia sentido sem facilitação de livre circulação de pessoas, os chefes do governo dos países membros da SADC, na Cimeira realizada de 17 a 18 de agosto de 2005, no Botswana (designada como Cimeira das Bodas de Prata), produziram a aprovação do Protocolo sobre a Circulação Livre de Pessoas (SADC, 10/2005) visando facilitar a circulação de pessoas na região.

O Protocolo aplica-se aos cidadãos dos países da SADC por um período máximo de entrada livre de visto de 90 dias e prevê que o visitante possa solicitar uma extensão sujeita às leis do estado membro.

O Protocolo sobre a circulação livre de pessoas foi norteado pelos seguintes objetivos

- “Entrada nos estados membros sem necessidade de um visto por um período máximo de 90 dias por ano, em visita de boa-fé e em concorrência com as leis do estado membro;
- Residência permanente e temporária no território de um outro estado membro;
- Trabalhar no território de um outro estado membro” (SADC, 10/2005).

Moçambique e RAS assinaram o acordo de supressão de visto entre si no dia 15 de abril de 2005<sup>28</sup>, quatro meses antes assinatura do Protocolo Comercial da SADC sobre a circulação livre de pessoas na região, o que terá servido de amostra na Cimeira.

Igualmente, Moçambique tem o acordo de abolição de visto com a Suazilândia. Este último país e RAS fazem limites fronteiriços com a Província de Maputo, que integra a cidade capital, razão pela qual se faz a sua referência no contexto da pesquisa e não de outros países membros da SADC.

A Área de Livre Comércio que vigora desde 2008, veio a beneficiar, de alguma maneira, o Protocolo sobre a facilitação da livre circulação de pessoas e bens. Pois, os dois protocolos são uma mais-valia na complementaridade entre si, por um lado, para movimentação de capitais, bens e serviços, e por outro, na circulação de pessoas, dinamizadores do comércio informal transfronteiriço.

A facilitação de livre circulação de pessoas entre Moçambique com RAS e Suazilândia, trouxe benefício ou impacto positivo para a população moçambicana em geral e para as “*mukheristas*” do sul de Moçambique em particular. Em geral, muitas esposas dos mineiros e dos demais trabalhadores de outros setores da economia sul-africana, passaram a visitar periodicamente, seus maridos na RAS, sem ter que esperarem pelos maridos no fim dos períodos ou prazos contratuais com seus empregadores, que vão até um ano ou em caso de acumulação de folgas. Estas mulheres, algumas delas sem ocupação rentável, optaram por comércio informal transfronteiriço. À medida que fossem visitar os maridos, no regresso compravam produtos que revendiam em Maputo e algumas delas passaram a fazê-lo frequentemente ou seja, uma vez por mês.

Particularmente as “*mukheristas*” com a supressão de visto, viram sua margem de lucro acrescida. A medida trouxe uma maior gestão de tempo, pois já não é mais

---

<sup>28</sup> Acordo de isenção de visto entre Moçambique e RAS assinado aos 15/04/2010.

necessário esperar pelo visto nem pelos seus condicionamentos, bem como para outros que queriam começar o negócio durante o período de isenção.

Desde a entrada em vigor do Acordo de Supressão de Visto entre Moçambique e RAS à 15/04/2005, houve uma grande procura de passaportes no setor público da Direção Nacional de Migração, na Cidade de Maputo, caracterizada por um movimento desusado de pessoas que chegavam a bloquear o passeio defronte da mesma direção, dificultando os peões que dali passavam<sup>29</sup>. Maior parte dessas pessoas que solicitavam passaportes para poderem viajar, eram mulheres que pretendiam iniciar a atividade do *mukhero* e homens que, por seu turno, pretendiam procurar emprego na RAS ou na Suazilândia para a sua sobrevivência. Algumas mulheres eram esposas de mineiros e não só, de outros trabalhadores na RAS, que têm normalmente, um contrato válido por um período referido anteriormente e que conheceram as facilidades do Acordo referido primeiramente, em termos de minimização de custos que eram absorvidos pelo visto, para além de outros condicionamentos, passaram a solicitar suas esposas àquele país, por um período de pelo menos um mês de visita de boa-fé<sup>30</sup>.

De acordo com SADC (2005: 2) os estados membros responsabilizaram-se por introduzir passaportes legíveis eletronicamente (biométricos) à medida do possível e passaportes tecnologicamente sensíveis e outras facilidades relacionadas, conforme as circunstâncias.

É dentro deste contexto que em Moçambique introduziu-se pela primeira vez o passaporte biométrico, no dia 24 de março de 2010. O passaporte biométrico foi introduzido na República de Moçambique, em resposta à recomendação dada pela Organização Internacional de Aviação Civil, segundo a qual a partir de 01 de abril de 2010, todos os países do mundo deveriam usar o passaporte de leitura eletrónica (biométrica), medida que se enquadra nos esforços da garantia de segurança, sobretudo no que tange ao combate ao terrorismo.

Todavia, a introdução dos passaportes biométricos foi vista em alguns momentos por muitas *mukheristas* como proibitivo, pois a execução de um passaporte normal e urgente antes da introdução do biométrico estavam fixados nos 177,98Mt e 266,98Mt. A partir do dia 24 de março de 2010, data de introdução de passaporte biométrico em Moçambique, os passaportes de execução normal e urgente foram agravadas na ordem de 1.305% e 1.586% e respetivamente ou seja, agravamento de 177,98Mt (passaporte de

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida pela Lúcia Machavane

<sup>30</sup> Entrevista concedida pela Teresa Mahumane

execução normal não biométrico) para 3.000,00Mt (passaporte biométrico) e de 266,98Mt (passaportes de execução urgente não biométrico) para 3.750,00Mt (passaporte biométrico) conforme podemos observar na tabela 2.

**Tabela 2:** Taxa para aquisição de passaporte

<b>Taxa de passaporte não biométrico por unidade</b>	
1	Execução normal 177,98Mt <sup>31</sup> ;
2	Execução urgente 266,98Mt <sup>32</sup> ;
3	Execução muito urgente 311,47Mt <sup>33</sup> ;
4	Execução expresso 355,97Mt <sup>34</sup> .
<b>Taxas de passaporte biométrico por unidade</b>	
1	Execução normal 3.000,00Mt <sup>35</sup> ;
2	Execução expresso 3.750,00Mt <sup>36</sup> .

**Fonte:** Direção Nacional de Migração -DNM, 2013

Por outro lado, a partir de 24 de março de 2010, altura em que se introduziu em Moçambique passaportes biométricos com custos bastante exorbitantes, já anteriormente analisados, têm-se registado uma redução drástica de procura de passaportes. Atualmente, não é qualquer cidadão pacato que trata passaporte, devido ao seu elevado custo. Hoje em dia, a posse de um passaporte (biométrico) significa ostentação. A introdução de passaporte biométrico veio a elitizar a sua posse.

De acordo com o entrevistado, contrariamente ao que se havia tornado habitual, tanto para os funcionários como aos utentes da sua instituição, de ver filas longas no passeio defronte do edifício-sede da Migração, nos últimos dias, já não se verifica, pois muitos cidadãos nacionais, foram repelidos pelos elevados e insuportáveis tarifas aplicadas pela aquisição de um passaporte biométrico, pese embora a abolição de visto entre Moçambique e RAS seja um facto<sup>37</sup>.

A situação acima descrita, é evidenciada pelos dados do movimento migratório. Durante o mês de julho de 2010, já com a introdução de passaportes biométricos, na fronteira de Ressano Garcia, foi registado a entrada de 46.502 nacionais e saída de

<sup>31</sup> 5,4USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticaís)

<sup>32</sup> 8,1USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticaís)

<sup>33</sup> 9,4 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticaís)

<sup>34</sup> 10,8 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticaís)

<sup>35</sup> 90,1 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticaís)

<sup>36</sup> 113,6 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticaís)

<sup>37</sup> Entrevista concedida pela Claudina Arcanjo

55.403 nacionais, contra entrada de 90.192 nacionais e saída de 82.857 nacionais referentes ao igual período transato (julho de 2009), que representam uma redução na ordem de 48,4 e 33,1 %, respetivamente.

Ainda no mesmo período, na fronteira de Namaacha, registou-se a entrada de 4.210 nacionais e saída 5.194 de nacionais, contra entrada de 1.864 nacionais e saída de 2.222 nacionais, superior em cerca de 2.346 e 2.972 nacionais, respetivamente segundo dados colhidos nos postos fronteiriços de Ressano Garcia e Namaacha. Porém, atualmente este fenómeno esta ultrapassado.

A redução drástica de solicitação de passaportes por cidadãos da Cidade de Maputo, refletiu-se na acentuada redução do movimento migratório na fronteira de Ressano Garcia, principal estância aduaneira em Maputo e do país em 2010 (NOTÍCIAS, 07/12/2010). A alta de preço para obtenção de passaporte biométrico, afeta àqueles que estavam a juntar dinheiro e/ou em processo de empréstimo nas instituições de Micro Crédito, na perspetiva de iniciar um negócio (“*mukhero*”) para a sua sobrevivência. Em fim, a facilitação de livre circulação de pessoas entre Moçambique e RAS, bem como entre Moçambique e Suazilândia, decorrente das assinaturas dos respetivos acordos de supressão de visto pelos próprios governantes, trouxe benefício. **Primeiro**, porque a medida trouxe uma maior gestão de tempo, uma vez que a qualquer hora e dia pode-se viajar. **Segundo**, porque o dinheiro que era gasto para a obtenção do visto, vem acrescer a sua margem de lucro, alargando a sua capacidade de aquisição de produtos para si e respetivas famílias. **Terceiro**, com a supressão de visto, muitos cidadãos nacionais passaram a adquirir passaportes para procurar melhores condições de vida nestes dois países. Muitos mineiros e outros trabalhadores naquele país, com contratos de trabalho de um ano, passaram a solicitar suas esposas para visitas de um mês.

Em resposta as políticas da Organização Mundial do Comércio (OMC), os países membros da SADC estão a implementar a redução dos direitos aduaneiros rumo à sua integração regional, visando combater a pobreza que graça seus povos e criar desenvolvimento, através duma maior cooperação e relações comerciais justas.

O artigo 3, da resolução nº44/99 do Protocolo de Livre Comércio da SADC indica que o processo e as modalidades para a eliminação faseada das barreiras tarifárias e não tarifárias, seriam determinadas pelo Comité dos Ministros de Comércio dos países membros da SADC, responsáveis pela área de trocas comerciais.

Este protocolo prevê a redução das tarifas como meio de encorajar o crescimento económico regional, integração e desenvolvimento, e para promover o comércio regional.

Para os produtos de primeira necessidade, previa-se que em 2008 os direitos aduaneiros estivessem a taxa 0% ou seja, não se cobraria nenhum valor para a importação dos mesmos produtos, porém, esse facto não ocorre até ao momento. A isenção de direitos aduaneiros a partir de 2008, registou uma redução de 5%. No âmbito do Protocolo para as “*mukheristas*” se beneficiar da isenção dos direitos, a partir de 2008, deviam apresentar o *certificado de origem*<sup>38</sup> do produto, porque este protocolo só permitiria a livre circulação nas importações de produtos dos países membros da SADC.

A isenção sucede à medida que o governo consegue potenciar a indústria e incentivar a compra dos seus produtos a nível interno (PAUTA ADUANEIRA, decreto nº39/2002:9). Entretanto, o IVA e outros direitos vão se manter. Atualmente, por importação de tomate paga-se apenas o IVA, enquanto por importação de cebola, batata, caldo, farinha, ovos, óleo alimentar, hortícolas, frutas, carnes, congelados, os direitos aduaneiros que pagam estão na ordem de 5%, esperando que no futuro breve, as barreiras tarifárias estejam desarmadas na totalidade ou seja, esteja na ordem de 0%<sup>39</sup>.

Porém, uma boa parte das “*mukheristas*” não se beneficiam da redução dos direitos, porque não tratam o certificado de origem de produtos. E, também, por causa da má-fé de alguns funcionários alfandegários, que desqualificam os certificados apresentados por algumas “*mukheristas*”. Ainda existe por parte de algumas *mukheristas* desconhecimento das cláusulas da aquisição dos certificados de origem acrescentando-se o problema da complexidade do processo de aquisição do mesmo<sup>40</sup>. De uma forma geral, na observação realizada juntos das fronteiras notou-se que as autoridades governamentais têm ignorado a cláusula sobre certificado de origem.

Em conversas mantidas com algumas *mukheristas* referiram que o certificado de origem para os pequenos importadores informais representa um prejuízo, isto porque os operadores após adquirirem mercadorias, devem percorrer uma distância de cerca de quatrocentos quilómetros (400Km) de estrada para averbamento do certificado em Pretória (capital da África do Sul) o que revela-se dispendioso. Por outro lado, os farmers sul-africanos também não estão interessados em passar certificados de

---

<sup>38</sup> Certificado de Origem, Boletim da República nº52, I Série, de 29 de dezembro de 1999. Resolução nº 44/99 de 24 de agosto de 1996, que ratifica o protocolo sobre as taxas comerciais na SADC.

<sup>39</sup> Entrevista concedida pela Aurélia Muando

<sup>40</sup> Entrevista concedida pela Virgínia Dima

origem, porque isso significa revelar a sua produção exata e com repercussões de impostos daí resultantes, pois os certificados por eles passados são averbados pela entidade competente em Pretória. Por isso, os importadores informais preferiam pagar os direitos a ter desconto pela apresentação de certificado de origem, pois os custos só por combustível são superiores as diferenças que devia pagar pelos direitos aduaneiros sem desconto<sup>41</sup>.

As “*mukheristas*” na Cidade de Maputo, receberam com muita satisfação a notícia sobre entrada em vigor da ZLC da SADC. Justificam a sua satisfação com o comércio livre da SADC, por ter possibilitado o alargamento da margem de lucro. Segundo eles, o aumento da margem de lucro tem permitido a melhoria significativa do sustento dos filhos em particular e das suas famílias ou lares em geral. Todavia, lamentaram o facto de não abranger todos os produtos por causa da liberalização faseada por propósitos protecionistas que deveria avançar até 2012, mas que até ao momento não se efetivou por razões de vontade políticas e administrativas por parte dos países membros da SADC.

Para este subsetor da atividade comercial informal vulgo “*mukhero*”, a liberalização do comércio no bloco regional da SADC, trará benefícios significativos, como afirma um dos comerciantes entrevistado ao referir que: “*com o dinheiro que despendia em direitos aduaneiros, posso vir a aumentar o meu negócio e assim alargar ainda mais a margem de lucros. E no futuro, possivelmente poderei pensar em emigrar para outros negócios ou atividades económicas mais ambiciosas*”<sup>42</sup>.

Porém, é preciso salientar que não são todas *mukheristas* satisfeitas, com a liberalização do comércio na SADC, pois aquelas que compram na RAS e Suazilândia roupa diversa e outros produtos ainda com direitos aduaneiros a pagar, ou seja, sem redução, sentem-se prejudicadas com a estratégia de integração regional do país de forma faseada.

Portanto, em função dos aspetos anteriormente analisados, pode se afirmar que o impacto da ZLC da SADC para *mukheristas* em Maputo, é positivo, na medida que não abalou o tecido social que tem no “*mukhero*” a atividade para a sua sobrevivência, pelo contrário, trouxe vantagens consideráveis de abolição de direitos aduaneiros para certos produtos, bens e artigos seleccionados para esse fim, que possibilitou o aumento da margem de lucro para *mukheristas*.

---

<sup>41</sup> Entrevista concedida pela Ruth Cossa

<sup>42</sup> Entrevista concedida pela Joana Banze

Em consequência do Protocolo Comercial, o país tem reduzido gradualmente as taxas aduaneiras na ordem de 5%. Para os operadores do “*mukhero*” se beneficiar da redução de Direitos Aduaneiros (DA), devem apresentar certificado de origem da sua mercadoria que visa proteger produtos produzidos nos países membros do bloco regional.

Todavia, até hoje em dia, continua-se a cobrar 20% de direitos aduaneiros para alguns produtos para além dos 17% do IVA. Pese embora o Protocolo Comercial da SADC previsse que para produtos de primeira necessidade, os encargos de direitos aduaneiros estivessem a taxa 0% a partir de 2008.

#### **2.4.2.2. Janela Única Eletrónica- mecanismo eletrónico de facilitação do comércio**

O desembaraço das mercadorias antes da introdução da JUE era efetuado pelo sistema TIMS instalado em 1998 por iniciativa da Crown Agents-empresa britânica de consultoria contratada pelo governo para gerir as Alfândegas. O sistema TIMS mesmo com a introdução da JUE ainda é utilizado para mercadorias importadas da África do Sul no valor máximo de 45 mil randes sul-africanos equivalente a 2 949,59 dólares norte americanos ao câmbio do dia 8 de janeiro de 2016. Na sua globalidade o sistema TIMS gere a informação aduaneira a partir da apresentação das mercadorias à Alfândega, com vista a:

- Tratar dados do comércio internacional;
- Tratar regimes aduaneiros e procedimentos tais como isenções, armazenagem e questões de valor aduaneiro;
- Criar base de dados que utiliza na vertente *intelligence* na identificação de áreas de risco e consequentemente no combate à fraude;
- Construir perfis de riscos aplicados a análise de trocas comerciais;
- Representar uma verdadeira tecnologia de informação inovadora instalada nos serviços aduaneiros que promove a interligação com outras entidades nacionais ou internacionais; e
- Permitir a troca de informação interna e externa.

Portanto, este sistema contribui de certa forma para o combate à fraude e eficiência de serviços e ajudou para uma conceção moderna das Alfândegas de Moçambique.

Partindo da experiência da TIMS e no âmbito da modernização dos serviços das Alfândegas de Moçambique, o Conselho de Ministros de Moçambique aprovou pelo Decreto nº 33, de 1 de julho de 2009, a Janela Única Eletrónica (JUE), que é um sistema de automatização dos serviços aduaneiros com o objetivo de melhorar a capacidade de cobrança e controlo da receita aduaneira. Com esta plataforma já é possível assegurar a prestação de serviço aduaneiro mais célere e fiável ao utente, reduzindo-se assim os custos operacionais relativos ao desembaraço aduaneiro de mercadorias de um lado, e pelo outro lado, incrementar o índice de receitas e de gestão da mesma (GUIMARÃES, 2014: 577-579).

Para operacionalização da JUE foi formalizada uma parceria público-privada envolvendo o Estado, a Mozambique Community Network (MCNet), a Confederação das Associações Económicas (CTA), a ESCOPIL empresa associada da Sociedade Geral de Superintendência (SGS) e a Crimson Logic da Singapura. Refira-se que a SGS da Suíça é uma empresa que participou da implantação, com sucesso de um sistema similar no Ghana e Madagáscar.

Do ponto de vista do funcionamento o JUE é constituído por dois subsistemas informáticos distintos, nomeadamente a CMS- *Customs Management Systems*, para a gestão de processos aduaneiros e de uso exclusivo das Alfândegas e o Tradenet, plataforma informática de interligação e troca de informação com todos os utentes do processo de desembaraço aduaneiro tais como despachantes, agentes de navegação marítima, operadores portuários e de terminais de mercadoria, entre outros.

Os aludidos sistemas possuem inúmeros módulos configurados para cada tipo de utilizador. Neste momento, funcionam 17 módulos que incluem as funcionalidades de submissão de previsão e chegada de navios e aeronaves, submissão eletrónica de manifesto de carga pelos agentes de navegação, submissão de declaração eletrónica pelos despachantes, registo e validação de pagamentos de imposições aduaneiras pelos bancos comerciais, confirmação de entrega de mercadorias pelos operadores de terminais, para além de muitas outras funcionalidades como a gestão de pauta aduaneira e taxas, garantias e controlo de risco pelas Alfândegas.

A JUE funciona desde 19 de setembro de 2011 tendo a partir deste período reduzido substancialmente o fluxo documental e em contrapartida incrementou a velocidade do desembaraço aduaneiro e a coleta de direitos e de imposições aduaneiras e deste modo com a implementação do JUE está sendo possível:

-Medir com precisão o tempo total de desembaraço aduaneiro;

- Coligir e produzir estatísticas de comércio externo efetivas;
- Controlar eficazmente o risco associado de desembaraço aduaneiro; e
- Saber em tempo real, o movimento nacional do desembaraço aduaneiro e da receita aduaneira coletada.

Portanto, pode-se considerar que no contexto de integração regional a JUE constitui uma iniciativa inovadora Moçambique com efeitos diretos na facilitação do comércio transfronteiriço.

Só que, algumas das nossas entrevistadas- *mukheristas* dizem desconhecer ainda parte das inovações introduzida no sistema da JUE para fins de pagamento.

*“Nós não sabemos nada da janela única e muito menos o propalado Certificado de Origem<sup>43</sup> que mesmo no território sul-africano poucos são os produtores e ou fornecedores que o conhecem. São coisas que existem em papéis mas na prática não sentimos o efeito “*, disse Maria Helena Massango, esposa e mãe que diz ter ajudado seu esposo a criar autoemprego graças ao seu trabalho.

Porém, o *mukherista* Celeste Come conhece o sistema e acredita que com a JUE as coisas poderão ser diferentes pois até ao momento da entrevista, ela considerava que a relação entre as *Mukheristas* e os funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique era de amor e ódio. Amor quando tudo corre bem e ódio quando as cobranças chegam a exceder o que os bolsos têm para oferecer.

Contudo, no início logo após a ratificação do Protocolo Comercial da SADC houve uma ligeira redução dos direitos aduaneiros para alguns produtos e, por conseguinte, ligeiro aumento da margem de lucro dos operadores do “*mukhero*” e manutenção dos níveis de compra dos consumidores. Mas com a introdução de JUE e pelo facto da mesma envolver a parceria público – privada e onde o Estado somente arrecada 20% dos ganhos acaba encarecendo o processo de desembaraço fiscal tal como reconheceu a atual presidente da AT em Moçambique, Amélia Nakhare, pois segundo ela:

*“ Em países desenvolvidos esta atividade “desembaraço fiscal” é desenvolvida pelo Estado, mas a realidade moçambicana mostra que o Estado não tem condições financeiras para fazer este trabalho, daí a necessidade de sua terceirização, colocando-o sob a gestão de alguém que está a fazer um negócio e quer o lucro mas é*

---

<sup>43</sup> Observa o anexo II.

*preciso que estabeleça um equilíbrio. Foi conseguida uma plataforma em que taxas aplicadas fossem concorrenciais, no entanto, a multiplicação destes serviços foi encarecendo o processo de desembaraço fiscal” (MAGAZINE INDEPENDENTE, 29/03/2016).*

Para colmatar esta lacuna, a AT está em coordenação com a Confederação dos Empresários Moçambicanos (CTA) e Associação *MUKHERO*<sup>44</sup> a procura de uma plataforma de soluções que possam reduzir os custos no desembaraço<sup>45</sup>.

Concluindo, pode-se afirmar que apesar do *mukhero* ter surgido na fronteira de Namaacha, foi na fronteira de Ressano de Garcia onde ela prosperou e onde atualmente a prática atingiu altos níveis de aceitabilidade pelas mulheres e também pelo fato de ser a fronteira com RAS caracterizado pelo elevado movimento de pessoas e bens.

A fronteira de Ressano Garcia está estruturada física e administrativamente para receber e manusear elevado volume de mercadoria. Possui uma Terminal Internacional Rodoviária, Área para Turistas e Área para Transporte Ferroviário que facilita a dinâmica do movimento transfronteiriço. Apesar da modernização da mesma, apresenta elevados níveis de vulnerabilidade caracterizado pela corrupção das autoridades governamentais que atuam na fronteira, por isso, que no contexto de *ethos fronteiriço* não se usa o termo de contrabando na fronteira, porque não está presente no vocabulário dos sujeitos atuantes na fronteira pelo facto do mesmo ser assumido como atividade que auxilia financeiramente ambas partes devido a recompensa financeira que esta prática proporciona.

A atividade do *mukhero* desde a sua origem conheceu uma evolução significativa, passando a existir uma cooperação entre a AT e a Associação de Importadores Informais, visando combater fuga ao fisco e contrabando de fronteiras. Esta cooperação tem em alguns casos surtido efeito positivo porque as *mukheristas* começam a incorporar os benefícios da cidadania fiscal.

---

<sup>44</sup> O presidente da Associação *MUKHERO* refere que os valores cobrados pelos serviços de *scanner* não intrusivo e parque de viatura, acrescentando as tarifas aduaneiras de importação de produtos estipulados pela Lei que são canalizados para AT fazem com que a importação de produtos seja muito alto, o que contribui para o encarecimento do produto no consumidor final.

<sup>45</sup> A introdução da JUE tem sido alvo de crítica pelo Centro de Integridade Pública de Moçambique, que considera que o Estado moçambicano ao possuir 20% das ações nesta parceria público-privada esta a perder muito dinheiro a favor das entidades privadas.

### CAPÍTULO III

## O MUKHERO E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO SUL DE MOÇAMBIQUE

O capítulo analisa a participação da mulher no *mukhero* no sul de Moçambique, baseando no estudo de caso das mulheres que realizam a prática de comércio informal nas fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia. Caracteriza socioeconomicamente as *mukheristas*; as formas de financiamento do *mukhero*; os mecanismos da sua facilitação do *mukhero* nas fronteiras; a vulnerabilidade fronteiriça e a “ fuga ao fisco” de mercadorias; a corrupção das autoridades governamentais; a percepção dos despachantes aduaneiros privados, autoridades governamentais e importadores informais sobre o *mukhero* e o *mukhero*: o impacto fiscal e nas relações de género e poder e o *mukhero* como *economie debrouille* ou como estratégia e escolha de vida?

### 3.1. A participação da mulher no *Mukhero*

Para o estudo trabalhou-se com os dados da Associação MUKHERO que estima no total 1250 associados, constituído maioritariamente por mulheres que perfazem a ordem de 70%. Para o estudo foram entrevistadas 125 mulheres *mukheristas* nas fronteiras de Namaacha, Ressano Garcia e na Cidade de Maputo. A maior percentagem da mulher *mukherista* reforça a ideia de que há maior envolvimento das mulheres no *mukhero* e as razões que explicam este fenómeno devem ser analisadas ao nível do contexto sociocultural, político e institucional que emergiu esta atividade (veja a fotografia 4).

**Fotografia 4:** Forte presença feminina num dos Mercados Informais na Cidade de Maputo



Fonte: Autor (2015)

### 3.1.1. Características socioeconómicas das *mukheristas*

Com o intuito de avaliar as características socioeconómicas das *mukheristas* elaboramos um questionário onde eles responderam questões como: nome, idade, estado civil, nível da educação, número de filhos, tempo de trabalho e todas atividades realizadas no âmbito do seu negócio. A tabela 3, mostra a relação de todas as *mukheristas* associadas, de acordo com o sexo.

**Tabela 3 – Frequência relativa e absoluta das *mukheristas* entrevistadas, segundo o sexo**

Sexo	Absoluto (%)	Total de inquiridos
Feminino	70	875
Masculino	30	375

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

A pesquisa mostrou que dos 1250 *mukheristas* alistados na Associação MUKHERO, 875 são mulheres, perfazendo uma percentagem de 70%. Estes dados demonstram que, apesar da participação feminina tenha obtido percentual significativo (70%), existe ainda um número considerável de homens praticando esta atividade (30%). Para esta pesquisa selecionou-se 125 mulheres para entrevistas. Com relação à idade das *mukheristas*, a tabela 4, informa que, das 125 *mukheristas* entrevistadas, 20% têm entre 18 e 30 anos e 80% de 31 a 50 anos. Tais dados demonstram uma entrada

tardia no mercado de trabalho informal, após serem mães com e responsabilidades sobre os filhos.

**Tabela 4 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo a idade**

<b>Faixa etária</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
Menos de 18 anos		
De 18 anos a 30 anos	<b>20</b>	<b>25</b>
De 31 a 50 anos	<b>80</b>	<b>100</b>
Mais de 50 anos		

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

De acordo com a tabela 5, a maioria das mulheres envolvidas no *mukhero* são migrantes, vindas de outras regiões do País em busca de melhores condições de vida na Cidade de Maputo, perfazendo a ordem de 55%, somente 45% são de Cidade de Maputo. É importante ressaltar a participação significativa do elemento migrante como componente do setor informal<sup>46</sup>.

**Tabela 5 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo a origem**

<b>Local de nascimento</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
Cidade de Maputo	<b>45</b>	<b>56</b>
Outras regiões do País	<b>55</b>	<b>69</b>

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

A tabela 6, indica o nível de escolaridade das *mukheristas*, onde 48% possuem apenas o 1º grau primário completo, 40% têm 2º grau primário completo e 12% estão possuem o ensino secundário do primeiro ciclo. Através dos anos de estudo, percebe-se outra característica das mulheres é a sua baixa escolaridade e com poucas possibilidades de alcançar um emprego formal.

<sup>46</sup> A maior parte das *mukheristas* são originários da Província de Maputo, Inhambane, Gaza, etc.

**Tabela 6 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas segundo a escolaridade**

<b>Grau de Escolaridade</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
Analfabeto		
Primário 1º Grau Completo	<b>48</b>	<b>60</b>
Primário 1º Grau Completo	<b>40</b>	<b>50</b>
Primário 2º Grau Incompleto		
Primário 2º Grau Incompleto		
Secundário 1º Ciclo Completo	<b>12</b>	<b>15</b>
Secundário 1º Ciclo Incompleto		
Secundário 2º Ciclo Completo		
Secundário 2º Ciclo Incompleto		
Superior		
Outros		

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

Na tabela 7, podemos observar o tamanho da família das mulheres, em que 70%, têm de 1 a 3 filhos, todavia é importante lembrar que 5% têm mais de 6 filhos, o que fez com que muitas mulheres fossem trabalhar para complementar a renda. Observam-se também, que 25% das entrevistadas não têm dependentes (filhos), ou seja, buscaram o setor informal como uma forma de independência financeira.

**Tabela 7 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas segundo o tamanho da família**

<b>Número de filhos</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
De 1 a 3	<b>70</b>	<b>88</b>
De 4 a 6		
De 7 a 8	<b>5</b>	<b>6</b>
Nenhum	<b>25</b>	<b>31</b>

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos 2013, 2014 e 2016

### 3.1.1.1. Condições de trabalho

Constatou-se que a maioria das entrevistadas nunca havia trabalhado fora de casa, sendo o comércio informal o seu primeiro trabalho exercido, pois 85% das entrevistadas eram apenas domésticas do lar e 20%, assalariadas, como mostra a tabela 8.

**Tabela 8 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo a ocupação anterior**

Ocupação anterior	Absoluto (%)	Total de inquiridos
Doméstica do lar	85	106
Assalariada	15	19
Autónoma		
Outros		

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos 2013, 2014 e 2016

Um dos principais motivos para a inserção da mulher no comércio informal tem a ver com a falta de emprego (80%). Outros 20% dedicam-se a este comércio como forma de complementar a renda (Tabela 9). Esses dados explicam, em parte, o crescimento da prática do *mukhero* principalmente na Província de Maputo e Cidade de Maputo, lugares em geral em que o setor informal surge como alternativa de sobrevivência.

**Tabela 9 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo os motivos do ingresso.**

Motivos	Absoluto (%)	Total de inquiridos
Estava desempregada		
Para complementar a renda	20	25
Não encontrou outro meio de vida	80	100
Não tem capital para se estabelecer		
Outros		

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

Com relação ao tempo em que as mulheres trabalham no comércio informal, a tabela 10, indica que 25,5% das entrevistadas estão há menos de 1 ano na atividade e 25% menos de 3 anos, ou seja, a grande maioria (49,5%), ingressou há menos de 8 anos na atividade, mostrando, assim, uma procura maior pelo setor.

**Tabela 10 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo o tempo na atividade**

<b>Tempo em anos</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
Menos de 1	<b>25,5</b>	<b>32</b>
De 1 a 3	<b>25</b>	<b>31</b>
De 4 a 6		
De 7 a 10	<b>49,5</b>	<b>62</b>
Acima de 10		

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

A análise da tabela 11, revelou que a maior parte das mulheres do comércio informal ganha até 1 a 2 salários mínimos (3.002,00MTs<sup>47</sup> baseado na tabela de salários aprovado pelo Conselho de Ministros em 2015), ou seja, 60% do total; somente 40% ganha acima de 3 salários mínimos. Esta renda pode ser considerada razoável tendo em conta que muitas mulheres inquiridas referiram que conseguem sustentar as famílias com os lucros do negócio. Ao serem inquiridas sobre os ganhos que obtêm da atividade comercial alguns inquiridos mostravam reservas na resposta, talvez porque não tenha uma contabilidade organizada ou pelo facto do rendimento ser razoável para as suas necessidades. Facto curioso é que nenhuma das inquiridas mostrou-se insatisfeita pelos ganhos obtidos.

**Tabela 11 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo o rendimento mensal na atividade**

<b>Rendimento (salários mínimos)</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
Até ½ salário mínimo		

<sup>47</sup> Equivalente a 91 USD – ao câmbio do dia 8/10/2014

De ½ o 1 salário mínimo		
1 salário mínimo		
De 1 a 2 salário mínimo	<b>60</b>	<b>75</b>
De 2 a 3 salário mínimo		
Acima de 3 salário mínimo	<b>40</b>	<b>50</b>
Não tem ideia		

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

Os baixos rendimentos se acentuam à medida que se observam as horas trabalhadas. A tabela 12, mostra que 76% das mulheres pesquisadas trabalham mais de 48 horas semanais<sup>48</sup>, e 24% acima de 60 horas por semana. As mulheres têm jornada média de trabalho de 10 horas diárias. Esses dados mostram uma exaustiva jornada de trabalho e que não se respeita a legislação laboral quanto as horas de trabalho.

**Tabela 12 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo as horas trabalhadas semanalmente**

<b>Horas de trabalho (semanal)</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
Até 40		
Acima de 40		
Acima de 40 até 48	<b>76</b>	<b>95</b>
Acima de 48 até 60		
Acima de 60	<b>24</b>	<b>30</b>

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

É importante ressaltar que 95,1% das mulheres têm como atividade principal a que exercem como vendedeiras do Mercado Informal do Zimpeto e outros da Cidade de Maputo, e, apenas, 4,9% possuem atividade complementar ao comércio, como por exemplo frequência escolar.

<sup>48</sup> O artigo 85, da lei de trabalho de Moçambique diz que as horas de trabalho não deverão exceder 48 horas por semana e 8 horas por dia.

**Tabela 13 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo a existência de atividade complementar**

<b>Atividade complementar</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
<b>SIM</b>	<b>4,9</b>	<b>6</b>
<b>NÃO</b>	<b>95,1</b>	<b>119</b>

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

### **3.1.1.2. Pessoal Ocupado**

Pode-se perceber, através da tabela 14, o posto assumido pela mulher em relação da banca. Os dados demonstraram que 50% das entrevistadas eram donas da banca nos mercados, seguidos de 20% que eram arrendatárias de banca no mercado e somente 30% eram sócias.

**Tabela 14 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo a condição em relação a banca (espaço no mercado)**

<b>Condição em relação banca</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
Proprietária	<b>50</b>	<b>63</b>
Arrendatária	<b>20</b>	<b>25</b>
Sócia	<b>30</b>	<b>38</b>
Comissionada		
Assalariada		
Membros da família		
Outros		

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

Em relação a mão-de-obra utilizada na banca (tabela 15), pode constatar que a maioria são mulheres, onde 45% trabalham sozinhas na banca; 35% utilizam mão-de-obra comissionada ou assalariada e somente 20% recebem ajuda familiar. Estes dados demonstram o nível do esforço das *mukheristas*, o carácter familiar das atividades informais e a possibilidade de emprego às outras pessoas desempregadas.

**Tabela 15 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo a mão-de-obra utilizada**

<b>Mão-de-obra utilizada</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
Só do proprietário	<b>45</b>	<b>56</b>
Familiar	<b>20</b>	<b>25</b>
Assalariada / comissionada	<b>35</b>	<b>44</b>
Outros		

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

A tabela 16, mostra a existência de mais de uma banca por cada proprietária. De acordo com a pesquisa 90% das entrevistadas só tem uma banca e somente 10% detém mais de uma banca.

**Tabela 16 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo a posse de outras bancas**

<b>Posse de outras bancas</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
<b>SIM</b>	<b>10</b>	<b>12</b>
<b>NÃO</b>	<b>90</b>	<b>113</b>

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

### **3.1.1.3. Mercado e comercialização**

A tabela 17, mostra que os produtos mais comercializados pelas mulheres ambulantes são: alimentares 52%; calçados, bolsas e cintos 8%; utilidades do lar e variedades 10%, bebidas 25% e doces e pão 5%. É importante ressaltar que a maioria das mercadorias importadas são alimentares, visto que a África é o maior produtor agrícola na região e os seus produtos são os mais baratos da região. Durante muito tempo e até ao presente momento, o *mukhero*, contribui para a segurança alimentar das populações do sul de Moçambique.

**Tabela 17 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo as mercadorias comercializadas**

<b>Tipo de mercadoria</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
Confeções em geral		
Bijuterias / adornos pessoais		
Pequenas peças de reposição		
Doces e pão	<b>5</b>	<b>6</b>
Utilidades do lar / variedades	<b>10</b>	<b>19</b>
Plantas medicinais		
Calçados, bolsas e cintos	<b>8</b>	<b>10</b>
Capas para aparelhos		
Relógios e pulseiras		
Produtos alimentares	<b>52</b>	<b>59</b>
Bebidas	<b>25</b>	<b>31</b>
Outros		

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

A tabela 18, destaca a origem dos produtos comercializados. A maioria das mercadorias vendidas (80,2%), são importadas de outros países como África do Sul e os restantes 19,8%, provêm da Suazilândia (Observa a fotografia 5).

**Fotografia 5:** Venda de produtos a grosso no Mercado Informal do Zimpeto na Cidade de Maputo



**Fonte:** Autor (2015)

**Tabela 18 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo origem das mercadorias vendidas**

<b>Origem das mercadorias</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
África do Sul	<b>80,2</b>	<b>100</b>
Suazilândia	<b>19,8</b>	<b>25</b>

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

Quanto ao modo de aquisição das mercadorias, de acordo com a tabela 19, a maior parte das entrevistadas (90%), realiza compras à vista, porque o mercado sul-africano e suazi não possibilita compra a crédito sobretudo aos estrangeiros. As outras formas de aquisição de mercadorias consistem em vender produtos de outros e em seguida receber alguma comissão.

**Tabela 19 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo o modo de aquisição das mercadorias**

<b>Aquisição das mercadorias</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
À vista	<b>90</b>	<b>113</b>
Outras formas	<b>10</b>	<b>12</b>

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

Das mulheres que trabalham no comércio informal, 80% aponta como principal dificuldade para exercer seu trabalho o desconforto, visto que as mesmas passam o dia em pé, expostas ao sol, à chuva e, principalmente, à falta de banheiros para usarem. Ainda de acordo com a tabela 20, a perseguição da polícia municipal e dos agentes alfandegários é a segunda dificuldade apontada por 20% das entrevistadas.

**Tabela 20 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo as dificuldades para exercer a atividade**

<b>Dificuldades</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
Dificuldades de obter a mercadoria		

Alto preço da mercadoria		
Má qualidade da mercadoria		
Desinteresse do comprador		
Perseguição da Polícia Municipal e dos Agentes Alfandegários		
Perseguição dos proprietários de loja	<b>20</b>	25
Desconforto	<b>80</b>	100
Outros		

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

#### **3.1.1.4. Sindicalização e perspectivas futuras**

A pesquisa de campo procurou elaborar perguntas que pudessem demonstrar a dupla jornada de trabalho (tabela 21), onde observou-se que 60% das entrevistadas tinham alguém que ajudava em casa. Ainda assim, precisavam se dedicar ao lar, na volta do trabalho; e 40%, que não tinham ajuda em casa, sempre começavam a trabalhar na banca mais tarde, depois que deixavam tudo pronto em casa.

**Tabela 21 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo a existência de alguém que ajuda nas tarefas de casa**

<b>Discriminação</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
<b>SIM</b>	<b>60</b>	<b>75</b>
<b>NÃO</b>	<b>40</b>	<b>50</b>

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2015 e 2016

Notou-se, através da tabela 22, que 25% das entrevistadas não são registadas junto a Conselho Municipal e nem ao Ministério que superintende a área do Comércio em Moçambique. Das pessoas registadas no Conselho Municipal, 85% também não estão sindicalizadas.

**Tabela 22 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo o registo junto ao Município de Maputo e no Ministério da Indústria e Comércio**

<b>Cadastro</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
<b>SIM</b>	<b>25</b>	<b>31</b>
<b>NÃO</b>	<b>75</b>	<b>94</b>

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

Outra questão levantada pela pesquisa foi a satisfação ou não no trabalho, observada através da intenção de mudar ou não de atividade de acordo com a tabela 23. Do total pesquisado, 11% estão insatisfeitas e pretendem ter uma ocupação com salário fixo, assim como todas as garantias trabalhistas. Para 80% das mulheres que não pretendem mudar de trabalho, foram citadas como principais vantagens do comércio informal: trabalhar por conta própria, e horário flexível de trabalho. Do total inquiridas 25%, poderiam mudar de trabalho se ganhassem uma renda maior do que a auferida no comércio informal.

A flexibilidade do horário de trabalho tem sido um dos principais fatores que atraem as mulheres para as atividades informais, uma vez que muitas veem nesta atividade melhor adequação do trabalho com as atividades domésticas.

**Tabela 23 – Frequência relativa das *mukheristas* entrevistadas, segundo intenção de mudar de trabalho**

<b>Intenção de mudar</b>	<b>Absoluto (%)</b>	<b>Total de inquiridos</b>
<b>SIM</b>	<b>11</b>	<b>14</b>
<b>NÃO</b>	<b>80</b>	<b>100</b>
<b>TALVEZ</b>	<b>9</b>	<b>11</b>

**FONTE:** Pesquisa direta. Realizada nos anos 2013, 2014 e 2016

A pesquisa demonstrou que as mulheres *mukheristas* têm alto rendimento, apesar das extensas horas de trabalho. O principal motivo que as levaram ao comércio

informal foi porque não encontraram outro meio de vida e também para complementar a renda familiar.

De uma forma geral as entrevistas efetuadas permitiram concluir que na Cidade de Maputo é cada vez maior o número de mulheres que buscam nas atividades informais uma alternativa de sobrevivência e mostrou também como as *mukheristas* estão organizadas, suas características socioeconómicas, assim como os motivos que as levaram ao comércio informal.

As mulheres já representam quase acima da metade do total das pessoas ocupadas no comércio informal transfronteiriço. O primeiro trabalho fora de casa da maioria das mulheres foi nas atividades informais.

O grupo de *mukheristas* apresenta baixo nível de escolaridade, onde mais da metade das inquiridas não completou nível secundário do primeiro ciclo. Desse modo, buscaram atividades informais por não encontrarem outro meio de vida, e, ainda, como forma de complementar a renda familiar.

Outro importante fator é a renda gerada pelas atividades informais onde foram observados um número significativo de pessoas, trabalhando nas bancas, fora dos membros da família. Estas pessoas são remuneradas por seu trabalho através de comissões. A situação de trabalho e renda das comissionadas é mais precária, ainda, à medida que a renda recebida depende do total das vendas realizadas.

O desconforto do local de trabalho é a maior dificuldade enfrentada pelas mulheres, mesmo assim acima da metade das mulheres inquiridas não manifestaram o interesse de mudar de atividade caso surgisse oportunidade para o efeito. Devido a tal empreitada ocupar o dia inteiro, as mulheres não têm tempo para desenvolver outra atividade, além disso, ela ainda tem que cuidar da casa, dos filhos, antes e depois do trabalho.

Desta forma, vale destacar a importância que se tem dado ao setor informal, principalmente pelo Governo e Autoridades Municipais.

O recurso a atividade informal, como forma de assegurar a subsistência de famílias nas zonas urbanas não surge por si, mas sim pela necessidade de garantir as condições básicas de sobrevivência de pessoas carentes, com níveis de escolaridade muito baixo e sem formação e nem experiência profissional. Este facto, ocorreu numa altura em que as empresas estatais fechavam portas, dando lugar as privatizações deixando milhares de trabalhadores na rua e muitos moçambicanos foram repatriados da África do Sul e da ex-Alemanha Democrática.

Este setor absorveu grande parte dos desempregados e sustentou as populações com rendimento económico baixo. O *mukhero*, presta contributo valioso na redução do desemprego nos municípios da Cidade de Maputo, oferecendo diversos serviços (Ibid.:43).

Como pode-se notar, a única opção segura seguida, por este exército de desempregados foi de ingressar ao comércio informal pelo facto de ser a mais disponível e sem muitas exigências, se não o fundo inicial (Ibid.:9). Tal afirmação é confirmada por Lopes (2004) na seguinte citação:

*"A atividade informal refere-se a primeira associação de ideias que remete instantaneamente para o comércio informal em particular para o comércio a retalho, pelas suas características de quase inexistência de barreiras para o ingresso na atividade e não exigência de competências ou aptidões específicas, o comércio a retalho apresenta um potencial de atração dos ativos informais quer se trate de ocupação exclusiva ou não " (58).*

Disto conclui-se que o *mukhero* presta valioso contributo na redução do desemprego nas zonas urbanas, oferecendo diversos serviços que asseguram a sobrevivência de pessoas carentes com níveis de escolaridade muito baixo e sem experiência nem formação profissional.

### **3.2.Mecanismos de financiamento do *Mukhero***

As nossas entrevistadas foram ainda unânimes em afirmar que as mulheres estão em peso no negócio transfronteiriço e prova disso vê-se nos principais destinos das mercadorias compradas na África do Sul, como por exemplo o Mercado Informal Grossista do Zimpeto.

Os bancos comerciais são outros setores que mais confiança deposita nas mulheres tal como revelam alguns gestores sobretudo de microfinanças.

Celeste Come (*mukherista*) questionada sobre devolução do dinheiro a instituição bancária ela referiu o seguinte: *"Quando temos compromisso honramos é por isso que mesmo com prejuízos não desistimos porque recorremos aos bancos para nos reerguermos e eles confiam em nós"*. Isto revela que as mulheres procuram a todo custo honrar os compromissos com a instituição bancária diferentemente dos homens.

Mas, grande parte das *mukheristas* recorre aos chamados sistemas informais de poupança e ajuda mútua. Esta situação acontece por várias razões, entre as quais, a

incapacidade do Estado para disponibilizar serviços sociais básicos e não haver confiança nas instituições bancárias. Assim, as redes de solidariedade e os grupos de poupança, grupos de ajuda mútua ou forma de solidariedade, são meios de auto-organização e constituem iniciativas de base comunitária na origem da resolução de problemas (CRUZ & SILVA, 2005:1)

Existem iniciativas locais e saberes populares que são parte das estratégias de sobrevivência económica e constituem alternativas ao financiamento bancário. Uma destas iniciativas é a prática do *xitique* que segundo Trindade (2011) é:

*“Nascido da necessidade de fazer face às elevadas despesas para as quais, individualmente, não se tem disponibilidade, o xitique é também uma maneira de reforçar a solidariedade existente entre amigos, colegas ou familiares. Xitique é uma palavra tsonga que significa poupança. É um sistema rotativo e endógeno de amealhar que consiste num grupo de pessoas constituído por amigos/os, colegas de trabalho ou familiares, que estipulam um montante de contribuição assim como a periodicidade dos encontros de prestação de contas e distribuição rotativa do amealhado por cada uma das pessoas envolvidas no grupo. A forma de pagamento não tem que ser necessariamente monetária, havendo casos em que essa contribuição se traduz em bens materiais, como roupas, loiças, alimentos entre outros. Os fundos circulam entre membros do grupo e a sua coleta e distribuição funciona, regra geral, na base de confiança e empatia, ao mesmo tempo que obriga a cada membro do grupo a fazer a poupança de um montante pré-determinado e dentro da periodicidade previamente definida: diária, semanal, quinzenal, mensal, trimestral, ou outra, para pagamento da sua quota. A distribuição da poupança entre as pessoas que pertencem a essa comunidade específica é feita periódica e rotativamente” (6-7).*

Na observação do convívio das *mukheristas* foi possível observar que com o valor amealhado nesta prática tem objetivos bem definidos tais como: compra de produtos para vender, aquisição de material de construção civil para a melhoria da sua habitação, aquisição de bens diversos como viaturas, eletrodomésticos, mobília, loiça e até para custear despesas escolares dos filhos. Mas, de uma forma geral, cada um faz o que quer com dinheiro amealhado na prática do *xitique*.

Para além do *xitique* de amigos, familiares, há que destacar o *xitique* praticado nos mercados informais que consiste num sistema de poupança diário depositado nas mãos dos operadores que ali trabalham. É uma espécie de banco informal móvel, onde os comerciantes-do chamado setor formal e informal- depositam, diariamente um montante fixo durante um mês, sendo que o valor referente ao último reverte a favor dos operadores (Ibid.:9). Daí que, o *xitique* como ferramenta de poupança, tem duas vertentes: a realização de despesas e adiamento de outras. Quem contribui com o dinheiro está adiar certas despesas e quem o recebe está a realizar despesas, que, por si só, dificilmente seria capaz de realizar, por isso considera-se o *xitique* um mecanismo informal para aceder ao financiamento sem juros, que normalmente os bancos cobram. O importante, é a responsabilidade de cada um neste processo pagando atempadamente as suas prestações para que nenhum membro saía lesado neste processo rotativo.

Mayer (1987:127) *apud* Matsimbe (2013:9) concebe redes sociais como quase grupos e assenta em dois pressupostos: **os classificatórios**, em que são construídas em função dos interesses comuns, subjacentes ao grupo potencial como também podem ser feitos por indivíduos a partir do seu *status* e **os interativos** baseados a um conjunto de indivíduos em interação.

Tendo em conta que as *mukheristas* interagem juntas e lutam por mesmos objetivos apesar de existir interesses diferentes e individuais configuram uma rede social específica. Apesar das *mukheristas* estarem ligados à Associação MUKHERO, são as redes de solidariedade comunitárias estabelecidas pelas mesmas que funcionam como mecanismos de inter-ajuda e garantem o funcionamento normal das suas atividades. Por exemplo, o *xitique* surge como um mecanismo de solidariedade comunitária e também como forma de poupança solidárias. As redes sociais envolvendo *mukheristas* nem sempre são coesas, dependendo dos interesses em jogo.

Mas o *xitique* funciona como mecanismo de poupança informal que tem mudado a vida de muitas famílias. Sandra N. (*mukherista*) referiu que com o dinheiro que consegue deste negócio informal, ajuda o marido na gestão do lar. Do rendimento obtido, paga propinas para as crianças na escola, compram alimentos, provê dinheiro para transporte aos filhos em escola afastada da sua residência, incluindo o dinheiro de transporte público para o marido. Compra ainda alguns utensílios domésticos (loija, panelas, ferro de engomar, micro-ondas, geleira, capulanas, roupa da cama) e até material de construção (cimento e varrões de ferro). Existe “*xitique*” diário, semanal e mensal. Os valores monetários variam, dependendo grandemente dos rendimentos dos

elementos participantes. Para o caso da entrevistada, faz “*xitique*” diário e semanal, permutando 200,00Mt<sup>49</sup> e 1000,00Mt<sup>50</sup>, respetivamente, por participante. No “*xitique*” onde participam onze senhoras, em cada fim do dia cada uma recebe uma importância no valor de 2200,00Mt<sup>51</sup> e em cada domingo recebe uma importância no valor de 11 000,00Mt<sup>52</sup>. A entrevistada referiu ainda que o “*xitique*” tem sido a solução de muitos dos problemas pessoais e da sua família.

A prática do *xitique* representa uma auto organização de um grupo social excluído do modelo de desenvolvimento liberal/ocidental, podendo-se considerar um mecanismo de desenvolvimento alternativo segundo os moldes africanos e acaba sendo um mecanismo para a solução de problemas concretos (LATOUCHE, 2013: 176). O sistema de economia oficial e convencional dificilmente consegue captar este modelo de poupança informal de inegável sucesso e isto prova que a lógica de desenvolvimento não é universalizável e há soluções fora do crescimento económico pleno.

As *mukheristas* com este modelo de poupança localmente pensado conseguem alcançar sucessos inimagináveis o que revela que elas são empreendedoras do futuro para o país, tal como foram reconhecidas no primeiro Fórum da Mulher PME realizado no Centro Internacional de Conferência Joaquim Chissano em Maputo de 14 à 16 de outubro de 2015<sup>53</sup>.

---

<sup>49</sup> Equivalente a 6,1 USD – ao câmbio do dia 8/10/2014

<sup>50</sup> Equivalente a 30, 3 USD - ao câmbio do dia 8/10/2014

<sup>51</sup> Equivalente a 67 USD - ao câmbio do dia 8/10/2014

<sup>52</sup> Equivalente a 333,3 USD - ao câmbio do dia 8/10/2014

<sup>53</sup> O Primeiro Fórum da Mulher PME aconteceu de 14 à 16 de outubro de 2015 no Centro de Conferência Internacional Joaquim Chissano na Cidade de Maputo. Neste Fórum participaram as pequenas e médias empresárias. As *mukheristas* participaram no Fórum apresentando suas experiências, sucessos e dificuldades. O autor deste trabalho participou como orador e contribui técnica e metodologicamente para acontecesse o Primeiro Fórum agregando mulheres empreendedoras em diferentes áreas do negócio. O Primeiro Fórum Empresarial Mulher PME tinha os seguintes objetivos traçados: Contribuir para a discussão de matérias visando a melhoria das ações de âmbito da implantação das estratégias para o empoderamento económico da mulher; Dar visibilidade ao Governo sobre as ações que vem desenvolvendo relativamente ao empoderamento da mulher; Aproximar as mulheres empresárias e empreendedoras junto das instituições que tomam decisão; Viabilizar parcerias entre mulheres empreendedoras e empresárias; Dignificar o papel que a mulher moçambicana vem assumindo para o desenvolvimento económico do País e Traçar diretrizes e ações, voltadas ao aprimoramento da estratégia e políticas de empoderamento da mulher. Participaram neste Fórum mulheres empresárias, empreendedoras, líderes, académicas, representantes das instituições públicas, Organizações da Sociedade Civil, empresas moçambicanas de grande porte, empresas multinacionais que operam em Moçambique, estudantes e público em geral. Os principais temas discutidos foram: O papel da mulher no desenvolvimento e estabilidade da economia moçambicana; Inclusão financeira e acesso ao crédito como mecanismos de empoderamento da mulher; Como garantir a implementação efetiva das medidas de proteção social para a mulher; O papel das organizações no estabelecimento das lideranças corporativas femininas; Multinacionais, gerando cadeia de valores para a mulher empresária e Mulher como diferencial competitivo no negócio.

### 3.3. O *mukhero* e os mecanismos da sua facilitação

Um dos mecanismos da facilitação do comércio relaciona-se a vulnerabilidade das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia. Esta vulnerabilidade tem a ver com a falta de gratificações especiais para incentivar os agentes de fronteira a se interessarem pelo trabalho o que acaba propiciando práticas de suborno, falta de um regime especial ou diferenciado para importações e exportações da micro e pequenas empresas, debilidade da economia local, onde falta emprego e renda para as comunidades transfronteiriças, ou seja, há uma carência de políticas públicas específicas para estas regiões, vedação inadequada facilitando a sua violação e residências próximas a vedação de fronteira (este último fenómeno ocorre somente na fronteira de Namaacha). A par desta vulnerabilidade, as fronteiras acabam gerando lucrativas oportunidades, daí que para além das *mukheristas* encontramos enorme grupo de cambistas informais a realizarem suas atividades com normalidade.

Matsimbe (2013) considera que a fuga ao fisco, a corrupção, as redes sociais, a troca de favores sexuais e os eventuais efeitos estratégicos e as suas atitudes comportamentais são evidentes mecanismos da maximização dos lucros adotados pelas *mukheristas*. Acrescenta ainda que a fuga ao fisco é estimulada com vista a contornar as elevadas taxas aduaneiras, mas também pela ação dos agentes das Alfândegas e guardas de fronteiras. Algumas *mukheristas* possuem cartões de importadores que visam a redução do valor das taxas aduaneiras, desde que acompanhado do Certificado da Origem<sup>54</sup> dos produtos devidamente carimbado. As *mukheristas* alegam ser difícil adquirir Certificado de Origem do produto na África do Sul, porque não interessa aos produtores sul-africanos e também aliado a falta de fiscalização das autoridades sul-africanas. Assim, é vantajoso para o produtor sul-africano não emitir recibos e certificados de origem, uma vez que não declaram a venda de produtos e consequentemente contornam o pagamento de impostos.

Para que, a *mukherista* pague com justiça as taxas aduaneiras deveria para casos de produtos agrícolas mostrar o Certificado de Origem do produto, porém isso não ocorre, porque a *mukherista* não pretende declarar o valor real da compra do produto com vista a negociar na fronteira e pagar uma taxa aduaneira que lhe dá uma margem de

---

<sup>54</sup> É o documento que comprova a origem da mercadoria para fins de obtenção de tratamento preferencial. Para cada Acordo existe um Certificado de Origem específico isto é existem leis, regulamentos, regras e/ou determinações administrativas de aplicação geral usadas especificamente pelos países na determinação dos critérios de origem das mercadorias.

lucro. Esta atitude alia-se a corrupção dos agentes de fronteira e assim vai se contornando os sistemas burocráticos.

Para evitar sucessivas fiscalizações ao longo da viagem, as *mukheristas* preferem efetuar viagens noturnas para conseguirem atravessar as fronteiras nas primeiras horas da manhã, onde maior parte dos agentes de fronteira encontra-se a descansar.

Outra estratégia usada pelas *mukheristas* consiste em comprar produtos na África do Sul e usarem uma única camionete de carga ou carrinha de 10 lugares com atrelado para o transporte do produto. Quando chegam na fronteira preenchem um único Despacho Simplificado<sup>55</sup> (vide anexo I) declarando uma quantidade inferior do produto ao agente verificador dos serviços das Alfândegas. A declaração de quantidades inferiores é sempre feita com o consentimento do agente das Alfândegas, que recebe em troca algum dinheiro por facilitar a operação. Está prática é comum na fronteira e em alguns momentos é considerado algo normal por ambas partes. Para reforçar esta convicção é normal ouvir expressões dos intervenientes como “*Uma mão lava a outra*” significando que ambos conseguem vantagens nesta fraude fiscal.

Outra estratégia de fuga ao fisco é utilizar invólucro de produtos poucos relevantes para encobrir produtos como frangos, vestuários, bebidas, que são produtos mais procurados no circuito comercial na Cidade de Maputo e que as taxas aduaneiras são de percentagem elevadas na pauta aduaneira.

No contexto de *ethos* fronteiriço, desenvolvem-se redes sociais que consistem em amizade, uso de linguagem apropriada na fronteira, gestos e cumplicidade entre as *mukheristas* e os agentes de fronteira.

Deste modo, cria-se condições para não se valorizar as políticas e normas que regem o comercial informal transfronteiriço (Matsimbe, 2013:24).

A fuga ao fisco continua a lesar o Estado e também propicia o crescimento da dependência económica externa do país. A fuga ao fisco parece ter-se tornado num cancro, uma vez que este fenómeno continua-se a verificar-se até a atualidade.

### **3.3.1. A corrupção dos funcionários governamentais**

A corrupção nas Alfândegas ao nível das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia é caracterizada pela facilitação de fuga ao fisco de mercadorias, pela má classificação das mercadorias e pela sua subvalorização. Por outro lado, é frequente

---

<sup>55</sup> Forma de declaração aduaneira a ser exclusivamente para importação de bens e separados de bagagens trazidos por viajantes, em excesso das suas franquias, para o uso pessoal sem fins recreativos.

práticas de corrupção ligando funcionários que conseguem estar na posse de informação delicada sobre um caso de fuga ao fisco (MOSSE E CORTEZ, 2006:2).

Para além da corrupção na sua forma de suborno e chantagem, importadores moçambicanos e outros operadores do setor informal queixam-se vezes sem conta de serem vítimas de uma competição desleal por parte de outros operadores que introduzem mercadoria no país sem pagar direitos aduaneiros. Por outro lado, importadores oficiais envolvem-se constantemente em práticas de subavaliação e desclassificação de importações. Em muitos casos, essas práticas são efetuadas com o consentimento de gestores de topo, os quais partilham parte dos subornos pagos (MWANGI, 2004).

Engana-se quem pensa que vida da *mukherista* é simples, rodeada de muito dinheiro e marcadamente de sucesso. Há por detrás dessa ilusão que nalgumas vezes é real, um muro que só quem penetrou no “esquema” melhor pode falar do submundo do *Mukhero*.

É um verdadeiro jogo no qual só permanece quem é perseverante porque facilmente se pode derrapar e ao mesmo ritmo recompor-se, como ainda se pode ir definitivamente à falência. Segundo depoimentos de algumas praticantes, o negócio transfronteiriço é arriscado. Celeste Come pratica o comércio transfronteiriço há 10 anos. Conhece na pele as dificuldades pois já experimentou bons momentos e também maus. “*É difícil ser mukherista. A dificuldade começa justamente quando se tem que deixar os filhos, o esposo e a cama. No caminho sujeitamo-nos a várias intempéries. Na viagem de regresso a casa tudo se complica no processo de desembaraço aduaneiro*”, conta Celeste.

A mesma entrevistada que antes esteve no ramo vestuário na Empresa Estatal, iniciou-se no CIT na Suazilândia e depois para África de Sul. Internamente, tentou ir a Cidade de Quelimane (capital da Província da Zambézia, no centro de Moçambique) mas porque o roteiro era complicado desistiu. É que segundo conta, é mais fácil viajar para fora do país que internamente pois, trazer mercadoria de Quelimane, por exemplo, implica passar duas semanas longe da família quando em menos de 48 é possível ir a um país vizinho e voltar a casa.

À partida, o lucro é o que se espera de todo o exercício de negócio mas, nalgumas vezes leva-se a casa, prejuízos, *stress* e lamentações que só são superadas pela perseverança pois, vezes sem conta, antes mesmo de vender o produto, volta-se com dívidas.

Na aquisição da mercadoria nem sempre se declara o valor real, uma vez não sendo detentores do Certificado de Origem dos produtos elas tentam a sorte e fazem-se à estrada. Quando é assim há penalizações ao longo do percurso que nalgum momento abrem espaço para oportunismo de alguns funcionários alfandegários. Segundo contam as *mukheristas*, há que desembolsar um valor como “caução” para que a mercadoria passe em diversos postos de controlo para evitar perdas.

Ângela Mulungo (*mukherista*) refere por exemplo que no percurso de África do Sul a Maputo drena-se muito dinheiro. Pagamos por exemplo DA equivalente à 20 mil<sup>56</sup> meticais e às vezes, o funcionário pode-nos exigir mais 50 mil<sup>57</sup> meticais totalizando 70 mil<sup>58</sup> meticais por uma mercadoria de menos de quatro toneladas. Explica que depois vem os funcionários dos serviços da agricultura, saúde que não levam menos de dois mil meticais. As brigadas móveis das Alfândegas querem, por sua vez, 10 mil<sup>59</sup> meticais.

Refere ainda que “*Na Moamba esta a brigada móvel à qual tivemos que pagar um valor não inferior a 20 mil<sup>60</sup> para deixar passar a mercadoria para Maputo. Hoje por exemplo, a nossa passagem foi condicionada mediante a promessa de pagamento de 15 mil<sup>61</sup> meticais que temos que levar lá amanhã, sob risco de não podermos passar com mais mercadorias*”, lamenta.

Desta maratona, contam, ainda falta o pagamento da letra no banco, honrar com o compromisso de *xitique* que é uma das formas de poupança para qual recorrem de forma a investir em coisas mais valiosas e que dignifiquem o esforço.

As *mukheristas* entrevistadas para este estudo referem que só aguentam sobreviver mediante as taxas de suborno aos alfandegários. Muitos deles declaram para os seus produtos preços muito baixos, com vista a pagar taxas baixas, portanto, nesta prática só alcançam sucesso se tiverem capacidade de subornar.

A perpetuação da corrupção pelos funcionários das Alfândegas resulta do facto de considerarem uma atividade honesta, ou seja, a partilha de rendimentos com as *mukheristas*, é vista por ambos como um mecanismo de ajuda mútua no contexto do *ethos fronteiriço*. E como nenhum funcionário é preso por estas práticas, reforça-se a crença da corrupção nas fronteiras. Daí que, concordamos com Chivangue (2012:24)

---

<sup>56</sup> Equivalente a 606 USD

<sup>57</sup> Equivalente a 1515 USD

<sup>58</sup> Equivalente a 2121 USD

<sup>59</sup> Equivalente a 303 USD

<sup>60</sup> Equivalente a 606 USD

<sup>61</sup> Equivalente 455 USD

quando refere que: “*Os fatores ambientais (contextuais) sob ponto de vista político e institucional condicionam a prática do mukhero*”. Ainda para reforçar a sua tese, o mesmo autor afirma que:

*“ Muitos mukheristas só interagem com a máquina burocrática estatal quando as ligações e facilidades de que dispõem no informal não permitem resolver seus problemas. Apesar de uma pequena fracção destes actores acreditar na meritocracia da Função Pública, a maioria sente que os agentes do Estado existem para servirem-se a si próprios e aos seus familiares próximos” (28).*

#### **3.4. A percepção dos despachantes aduaneiros privados e importadores informais sobre a corrupção nas fronteiras**

Das entrevistas que efetuamos aos comerciantes informais, despachantes aduaneiros privados e agentes alfandegários, notamos um sentimento misto em relação à capacidade de as Alfândegas lutarem contra a fraude e o contrabando. O mesmo sentimento misto se aplica ao combate à corrupção. Objetivamente, 40% dos comerciantes informais entrevistados apontou que a corrupção reduziu nos últimos anos; outros 60% disseram que o que aconteceu foi não uma redução da corrupção mas uma sofisticação das suas práticas.

Quanto aos métodos usados pelas Alfândegas, 80% dos despachantes aduaneiros privados entrevistados considerou que eles ainda não eram transparentes, sobretudo quando se tratava de determinação dos direitos a pagar. Cerca de 70% de despachantes disseram que os que consideram haver falta de transparência são aqueles colegas ou aqueles importadores que ainda não leram suficientemente a pauta aduaneira. Uma das questões colocadas aos despachantes teve em vista saber porque é que continua a haver intenções de fuga ao fisco. Em resposta a esta questão 50% dos despachantes entrevistados argumentaram que eles eram empurrados pelos importadores que ainda resistem em pagar determinados valores. Nessa situação, os despachantes menos honestos são obrigados a sonegar informações sobre a mercadoria, fazendo falsas declarações. Quando este tipo de esquemas falha, parte-se para o suborno do agente alfandegário. Os despachantes que se envolvem neste tipo de esquemas fazem-no

alegradamente porque querem manter os seus clientes: “*É a fonte da nossa existência*”, afirmou João Matola.

A ideia de que quem desencadeia a corrupção nas Alfândegas é, nalgumas vezes, o importador foi não só confirmada pelos funcionários das Alfândegas inquiridos como também pelos próprios importadores. 50% dos importadores informais entrevistados fizeram este comentário, mas pediram que não relacionássemos o seu nome com o mesmo.

Os importadores desencadeiam a corrupção quando se apercebem que têm de pagar altas taxas e, fazendo isso, o seu negócio fica sem lucros. Quanto ao pagamento de subornos alguns entrevistados foram unânimes em dizer que, em caso de necessidade, não hesitariam em pagar subornos para verem a sua mercadoria desalfandegada.

Mas já existem, hoje, contudo, importadores mais organizados que, ao fazerem os estudos de viabilidade, chegam à conclusão de que pagando todos os DA ainda têm uma margem de lucros e, sendo legal, isso evita aborrecimentos.

Uma das armas que os importadores honestos usam para evitar envolverem-se em esquemas de corrupção é informarem-se. Sem informação sobre os procedimentos, é mais fácil cair-se na malha da corrupção. Para reforçar esta crença João Matola, despachante aduaneiro pronunciou-se nos seguintes termos: “*se eu não conheço os fundamentos de uma atividade, não tenho condições de exercer essa atividade. Portanto, ou aprendo com quem sabe ou vou comprar serviços de quem saiba*”.

Sudecar Novela presidente da Associação MUKHERO explica que, há uns anos atrás, o processo de importação de produtos (batata, tomate, cebola), através da fronteira de Ressano Garcia, era desregrado; cada importador trazia a sua mercadoria e declarava o preço que quisesse. Muitas das vezes, isso levava à existência no mercado de uma enorme disparidade de preços. Foi em face disso que os “*mukheristas*” organizaram-se em associação com o objetivo de defender os seus interesses. Através da associação, começaram a fazer denúncias dos agentes corruptos, controlando os registos na fronteira dos importadores que tenham tentado declarar mercadoria que não fosse exata. Os resultados desta ação foram visíveis: hoje, os preços já são uniformes; as “*mukheristas*” já podem prever lucros e honrar os seus compromissos com os bancos. Para Sudecar Novela, como para outros comerciantes informais entrevistados, a corrupção nas Alfândegas não acabou, apenas diminuiu. Mas, enfatiza, diminuiu porque as “*mukheristas*” já não aceitam pagar subornos e estão de vigia sobre os agentes. Novela

recorda que a ação da Associação é apenas sobre a zona da fronteira de Ressano Garcia e Namaacha, lamentando não poderem atuar em todo o país<sup>62</sup>.

O depoimento de Sudecar não encontra sustentação no depoimento das *mukheristas*, pois mais de 80% dos comerciantes informais entrevistados referem que quando chega na fronteira negociam com o funcionário das alfândegas que atende seu processo e declara cerca de 25% de mercadoria para pagar os direitos aduaneiros e os restantes 75% divide-se com o alfandegário. Designam a isto, *sair bem*. Por outro lado, *sair mal* referem que acontece por exemplo, quando chegam na fronteira com a mesma quantidade e declararam os mesmos 25% de mercadorias, negociam os 75% com o alfandegário e terem azar de não encontrá-lo na cancela e, como não bastasse, encontrar um superior hierárquico do agente negociador. Nestas situações, as informantes salientam que aplica-se uma multa, correspondente ao pagamento de três vezes o valor real da compra da mercadoria<sup>63</sup>.

A mesma percentagem desta categoria de informantes advogam que encontram a motivação de falsidade na declaração da mercadoria, para obterem melhor margem de lucro por um lado, e desonestidade dos funcionários das Alfândegas por outro. Os informantes salientam ainda que por vezes os agentes Alfandegários aproveitando do baixo nível de escolaridade das *mukheristas* oscilavam a taxa de direitos aduaneiros na fronteira de Ressano Garcia e Namaacha. Por exemplo, no momento da entrada para RAS, um saquinho de 10 Kg de batata ou tomate pagava-se 3 rands<sup>64</sup> da moeda sul-africana e no regresso subiam para 8 rands<sup>65</sup> para mesmo produto e quantidade, ou seja, a oscilação ocorria no mesmo dia.

Sobre o mesmo assunto, consta que no dia 08/06/2000, os *mukheristas* da Cidade de Maputo manifestaram, tendo bloqueado a fronteira de Ressano Garcia, alegadamente reclamando o agravamento ou cobrança de 55 Rands<sup>66</sup> por uma caixa de 20Kg de tomate de 3ª classe, comprada a 24 Rands<sup>67</sup> na RAS (DOMINGO, 18/06/2000 e SAVANA, 16/06/2000).

---

<sup>62</sup> Entrevista concedida pelo Sudecar Novela

<sup>63</sup> Entrevista concedida pela Helena Chambal

<sup>64</sup> Equivalente a 2,4 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>65</sup> Equivalente a 6,1 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>66</sup> Equivalente a 6.7 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>67</sup> Equivalente a 2,9 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

Segundo Aida Tamele, no regresso da RAS com a sua mercadoria contribui entre 20<sup>68</sup> a 50<sup>69</sup> Rands por passageiro, dependendo do volume da mercadoria e entrega-se ao motorista, conhecedor dos esquemas na fronteira. Ao chegar na fronteira, os passageiros descem e vão carimbar os passaportes e o motorista vai carimbar o seu passaporte, documentação do carro e negociar com o alfandegário que atende seu expediente, entregando-lhe o valor, sem recibo nem revista da viatura na passagem pela cancela.

Outros mecanismos para contornar o pagamento na fronteira foram referidos pelas *mukheristas*. Segundo Aida Tamele, no regresso da RAS, cada passageiro contribui com 20 a 50 Rands, dependendo do volume da mercadoria e entrega-se ao motorista, conhecedor dos esquemas na fronteira. Ao chegar na fronteira, os passageiros descem e vão carimbar os passaportes e o motorista vai carimbar o seu passaporte, documentação do carro e negociar com o alfandegário que atende seu expediente, entregando-lhe o valor, sem recibo nem revista da viatura na passagem pela cancela.

Os informantes afirmam que às vezes os funcionários das alfândegas pedem mais dinheiro, ameaçando descarregar a mercadoria em caso de recusa do motorista. E, vezes sem conta, ligam para seus colegas (brigadas móveis), dando lhes a cor, marca de viatura e respetiva chapa de inscrição, para interceptá-los no percurso, exigindo outro pagamento. Na mesma perspetiva Mosca (2005:448), refere que a ação dos Agentes Alfandegários gera rendimentos pessoais ilegais e reduz as receitas públicas.

É de realçar que não foi fácil recolher informações dos funcionários das Alfândegas, visto que alegavam a questão de disciplina paramilitar e sigilo profissional. Porém, de forma subtil através da observação direta no terreno percebemos que a corrupção constitui umas das principais razões para facilitação de fuga ao fisco e o contrabando nas fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> Equivalente a 2,4 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>69</sup> Equivalente a 6,1 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>70</sup> Algumas *mukheristas* consultados partilham a ideia, segundo a qual manifestações de riqueza em Moçambique começaram a surgir sem que existissem fontes de rendimentos conhecidas, que justificassem os bens de propriedade pessoal, sobretudo habitação e viaturas de luxo dos agentes alfandegários e não só.

### 3.5. O *mukhero*: o impacto fiscal e nas relações de género e poder

As *mukheristas* contribuem nas receitas das Alfândegas através de pagamento de DA e outras taxas nas quatro estâncias aduaneiras existentes na Província de Maputo, com destaque para as de Ressano Garcia e Namaacha<sup>71</sup>, tal como se pode confirmar a partir de 80% dos entrevistados ao referirem que os operadores do comércio informal transfronteiriço ao importarem produtos da Suazilândia e da RAS pagam os seguintes impostos:

- 5% de direitos aduaneiros;
- 5% de fretes;
- 10% de transporte e seguro; e
- 17% do IVA.

Segundo a mesma categoria de informantes, feitas todas as contas, os operadores pagam cerca de 37% de taxas acumuladas, valor correspondente ao produto importado. Salaria que as Alfândegas trabalham com um preço de referência, que muitas vezes, está abaixo do preço real.

De acordo com Novela<sup>72</sup>, presidente da Associação *MUKHERO*, atualmente os importadores dos chamados bens de consumo, pagam 20% de DA, valor calculado com base na fatura paga pela sua compra no fornecedor, além dos 17% correspondentes ao IVA.

Uma fonte segura do centro de informação de Negócios no Ministério da Indústria e Comércio disse que apesar de isenta do pagamento de direitos aduaneiros, a importação dos bens e produtos abrangidos pela isenção de cem por cento de direitos aduaneiros, continuará a ser sujeita ao pagamento do IVA, com base numa filosofia que prevê a possibilidade de o importador beneficiar de reembolso deste valor ao fim de determinado período de tempo, ficando a despesa do IVA a cargo do consumidor (NOTÍCIAS, 23/05/2007). Quer dizer que mesmo com abolição de direitos aduaneiros em cem por cento de certos produtos, por importação desses produtos, as *mukheristas* continuam a contribuir nas receitas arrecadadas pela Alfândega da Província de Maputo.

De acordo com Manganhela (2006: 25) a partir da altura da oficialização da Associação *MUKHERO*, passou a registar um maior crescimento das receitas das

---

<sup>71</sup> Entrevista concedida pelo funcionário da Alfândega.

<sup>72</sup> Entrevista concedida pelo Sudecar Novela

Alfândegas de Moçambique, uma vez que as *mukheristas* associadas, passaram a ser sensibilizados a pagarem os DA.

Porém, o aumento do volume de receitas nas Alfândegas aconteceu, sobretudo, à luz do processo de reestruturação do setor alfandegário, com o objetivo de facilitar o comércio legal por via de combate às fraudes, contrabando e evasão fiscal (NOTÍCIAS, 05/04/2001).

No setor informal o contrabando fronteiriço e os casos de descaminho em relação às fronteiras moçambicanas são apontados como os principais focos na perda de receitas aduaneiras a favor do Estado (NOTÍCIAS, 05/04/2001).

O *mukhero* tem um impacto significativo nas relações de género e poder, pois, o papel ocupado pela mulher ultrapassa nitidamente o espaço inicial ocupado pela sua atuação, reservada a esfera privada da vida familiar, como esposa e mãe. Na base de separação dos papéis relativos a vida privada estariam a reprodução biológica e sexual, enquanto a vida pública seria o espaço de trabalho e atividades de produção. À primeira, estariam vinculados a estabilidade, segurança, respeito e afeto, características associadas ao universo feminino e à segunda estaria relacionado ao espaço de trabalho que seria o local da despersonalização, da frieza e das incertezas da realidade do mundo dos negócios, aspetos cabíveis no domínio masculino (MENEZES & BERTUCCI, 2009: 1-2)

Desde a Independência Nacional de Moçambique até hoje, as mulheres vão deixando para trás a imagem tradicional de pessoas submissas, dependentes e caseiras. Assumem papéis de seres humanos com iniciativa e criavidade, fazendo-se autónomas, capazes de gerir as pequenas e médias empresas, de conciliar âmbitos diferentes.

Dados colhidos, indicam que o crescimento da participação da mulher no comércio informal está intimamente ligado ao desemprego, nascimento dos filhos ou ao abandono da mulher pelo marido que a obriga a trabalhar cada vez para sustentar a sua família. A fraca competitividade das suas qualificações académicas (maioria com nível fundamental), tanto no setor público quanto ao privado, poderá constituir um dos elementos explicativos da opção das *mukheristas* para a atividade informal (CHIVANGUE, 2012: 10-11).

Porque, a mulher pretende conciliar o trabalho e as obrigações familiares, o comércio informal permiti-lhe trabalhar com os horários mais flexíveis, porque de certa ela é patroa de si mesma.

Definitivamente, os operadores do “*mukhero*” têm uma vital contribuição para o Estado moçambicano. Eles pagam atualmente por importação de bens de consumo nas estâncias aduaneiras de Ressano Garcia, Namaacha, Goba, Ponta D’Ouro 5% de DA, 5% de frete de viatura, 10% de transporte e seguro, totalizando 20% de DA, para além de 17% do IVA.

Com a reestruturação do setor alfandegário, objetivando combater as fraudes, contrabando e evasão fiscal, bem como a ação de sensibilização aos seus associados, levado a cabo tanto da Associação “*MUKHERO*” como da Associação dos Micros Importadores de Moçambique, principalmente a partir da sua oficialização, houve registo de crescimento das receitas arrecadadas pelas Alfândegas.

Pese embora senão fosse atos de corrupção praticados por alguns alfandegários desonestos, que geram rendimentos pessoais ilegais e reduz as receitas públicas, os encaixes das Alfândegas seriam muito mais acima do que se tem conseguido.

De igual modo, os operadores do “*mukhero*”, alguns retalhistas informais e vendedores ambulantes sensibilizados pelas associações referidas anteriormente, pagam os impostos diretamente e alguns casos via Associação dos Micros Importadores de Moçambique à AT.

### **3.6. O *mukhero* como *economie debrouille* ou como estratégia e escolha de vida?**

No contexto da economia liberal, existe uma perceção de que existe um modelo linear e único de desenvolvimento, mas as *mukheristas* entrevistados provaram que o desenvolvimento deve estar enraizado no chão, deve estar mais baseado na vida ou nos objetivos das pessoas do que em programas ou discursos vindos de fora e que desconhecem as especificidades locais (solos, regime de chuvas, sistemas de posse de terra, métodos de tomada de decisões, a construção social do género). Por isso, consideramos interessante saber como é que as *mukheristas* investem o seu dinheiro que tanto lhe custou ganhar e poupar no *mukhero*.

Os operadores do *mukhero* conseguem custear as despesas alimentares, pagar água, energia, escola para os filhos, adquirir uma parcela de terra para construção de habitação própria, viver uma vida conjugal condigna e/ou contrair matrimónio (pagar

“lobolo<sup>73</sup>”), granjear simpatia, respeito, valor e consideração na família e na vizinhança com seu trabalho, contribuindo nos programas do governo de combate a pobreza.

A atividade do *mukhero* cria autoemprego para os próprios operadores, emprego para os seus próximos como familiares, amigos, vizinhos desempregados que lhes aproximam, pedindo um emprego ou dicas para iniciar um negócio.

Com a atividade do *mukhero*, os respetivos operadores e vendedores informais que deles derivam, conseguem prover o rancho mensal, pagar taxas de matrículas e propinas dos seus filhos, sustentar formação dos seus cônjuges, ostentar bens valiosos como casas e viaturas luxuosas, auxiliar com seus rendimentos ao marido na gestão e administração dos seus lares e também realizar poupanças. A forma de poupança preferida por *mukheristas* é o “*xitique*” que já nos referimos anteriormente.

O alcance do *mukhero* é ainda mais abrangente visto que abastece os mercados formais (supermercados, mercearias, lojas, boutiques, hotéis, restaurantes, pensões, postos de revendedores, etc.) e mercados informais (esquinas, *dumba-nengues*, passeios, bancas domiciliárias, etc.) em produtos frescos, produtos diversos, loiça diversa, cosméticos, eletrodomésticos e automóveis.

Com o rendimento do *mukhero*, os operadores desta atividade conseguem aceder ao mundo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), através de aquisição de telefones celulares, computadores portáteis para si e sua família e também para facilitação de negócio em termos de localização dos mercados fornecedores na RAS e Suazilândia e mercados consumidores das suas mercadorias na Cidade de Maputo.

De acordo com a informante proprietária de duas viaturas, uma de marca VW para transporte pessoal e outra de marca Toyota Dyna, para o serviço de transporte de mercadorias (tomate, batata, cebola, repolho e outros produtos verdes) da África do Sul a Maputo, disse que comprou-as com dinheiro conseguido na atividade de “*mukhero*”. Nestas viaturas, empregam seus familiares como motorista, ajudantes e mecânicos<sup>74</sup>.

O “*mukhero*” emprega numerosas pessoas desprovidas de emprego no setor formal, pese embora como alternativa, que por essa via, conseguem prover o sustento familiar e até a ascensão social das suas famílias.

---

<sup>73</sup>A zona sul de Moçambique é caracterizada por sistema cultural patrilinear e por causa desta particularidade, o jovem que pretende uma rapariga deve entregar dote (gado bovino ou uma certa quantia monetária) à família da sua esposa. O dote é entregue numa cerimónia tradicional envolvendo a família dos noivos e outros convidados. Está cerimónia denomina-se lobolo.

<sup>74</sup> Entrevista concedida pela Sara Alberto

Para além de auto emprego para si, criam e dão emprego a outros cidadãos como atesta as palavras da *mukherista* Raquel ao afirmar que tem dois empregados que ajudam lhe na comercialização dos produtos no Mercado Grossista do Zimpeto<sup>75</sup>. As *mukheristas* empregam outras pessoas, como os descarregadores das mercadorias nos camiões “gai-gai”, auxiliares na comercialização vulgo “kuvota” e as retalhistas informais.

A *mukherista* acima indicada possui uma história interessante que nos faz perceber como as *mukheristas* evoluem nos negócios. Ela conta que iniciou a atividade do comércio transfronteiriço informal, vulgo *mukhero*<sup>76</sup> em 1992, na África do Sul e Suazilândia, onde adquiria batata, cebola e tomate primeiramente. Refere que era doméstica e vivia maritalmente. Foi convidada por uma amiga conterrânea, que já era *mukherista* e vendia no mercado Fajardo, antes de existir o mercado Malanga.

Na primeira vez entregou a amiga 1.500,00 Mt<sup>77</sup> e esta, trouxe-lhe 50 saquinhos de batatas, vendidos prontamente no mercado informal do Fajardo na Cidade de Maputo, tendo obtido lucro no valor de 350,00Mt<sup>78</sup>. Afirma que depois de ver o primeiro rendimento do *mukhero*, decidiu juntar-se à amiga, fazendo *mukhero* na Suazilândia e na África do Sul. Dos produtos que traz da África do Sul e Suazilândia o destaque vai para batata, cebola, tomate, repolho, alho, frutas e revende no mercado grossista do Zimpeto, bem como distribui a vários revendedores nos mercados informais de Malanga, Fajardo e outros mercados na Cidade de Maputo. Refere que o negócio é rentável, dá para viver e gerir a família. Porém, a entrevistada não revelou os lucros em termos de valores monetários. Referiu ainda que desde 1992, a esta parte, tem ajudado a sua família. Custeia estudos dos três filhos seus, dos quais uma no Ensino Superior, outro no Ensino Técnico Profissional e último no ensino Pré-Universitário. Antes vivia no bairro de Maxaquene com os tios paterno e com o rendimento do *mukhero* conseguiu um terreno no bairro de Laulane, onde ergueu uma casa de alvenaria de tipo 3, com dependência, garagem e muro, para além de possuir dois veículos pesados de marcas Toyota Dyna e Mitsubishi Canter, usados para o transporte de mercadoria e um veículo ligeiro de marca Honda Balade para o transporte pessoal e trabalho de cobrança em diversos mercados na Cidade de Maputo, onde tem colocado seus produtos. Ela tem sete trabalhadores, dos quais dois motoristas de camiões e cinco

---

<sup>75</sup> Entrevista concedida pela Raquel Muchanga

<sup>76</sup> Entrevista concedida pela Raquel Muchanga

<sup>77</sup> 45,5 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>78</sup> 10,6 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

auxiliares na comercialização de produtos no Mercado Grossista do Zimpeto. A entrevistada salienta que aquilo que ela é hoje, é graças ao seu trabalho e atividade de *mukhero*. Vários outros depoimentos revelam a criatividade das mulheres no negócio (observa a fotografia 6).

**Fotografia 6:** Mulher *Mukherista* vendendo caixas do tomate no seu camião



**Fonte:** Autor (2015)

Rita Manhice (*mukherista*) afirma ainda que é chefe de família, tem marido e quatro filhos e todos estudam graças ao rendimento desta atividade, para além disso, consegue com atividade prover o rancho mensal, pagamento de água, energia, propinas dos filhos, transporte para dois filhos mais velhos com 17 e 19 anos de idade, que frequentam à 11<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> classes, respetivamente. Salientou que por dia conseguem fazer cerca de 3000,00Mt<sup>79</sup>, que multiplicado por 30 dias, sumariza 90 000,00Mt<sup>80</sup>.

As *mukheristas* com as suas atividades vão em cadeia, auxiliando economicamente outros grupos como os *gai gai*, *kuvota*, motoristas e o cidadão comum.

O carregador de fronteira que ajuda na travessia na fronteira de Namaacha<sup>81</sup>, de 38 anos de idade, natural de Marracuene, Província de Maputo, residente no bairro Cumbeza, Distrito de Marracuene, Província de Maputo, desmobilizado das FADM em 1992, com fim da Guerra Civil no país, disse ter começado exercer este trabalho de “*gai-gai*”<sup>82</sup>, no Mercado Grossista de Zimpeto, em 2007 aos dias de hoje. O entrevistado referiu que antes andava a cultivar parcelas de machambas em troca de

<sup>79</sup> 9,1 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>80</sup> 2 727, 27 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>81</sup> Entrevista concedida pelo Anísio Pascoal

<sup>82</sup> Entrevista concedido pelo Roberto Ivo

dinheiro. Quando foi instalado o Mercado Grossista de Zimpeto, deixou a primeira atividade sazonal que dependia da época de lavoura e achou a oportunidade para a nova atividade de “gai-gai”.

O trabalho de “gai-gai” consiste em um carregador negociar com um comprador com grandes volumes (grandes cestos contendo produtos), para carregar sua carga do local de compra até onde vai apanhar o transporte, em troca de dinheiro, que varia em função da bagagem e distância. Explica que o trabalho de “gai-gai” é diário, permanente e rentável, que o de lavoura. Depende da força e inspiração. Por dia consegue fazer 150,00Mt<sup>83</sup> a 250,00Mt<sup>84</sup>. Entretanto, o primeiro valor multiplicado por 30 dias perfaz 4.500,00Mt<sup>85</sup>, representando mais do dobro do salário mínimo pago em Moçambique. Refere ainda que antes deste trabalho, havia sido abandonado por sua esposa que levava suas duas filhas consigo. Todavia, a partir do momento que começou este trabalho, reorganizou-se, reconstruiu a sua casa com materiais locais (caniço, estacas com cobertura de chapa de zinco) e decidiu trazer de volta a sua esposa e filhas e, até hoje vivem juntos, sem problemas de pão como antes. As duas filhas andam na 3ª e 6ª Classes. A esposa compra naquele mercado produtos por atacado e revende a retalho no mercado informal do “D’riven”, terminal dos “chapa 100<sup>86</sup>”, ajudando o marido nas despesas de casa. Explica ainda que a partir do ano passado (2009), quando a esposa começou a pequena atividade comercial informal, ele passou a concentrar-se na organização de material para mudar a casa por outra de material convencional (feita de cimento). Este momento está a completar os 1.500 blocos necessários para uma casa de tipo 1 progressiva e tudo indica que nos meados do próximo ano (2017), a continuar os rendimentos que têm registado, irá arrancar a obra da casa.

As *mukheristas* responsáveis pelo fornecimento de diversas mercadorias comercializadas a grosso no Mercado Grossista do Zimpeto, têm contribuído não somente para a sua sobrevivência, mas para os demais operadores do comércio informal, sem emprego formal, revendedores a retalho e a grosso, espalhados pela Cidade de Maputo, caracterizados por vendedores fixos nos mercados, “*dumbanengues*”, residências, esquinas e passeios da Cidade de Maputo.

---

<sup>83</sup> 4,5 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>84</sup> 7,6 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>85</sup> 136,4 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>86</sup> “Chapa 100” significa transportadores semi - coletivos de passageiros.

A comerciante Paulina Xavier, de 40 anos de idade, residente no bairro de Zimpeto, Cidade de Maputo é vendedora informal no pátio<sup>87</sup> do Mercado Grossista do Zimpeto, desde ano 2008, afirma que compra saquinhos de batatas, cebola, alho, caixas de pepino, tomate, laranjas e outros produtos, nos camiões e revende em pequenos molhos a partir de 5,00Mt<sup>88</sup> a 20,00Mt<sup>89</sup> para aqueles que não dispõe de dinheiro suficiente para comprar tudo que precisam em atacado. O comércio a retalho é salutar principalmente para as pessoas de média e baixa rendas. Ela afirma que o negócio é tanto ou quanto rentável, mas por causa da ação repressiva dos membros da Polícia Municipal afetos naquele mercado, só dá mesmo para comprar o “caril” e pão para os filhos. Quando os membros da Polícia Municipal intensificam as suas atuações, não conseguem vender. Elas retornam noutra período ou no dia seguinte. Numa caixa de tomate consegue lucrar entre 30,00Mt<sup>90</sup> e 50,00Mt<sup>91</sup>. Num saquinho de batata ou cebola, consegue lucrar entre 20,00Mt<sup>92</sup> e 40,00Mt<sup>93</sup>. Num dia calmo<sup>94</sup>, consegue revender duas a quatro unidades a grosso de cada tipo, dependendo de movimento (procura).

Os informais que vendem no pátio do Mercado Grossista do Zimpeto, vulgo retalhistas, também pagam uma taxa fiscal no valor de 10,00Mt<sup>95</sup> por dia, enquanto os *gai-gai* e intermediários comerciais vulgo *kuvota* (apêndice X) não pagam nenhuma taxa fiscal, saindo a ganhar mais. Os informais apelam que, deveriam pagar também taxas fiscais à semelhança das *mukheristas* e retalhistas, pois exercem uma atividade rentável.

A existência do Mercado Grossista de Zimpeto, veio contribuir significativamente para muitos moradores do bairro e de outros bairros circunvizinhos como Matendene, Khongolote, Cumbeza, Zona Verde, Intaka, que não desenvolvia quase nenhuma atividade rentável.

Muitas pessoas dentre mulheres e homens encontram forma de sobrevivência neste mercado como motoristas, ajudantes de veículos, descarregadores de mercadorias em camiões, intermediários comerciais *Kuvota*, ajudantes dos compradores *gai-gai*,

---

<sup>87</sup> Entrevista concedida pela Aurélia Miambo

<sup>88</sup> 0,2 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>89</sup> 0, 60 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>90</sup> 0,90 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>91</sup> 1,5 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>92</sup> 0,60 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>93</sup> 1,2 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

<sup>94</sup> Dia calmo, consideram os dias que não são atuados pela Polícia Municipal.

<sup>95</sup> 0,30 USD (ao câmbio do dia 8/10/2014 em que 1 dólar americano equivale a 33 meticais)

retalhistas, fornecedores de refeições, água gelada, refrescos<sup>96</sup> vendedores ambulantes, isto é, existe uma série de atividade advindas da localização do Mercado Grossista naquele bairro e sobretudo das *mukheristas* que abastecem em mercadorias a grosso (batata, tomate, cebola, cenoura, repolho, alho, feijão verde, frutas diversas, ovos, pepino e outros), importadas da África do Sul, Suazilândia e quantidades insignificante a nível interno.

Alguns pequenos agricultores que vinham desenvolvendo uma pequena agricultura de hortícolas e produtos verde ao longo do rio Infulene/Mulauza, passaram a desenvolver a pequena atividade comercial retalhista no Mercado Grossista do Zimpeto. Outros pequenos agricultores encontraram oportunidade de mercado para a comercialização dos produtos da sua pequena lavoura, uma vez que os utentes do mercado grossistas, aproveitam também comprar algumas verduras, como folha de abóbora, *cacana*, feijão-verde, alface, *tseque*, *nhangana*, couve, entre outras, produzidas por aqueles e vendidas defronte do mercado.

Segundo Instituto Nacional de Estatísticas (2009:155) o comércio informal encontra sua origem na necessidade de sobrevivência da mão-de-obra excedentária. Assim, a produção deste setor da economia informal representa, para esta camada, a única alternativa para satisfação do desejo de sobrevivência, ainda que mínima lhes garante o possível rendimento.

Ainda de acordo com o INE (2006:84) os 1490 operadores no setor informal na Cidade de Maputo, estão distribuídos pelos principais setores de atividade (valores absolutos em milhares):

- 73,6% Comércio e Turismo;
- 26,4 % Indústria e Construção; Agricultura e outros serviços.

Desta distribuição, nota-se que o maior número de operadores informais concentra-se no setor de comércio e turismo, ambos com cerca de 73,6 % de operadores, enquanto os restantes 26,4% milhares de operadores, cumulativamente correspondem aos setores da agricultura, indústria e construções e outros serviços. Isto, confirma a tese segundo a qual muitos cidadãos na Cidade de Maputo desprovidos de emprego no setor formal, encontraram alternativa de sobrevivência no comércio informal, incluindo *mukhero*. Na perspetiva, de 80% dos comerciantes informais entrevistados referem que o mercado grossista é grande empregador.

---

<sup>96</sup> Entrevista concedida pela Delfina Zitha

Uma das comerciantes referiu que somente na Cidade de Maputo existem sessenta e um mercados informais, dos quais sessenta retalhistas e um mercado grossista de Zimpeto. Os mercados retalhistas referidos, abastecem-se do mercado grossista, no que diz respeito a produtos importados atacados. Para além de abastecimento dos mercados formal e informal, as *mukheristas* abastecem hotéis, restaurantes, pensões, complexos e outros locais distribuídos pela Cidade de Maputo<sup>97</sup>.

De acordo com Novela (2005) citado por Manganhela (2006:3), *mukhero* é caracterizado principalmente pela importação de mercadorias a grosso, com maior incidência nos produtos de primeira necessidade, da Suazilândia e da África do Sul, para posteriormente revenda nos mercados formal e fundamentalmente informais da Cidade de Maputo e outras regiões do sul do país.

Numa outra perspetiva Manganhela (2006:3) salienta que *mukhero* desempenha um papel importante na realização das trocas comerciais no que refere ao abastecimento de produtos *importados a Cidade de Maputo*<sup>98</sup> e, em muitos casos, preenche o espaço que setor formal de importação não consegue cobrir.

Por fim, o trabalho de campo demonstra que o *mukhero* é uma atividade praticada na sua maioria por mulheres no sul de Moçambique. Elas encontram nesta atividade mecanismo de sobrevivência ou alternativa ao emprego em alguns casos e noutros como atividade profissional criativa e inovadora.

As entrevistas realizadas ao grupo das *mukheristas* demonstram que elas possuem um diferencial competitivo nesta prática pelo fato dela ser determinada, perseverante, negociadora e dinâmica, uma vez que a prática do *mukhero* está sujeita a sacrifícios e humilhações que poucos homens suportariam.

Apesar do baixo nível de escolaridade das mulheres, elas demonstram um nível de criatividade e inovação nas práticas de comércio. Esta criatividade e inovação vai desde a gestão do negócio, permitindo tornarem – se verdadeiras empresárias de sucesso e marcando diferença no mundo empresarial até nos mecanismos de poupança informal, vulgo *xitique*. Através do valor resultante do *xitique* conseguem realizar investimentos no negócio sem precisar da intervenção de setores financeiros formais como os bancos comerciais.

A atividade do *mukhero* tem impacto direto nas relações de género, uma vez que a mulher passa a gozar da intervenção económica e social na família. Ela deixa de ser

---

<sup>97</sup>Entrevista concedida pela Marta Novela

<sup>98</sup> O que está em itálico é nosso.

representada como mulher africana doméstica e submissa ao homem no contexto da cultura patrilinear, passando a ter voz na resolução dos problemas da família e da comunidade e também passa ser sujeito na dinâmica económica do País tal como foi reconhecido no Primeiro Fórum Nacional da Mulher Empreendedora realizada em Outubro de 2015 em Moçambique.

## CONCLUSÃO

O *mukhero* é uma atividade maioritariamente realizado por mulheres no sul de Moçambique caracterizado pelo movimento transfronteiriço de Moçambique para África do Sul e vice-versa, a fim de adquirir bens para venda nos mercados (sobretudo produtos alimentares e eletrodomésticos) da zona sul de Moçambique. É um fenómeno que teve seu início na década 80 e atualmente vai ganhando mais aderência, ou seja, verifica-se um aumento considerável de mulheres que optam por esta prática comercial como alternativa a falta de um emprego formal e também como uma atividade profissional dinâmica e inovadora. O crescente número de mulheres nesta atividade pode ser explicado pelas habilidades estritamente femininas como a paciência, capacidade de negociação e de suportar abusos ou humilhações proporcionado pelas AG. As *mukheristas* aceitam abusos das AG, com intuito de pagar menos DA e assim conseguir uma margem significativa de lucros nos seus negócios. É aí, onde reside o diferencial competitivo da mulher neste negócio, visto que poucos homens suportariam os mesmos abusos e humilhações.

Em algumas ocasiões o *mukhero* é considerado como atividade ilegal pelas autoridades governamentais, apesar das mesmas tolerarem administrativamente a prática. A tolerância do poder público, a corrupção derivado da conivência entre os CI e AG e os ganhos económicos e sociais do *mukhero* contribui para o crescimento desta prática. O *mukhero* contribui para a geração de emprego e produção da riqueza. Por isso, que atualmente vem recebendo reconhecimento social por parte Sociedade Civil e das AG como atividade comercial equiparada a qualquer outra.

Para uma melhor compreensão do *mukhero* deve ser analisado o contexto em que ela emerge, as dificuldades e as soluções que elas proporcionam para a resolução da crise de emprego formal e do empoderamento socioeconómico da mulher. Portanto, a noção do *mukhero*, não deve ser analisada apenas no domínio descritivo e operacional da forma como o Estado trata a atividade, pelo contrário deve ser analisada no âmbito do *ethos* fronteiriço que permite compreender a prática por dentro e fora, ou seja, aspetos objetivos e subjetivos.

O *mukhero* deve ser analisado fora dos cânones dos modelos desenvolvimentistas ocidentais como forma de evitar a marginalização da prática. A cristalização do mesmo mostra que os mecanismos de economia de mercado globalmente aceites não resultam na solução dos problemas económicos e sociais das comunidades locais que acabam encontrando outros modelos para desenvolver a

economia, por isso, derivado desta atividade encontramos redes de solidariedade e mecanismos de poupança informal- *o xitique*, que representa uma forma endógena de gestão financeira sem intermediação de agentes financeiros formais como é o caso dos bancos comerciais.

A atividade do *mukhero* proporciona mudanças significativas nas relações do género e poder. As mulheres passam a ocupar um novo lugar nestas relações, deixam ser vistas como fadas do lar, procriadoras, dependentes e submissa financeiramente ao marido, visto que a sua participação no mercado do trabalho confere-lhe uma certa autonomia e liberdade na resolução dos problemas comunitários, domésticos e individuais, o que era quase impossível antes da década 90. Ela passa a ser vista como sujeito ativo na dinâmica económica do País. Mesmo assim, destaca-se ainda a existência de forças conservadoras de carácter patrilinear que ainda pretendem submeter a mulher a abusos e humilhações tal como foi possível constatar nas fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia.

A prática do *mukhero* considerado durante muito tempo um fenómeno passageiro, pelo que não era necessário fazer estatísticas para apurar a sua importância, hoje os organismos governamentais procuram compreender o fenómeno apurando estatisticamente com vista a analisar a sua contribuição no Produto Interno Bruto do País. Este tipo de comércio preenche o vazio que o setor formal não consegue cobrir na oferta de bens e serviços em particular para camadas de baixo rendimentos e não só, mas também na monitorização da economia das zonas urbanas que gera alternativas de emprego.

Assim, confirma-se a hipótese previamente colocada de que o comércio informal transfronteiriço contribui para o empoderamento socioeconómico da mulher para além de ajudar na sobrevivência das famílias através da aquisição de bens e serviços, promoção de autoemprego e emprego sobretudo aos jovens.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes escritas

- ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders. *Moçambique em Transição: Um estudo da História de desenvolvimento durante o período 1974 – 1992*. Gotemburgo: PADRIGU – Peace and Development Research Institute, 1993
- ABREU, Silvina Rodrigues, ABREU António Pinto de. *Setor Informal em Moçambique: Uma Abordagem Monetária*. Staff Paper nº 5. Maputo: Banco de Moçambique, 1996
- ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. *Economia Solidária: o dilema da institucionalização*. São Paulo: Arte & Ciência Editora, 2005
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá, SCHUCH, Flávio Camargo. *Economia Popular e Solidária: A Alavanca para um Desenvolvimento Sustentável*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006
- ATLAS GEOGRÁFICO DE MOÇAMBIQUE. Maputo: Diname, 2010
- BATISTA-LUNDIN, Iraê, TAYLOR, Ian. “A View from Maputo.” In *Regionalism and Uneven Development in Southern Africa: the case of the Maputo development corridor*, eds. Fredrik Söderbaum and Ian Taylor. Aldershot: Ashgate, 2003, p.97-105
- BODSON, Paul, Roy, Paul-Martel. *Survivre dans Les Pays En Développement. Approches du Secteur Informel*. Paris: L’Harmattan, 2003
- BRITO, Luís de et all (Orgs.). *Proteção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*. Maputo: IESE, 2010
- BUTLER, Judith. *Problemas de Género: Feminismo e Subversão da Identidade*. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS*. 1ª Edição. Buenos Aires: CLACSO, 2011
- CASIMIRO, Isabel, DE SOUTO, Amélia Neves. *Empoderamento Económico da Mulher: Movimento Associativo e Acesso ao Fundo de Desenvolvimento Local*. Maputo: Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane, 2010
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno, OSSEMANE, Rogério. “Crises cíclicas e desafios de transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique”. In DE BRITO, Luís, CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno, CHICHAVA, Sérgio, FRANCISCO, António. *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE, 2010, p.141-182

CASTELO, Iára Regina et all. *Práticas de integração de fronteiras: Temas para Mercosul*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995

CHEN, Martha Alter. *Towards Economic Freedom: The Impact of SEWA*. Ahmedabad: Self-Employed Women's Association. 2004.

CHICHAVA, José A. da C. *O Setor Informal e as economias locais*. Maputo: Ministério da Administração Estatal. 1998, 28p.

COLAÇO, João Carlos. “Tradição e modernidade nas barracas o Museu em Maputo”. In SERRA, Carlos (dir.). *Conflito e mestiçagem*. Maputo: Imprensa Universitária, 2000

COVANE, Luís António. *As relações económicas entre Moçambique e África do Sul, 1850-1964*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Estudos 6, 1989

CRUZ & SILVA, Teresa. *A organização dos trabalhadores do setor informal dos mercados de Maputo e sua ação na promoção de melhores condições de vida e de trabalho- O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Setor Informal- ASSOTSI*. Genebra: Bureau Internacional de Trabalho, 2005

DE VLETTER, Fion. *Estudos sobre o setor informal em Moçambique*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, 1996

DIREÇÃO PROVINCIAL DE PLANO E FINANÇAS DA PROVÍNCIA DE MAPUTO (DPPFPM). *Retrato rural da Província de Maputo*. Maputo: DPPFPM, 2014

DIOGO, Luísa Dias. *A sopa da madrugada - Das reformas à transformação económica e social em Moçambique: 1994-2009*. Maputo/Porto: Plural Editores/Porto Editora, 2013

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Setor Informal em Moçambique. INFOR -Inquérito ao setor Informal 2004. Resultados do Primeiro Inquérito Nacional (2005)*. Maputo: INE, 28 de agosto de 2006.

\_\_\_\_\_. *Inquérito Integrado à Força do Trabalho: Relatório Final de Moçambique*. Maputo: INE, 2006

\_\_\_\_\_. *O Setor Informal em Moçambique: Estudos Temáticos*. Maputo: Direção de Estatísticas Setoriais e de Emprego, março de 2009.

\_\_\_\_\_. *Mulheres chefes de agregados familiares em Maputo - Cidade. Cifras e Realidades*. Maputo: Série Estudos 4, 1999

KABOU, Axelle. *E Se a África Recusasse o Desenvolvimento?* Portugal: Edições Pedago, 2013

- KREIN, José Dari, PRONI, Marcelo Weishaupt. *Economia informal: aspetos conceituais e teóricos*. Brasília: Escritórios da OIT no Brasil, 2010
- FEIJÓ, João. *Orientações Culturais e Recursos do Poder: Relações Laborais em Maputo*. Maputo: Alcance Editores, 2015
- FELICIANO, José Fialho. *O impacto da economia informal na redução da exclusão e da pobreza nos PALOP e suas interações com a proteção social*. Proposta de Estudo (Não -publicado). Lisboa: Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, agosto de 2004
- FELICIANO, José Fialho et all. *Cardeno Conceptual e Metodológico Produzido no Seminário de Lisboa*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa. 2005.
- FULANE, Helena. “A mulher no setor informal e o papel do movimento sindical neste setor”. In *Seminário Sobre a Mulher e o Setor Informal*. Maputo: Muleide / Fredrich Ebert. Sitifung. 1994.
- FRANCISCO, António Álvaro. *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para a sua Compreensão Crítica*. 2ª Edição. Maputo: Editora BS, 2010
- FRANCISCO, António A. da Silva, PAULO, Margarida. *Impacto da economia informal na proteção social, pobreza e exclusão. A dimensão oculta da informalidade em Moçambique*. Maputo: CEA, 2006
- GÓMEZ, Miguel Buendia. *Educação Moçambicana, História de um Processo: 1962-1984*. Maputo: Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane, 1999
- GUIMARÃES, Abílio. *Alfândegas de Moçambique, do ano 1500 a 2012*. 1 Edição. Maputo: Textos Editores, 2014
- HARRIES, Patrick. *Work, Culture and Identity; Migrant Labourers in Mozambique and South Africa c. 1860-1910*. London: James Currey, 1994
- HELGESSION, Stefan. Johannesburg, Metropolis of Mozambique, In NUTTALL, Sarah, MBEMBE, Achille (Eds). *Johannesburg the Elusive Metropolis*. London: Duke University Press, 2008
- ISAACMAN, Alan. *Cotton is the Mother of Poverty*. London: James Currey Ltd, 1996
- JÚNIOR, António Jorge Melembe. *A contribuição do comércio transfronteiriço no Desenvolvimento Local: Caso do Distrito de Muidumbe*. Maputo: Publifix Edições, 2014
- LAUTIER, Bruno, MIRAS, Claude de, MORICE, Alain. *L'Etat et L'Informel*. Paris: L'Harmattan, 1991

- LIMA, M<sup>a</sup> Isabel R. *Economia Solidária e Vínculos*. São Paulo: Ideias & Letras, 2013
- LIPOVEVERSKY, Gilles. *A Terceira Mulher: Permanência e Revolução Feminina*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997
- LOPES, Carlos Manuel. *Elementos para a compreensão do setor informal urbano nos países em desenvolvimento: anotações sobre o retalho informal em Luanda e Maputo*. Lisboa: Associação Académica Debate, 2000
- MATUSSE, Renato. *África Austral: Das migrações bantu à integração regional*. Maputo: Imprensa Universitária, 2009
- MAZULA, Brazão (Coord.). *Moçambique: 10 Anos de Paz*. Vol. 1. Maputo: Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento, 2002
- MBEMBE, Achille. *Sair da Grande Noite: Ensaio Sobre a África Descolonizada*. Portugal: Edições Pedagogo, 2014
- MILLS, Greg. *Why Africa Is Poor: And What Africans Can Do About It*. Cape Town: Penguin Books, 2011
- MONTEIRO, N.T. *Women in the informal economy in Mozambique*. S.L: S.E, 1997
- MOSCA, João. *Economia de Moçambique, Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005
- \_\_\_\_\_. “Pobreza, economia informal, informalidades e desenvolvimento”. In: DE BRITO, Luís, CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno, CHICHAVA, Sérgio, FRANCISCO, António. *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE, 2010, p. 83-98
- \_\_\_\_\_. *Economicando*. Maputo: Alcance Editores, 2009
- \_\_\_\_\_. *Os Elefantes Pisam...Mas Não Matam a Savana*. Maputo: Alcance Editora, 2014
- MOSSE, Marcelo, CORTEZ, Edson. *Corrupção e Integridade nas Alfândegas de Moçambique: Uma avaliação das boas práticas*. Maputo: Centro de Integridade de Moçambique, 2006
- NHANTUMBO, Noé. *Renascença Africana: Sonho ou Realidade*. Maputo: Imprensa Universitária, 2006
- NEGRÃO, José. *One Hundred Years of African Rural Family Economy: The Zambezi Delta in Retrospective Analysis*. Ph.D Thesis, Sweden: University of Lund, 1995
- NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América. 2012
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *A OIT e a Economia Informal*. Lisboa: Escritório da OIT em Lisboa, 2006

---

. *O trabalho digno e a economia informal*. Resolução da 90ª Conferência Internacional do Trabalho, 2002

PEBERDY, Sally Ann. *Border Crossings: Small Entrepreneurs Cross Border Trade Between Southern Africa and Mozambique*. Johannesburg: Department of Geography and Environmental Studies, University of the Witwatersrand, 2000

QUIVE, Samuel. “Sistemas formais e informais de proteção social e desenvolvimento em Moçambique”. In *II Conferência do IESE “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique”*. Maputo, IESE, S.d.

SAÍDE, Alda Saúte et all. *Reassentamento Populacional, Governação Autárquica, Trabalho Migratório e Relações Internacionais entre Moçambique e Malawi*. Maputo: Publifix Edições, 2012

SAÍDE, Alda Saúte & PITROSSE, Filipe. O Trabalho Migratório de Moçambicanos nas Farmas da África do Sul, 1975-Presente, In SAÍDE, Alda Saúte et all. *Reassentamento Populacional, Governação Autárquica, Trabalho Migratório e Relações Internacionais entre Moçambique e Malawi*. Maputo: Publifix Edições, 2012

SANTOS, Boaventura de Sousa, CRUZ e SILVA, Teresa. *Moçambique e a Reinvenção da Emancipação Social*. Maputo: Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2004

SERRA, Carlos (Dir.). *Conflito e Mestiçagem*. Maputo: Livraria Universtária, 2000

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

TIRIBA, Lia. *Economia Popular e Cultura de Trabalho*. Rio Grande do Sul, Ijuí: Editora Unijuí, 2001

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia de Letras, 2005

TWINEYO- KAMUGISHA, Elly. *Why Africa Fails: The Case For Growth Before Democracy*. Cape Town: NB Publishers, 2012

WATERHOUSE, Rachel, VIJFHUIZEN, Carin. *Estratégias das mulheres, proveito dos homens: Género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, 2001

WORLD BANK. *Adjustment in Africa: Reforms, Results and the Road Ahead*. Washington, DC: World Bank, 1994

## TRABALHOS DE GRADUAÇÃO, DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE ECONOMIA INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

BARREAU-TRAN, Léa. *L'émergence économique des Mukheristas au Mozambique: quels impacts sur les relations de genre?* Mémoire de recherche pour le Master. Université de Bordeaux. 2011 (Dissertação de mestrado em Ciência Política apresentado na Université de Bordeaux-França)

CHIVANGUE, Andes Adriano. *Mukhero em Moçambique: Análise das Lógicas e Práticas do Comércio Informal*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, 2012 (Dissertação de mestrado)

COVANE, Luís António. *Migrants labour and agriculture in Southern Mozambique with special reference to lower Limpopo valley, 1920-1992*. London: Ph.D thesis, Institute Commonwealth of Studies, University of London, 1996

HATIA, Zaida. *Economia Informal na Cidade de Maputo: o caso do Mercado de Estrela Vermelha*. Maputo, 2011 (Trabalho de Licenciatura em História Política e Gestão Pública na Faculdade de Ciências Sociais – UP)

LIMA, Antónia Francisca. *A mulher no mercado de trabalho informal: estudo de caso no comércio na área central de Teresina*. Teresina, setembro de 1999 (Trabalho de graduação em Economia).

MANGANHELA, Augusta de Fátima Lucas. *A influência do mukhero nas receitas das Alfândegas de Moçambique: o caso da fronteira de Namaacha (1987-2005)*. Maputo, 2006. (Trabalho de Licenciatura em História na Faculdade de Letras da UEM)

MAPOSSE, A.H.S. *O papel do comércio informal na ocupação da força de trabalho em Moçambique*. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais (Dissertação de Mestrado em População e Desenvolvimento), 2011

MUANAMOHA, Ramos. *The Dynamics of Undocumented Mozambique Labour to South Africa*. Cape Town: Ph.D thesis, University of Cape Town, 2008

MUTHETO, Ernesto Fabião. *O impacto socioeconómico do comércio informal transfronteiriço, vulgo “mukhero” na Cidade de Maputo: o caso do Mercado Grossista de Zimpeto, 1997 – 2010*. Maputo, 2011 (Trabalho de Licenciatura em ensino de História na Faculdade de Ciências Sociais - Universidade Pedagógica (UP))

MUENDHANE, Bernardo António. *A dinâmica migratória de moçambicanos para Suazilândia e transformação socioeconómicas nas comunidades locais de Namacha*,

1984 – 1992. Maputo: , 2006. (Trabalho de Licenciatura em História na Faculdade de Letras da UEM)

MUNIZ, Antônio Walber Matias. *Tributação e comércio internacional informal- estudo das relações Cabo Verde/Ceará*. Fortaleza-CE, agosto, 2008 (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Direito Constitucional)

NJAUALA, Crispo Jonassane. *Evolução do Comércio Informal na Cidade de Maputo (o caso do Mercado do Museu)*. Maputo, 2005 (Trabalho de Licenciatura em Ensino de História e Geografia pela Faculdade de Ciências Sociais- UP)

PARAFINO, João Chiposse. *O contrabando na fronteira de Namaacha, 1987-2012*. Maputo, 2012 (Trabalho de Licenciatura em História Política e Gestão Pública pela Faculdade de Ciências Sociais - UP)

PARAFINO, João Chiposse. *O contrabando na fronteira de Namaacha, 1987-2012*. Maputo, 2012 (Trabalho de Licenciatura em História Política e Gestão Pública pela Faculdade de Ciências Sociais - UP)

RAIMUNDO, Inês Macamo. *Gender, choice and migration-household Dynamics and Urbanisation in Mozambique*. Johannesburg: Ph.D thesis, University of the Witwatersrand-School Graduate of Humanities, 2009

SIEDE, Mário Ale. *O trabalho informal: O Estudo dos Camelôs de Porto Alegre*. Porto Alegre, março de 1994 (Dissertação submetida como título para obtenção do título de mestre em Sociologia na UFRGS)

#### **DOCUMENTOS OFICIAIS (LEGISLAÇÃO MOÇAMBICANA)**

BOLETIM DA REPÚBLICA, 28 de abril de 2004, III Série, nº 17 -*Estatutos da Associação dos Vendedores e Importadores do Setor Informal em Moçambique – Mukhero*

CONSELHOS DE MINISTROS. Decreto nº 34/2009 de 6 de julho que aprova as regras gerais de desembaraço aduaneiro de mercadorias.

CONSELHO DE MINISTROS. *Resolução nº 41/2001 de 18 de junho, I Série, Número 24* (Resolução que ratifica as emendas do Protocolo Comercial da SADC, adotadas em Windhoek, Namíbia, aos sete dias do mês de agosto de dois mil)

DIRETIVAS ECONÓMICAS E SOCIAIS DO III CONGRESSO DO PARTIDO FRELIMO. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico, 1977

DIRETIVAS ECONÓMICAS E SOCIAIS DO IV CONGRESSO DO PARTIDO FRELIMO, 2ª Edição. Maputo: INLD, 1983, pp. 60-61

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. *Programa Quinquenal do Governo, 2004-2009*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, 2004

GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. LEI Nº 5/82, de 9 de julho (Lei da Defesa da Economia)

GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. LEI Nº 9/87, de 19 de setembro (Lei que adota medidas punitivas dos crimes anti-económicos)

MINISTÉRIO DO PLANO E FINANÇAS. DECRETO nº39/2002 que aprova Pauta Aduaneira

MINISTÉRIO DO PLANO E FINANÇAS E DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. DIPLOMA MINISTERIAL nº 141/2001, de 26 de setembro que aprova o Regulamento para autenticação e/ou emissão dos documentos que conferem origem às mercadorias exportadas a partir de Moçambique ao abrigo das Convenções Internacionais, Protocolos Comerciais ou Sistemas Preferenciais em geral.

## **RELATÓRIO**

ATHMER, Gabrielle et all. *Oferta, procura e impacto: um estudo de casos do Novo Banco, da Socremo e da Tchuma sobre a pobreza e o impacto em Moçambique de três instituições parceiras de membros da plataforma dos Países Baixos para as micro-finanças*. (Relatório de Síntese sobre o mercado micro-financeiro em Maputo-Moçambique). Maputo: S.E, 2006

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. *Integração regional e impacto no desarmamento tarifário no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e Acordo de Parceria Económica com a União Europeia (APE)*, Junho de 2008

TVEDTEN, Inge, PAULO, Margarida, MONTSERRAT, Georgina. *Políticas de género e feminização da pobreza em Moçambique*. CMI Relatório-Tradução do Relatório R 2008:13. Maputo: S.E. 2008

## CONFERÊNCIA, WORKSHOP, CONGRESSO

FARRÉ, Albert. Formas de investimento das poupanças no local de origem por parte dos emigrantes do sul de Moçambique. O caso do distrito de Massinga (Inhambane), In *II Conferência do IESE “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique”*, Maputo, 22 e 23 de abril de 2009

MENEZES, Raquel Santos Soares, BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. “Mulher de Negócios”: Uma Análise da Representação Social com base no Discurso das Empresárias Associadas à *Business Professional Women*, In *XXXII Encontro da ANPAD*, São Paulo, 19-23 de setembro de 2009

TRINDADE, Catarina Casimiro. Convívio e Solidariedade: Práticas de Xitique em Moçambique, In *XI Congresso Luso Afro Brasileiro das Ciências Sociais- Diversidades e (Des)igualdades*, Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011

ZARNOWIECKI, Michel. “Workshop sobre a habilitação legal para implementação de posto de fronteira de uma só paragem em Lebombo-Ressano Garcia In, *Workshop Sobre FROPURGL*, Maputo, 19-20 de julho de 2007

## REVISTAS

ADAIR, Philippe. “O setor informal urbano em África”. In: *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, v.18, nº 2, p. 100-125, 1997

AMARAL, Ilídio do. “Importância do setor informal da economia urbana em países da África Subsariana”. In *Finisterra*, XI, 79, 2005, p.53-72

CARNEIRO, Francisco Galvão. “Informalidade e terceirização: duas tendências opostas?” In: *Revista de Economia Política*, v. 14, nº 4 (56), outubro-dezembro/94

CASIMIRO, Maria Isabel, ANDRADE, Ximene. Investigação sobre mulher e género no Centro de Estudos Africanos. In *Estudos Moçambicanos*, nº 21, Maputo: Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane, 2005, p.

CASIMIRO, Maria Isabel. Samora Machel e as relações do género. In *Estudos Moçambicanos*, nº 21, Maputo: Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane, 2005, p.

CASIMIRO, Maria Isabel et al. Seminário de Reflexão sobre o Género. In *Estudos Moçambicanos*, nº 21, Maputo: Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane, 2005, p.

CHEN, Martha Alter. "Rethinking the Informal Economy: Linkages with the Formal Economy and the Formal Regulatory Environment". Paper presented at the EGDI and

UNU-WIDER Conference, *Unlocking Human Potential: Linking the Informal and Formal Sectors*, 17-18 September 2004, Helsinki, Finland.

CHEN, Martha Alter. *The Business Environment and the Informal Economy: Creating Conditions for Poverty Reduction. Background paper for the Committee of Donor Agencies for Small Enterprise Development Conference on Reforming the Business Environment*. Cairo, 29 de novembro – 1 de dezembro de 2005

COSSA, Misete Getesemane. “Opinião: Persistência da desigualdade: quando é que as mulheres poderão decidir por si mesmas”. In *Vozes*, nº 23, maio de 2008

DE BRITO, Luís. Dependência Colonial e Integração Regional. In Centro de Estudos Africanos. “*Os mineiros moçambicanos na África do Sul*”- relatório do CEA nº 80/1, Maputo: 1980

DE VLETTER, Fion. Migration and Development in Mozambique: Poverty, Inequality and Survival, In: *SAMP, Migration Policy Series*, nº 43, Cape Town: Idasa, 2006

DODSON, Belinda. Women on the Move: Gender and Cross Border Migration to South Africa. *SAMP, Migration Policy Series*, nº 9, Cape Town: Queen’s & Idasa, 1998

DULOBO, Karina. “Estratégias de sobrevivência de um grupo de viúvas organizadas em associação, cidade de Maputo, 2008”, In *Outras Vozes*, nº 29-30, fevereiro-Maio de 2010

KON, Anita. “A distribuição do trabalho informal no Brasil em uma perspectiva de género”. In: *Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambú-MG-Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008

KUYUMAN, Marcia de M.M., DE MELLO, Maria T. F. Negrão, SANTOS, Carolina Cassia Batista. “Vivências cotidianas do trabalho informal em Brasília”. In *Revista Ser Social* 9, 2001

FEIJÓ, Carmem Aparecida, SILVA, Denise Britz do Nascimento, SOUZA, Augusto Carvalho de. “Quão Heterogêneo é o Setor Informal Brasileiro? Uma Proposta de Classificação de Atividades Baseadas na ECINF”. In *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, nº 2, p. 329-354, maio-Agosto de 2009

FILHO, Fernando de Holanda Barbosa. “O tamanho da economia subterrânea”. In *Conjuntura Macroeconómica*, S.L., agosto de 2010

LATOCHE, Serge. A África Pode Contribuir Para Resolver a Crise do Ocidente? In *Espaço Plural*. Ano XIV, nº 28, 1º Semestre, 2013, p. 175-197

MASSINGUE, Anabela. *Mukheristas*- visão feminina do negócio transfronteiriço: a difícil rota do Mukhero. In *Revista Tempo*, nº 9, setembro a novembro de 2013

MELO, Hildete Pereira, VASCONCELOS, Leonardo Siqueira. “A economia informal metropolitana: um estudo baseado na ECINF/IBGE”. In *Economia- Texto para Discussão-231*, março /2008

NHANTUMBO, Sónia, MENESES, Maria Paula. Inventário das Atividades com Abordagem em Género. In *Estudos Moçambicanos*, nº 21, Maputo: Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane, 2005, p.

OLIVEIRA, Edilson Luís de. “Algumas considerações sobre o conceito de setor informal e a teoria dos circuitos da economia urbana”. In *Geografias*, Belo Horizonte 04 (1) 54-70, Janeiro-julho de 2008

PALE, António Luís. “As privatizações em Moçambique e o seu controle”. In *II Encontro dos Tribunais de Contas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Cidade da Praia, 29-30 de outubro de 1996

PEBERDY, Sally, JONATHAN, Crush. Tradind Places: Cross-Border Traders And The South African Informal Setor. *SAMP, Migration Policy Series*, nº 6, Cape Town: Idasa, 1998

POTRICH, A.C.G., RUPPENTHAL, J.E. “Empreendedorismo na informalidade: um estudo de caso no *Shopping Independência* de Santa Maria- RS”. *GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas*, Bauru, Ano 8, nº 3, Jul.-Set/2013, pp. 145-158

RIBEIRO, Fernando Bessa. Do Esgotamento Revolucionário à Liberalização: O Movimento Sindical Face às Privatizações em Moçambique na Década de 1990. In *Caderno CRH*, Salvador, v.28, nº 74, p. 369-381.maio-agosto de 2015

SANTOS, Breno, MELO, Marina. “Debates sobre a centralidade do trabalho e a participação na informalidade”, 2001, In *International Journal on Working Conditions (RICOT Journal)*, Número 1, Porto: IS-FLUP, pp.25-44

SASAKI, Maria Amélia, MENESES-VASQUES, Ione. “Trabalhador Informal e Previdência Social: o caso dos trabalhadores por conta própria de Brasília-DF”. In *Política & Sociedade – Florianópolis – v.11, nº 21- julho de 2012*

TRINDADE, Catarina Casimiro. “Convívio e solidariedade: Práticas de xitique em Moçambique”. In *XI Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais*, Salvador, 7-10 de agosto de 2011

## **JORNAIS MOÇAMBICANOS**

EXPRESSO, 20 /10/ 1990

EXPRESSO, 26/03/1983

MAGAZINE INDEPENDENTE, 29/03/2016

NOTÍCIAS, 23/05/2007

NOTÍCIAS, 31/01/2001

NOTÍCIAS, 23/07/2010

NOTÍCIAS, 07/05/1982

NOTÍCIAS, 23/07/2010

NOTÍCIAS, 30/11/1987

NOTÍCIAS, 31/01/2001

NOTÍCIAS, 05/04/01

NOTÍCIAS, 19/06/95

DOMINGO, 1/2/1987

DOMINGO, 18/06/2000

SAVANA, 20/07/2001

SAVANA 16/06/2000

## **FONTES ORAIS (ENTREVISTAS- 5 CATEGORIAS DE INFORMANTES)**

### **CATEGORIA I - AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS (AG)**

Domingos do Rosário, Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, entrevistado no dia 20/02/2014, na Cidade de Maputo

Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 20/10/2013, na Província de Maputo

Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 20/10/2013, na Província de Maputo

Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 20/10/2013, na Província de Maputo

Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 20/10/2013, na Província de Maputo

Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 20/10/2013, na Cidade de Maputo

Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 20/10/2013, na Cidade de Maputo

Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 05/10/2013, na Cidade de Maputo

Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 05/10/2013, na Cidade de Maputo

Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 05/10/2013, na Cidade de Maputo

Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 05/10/2013, na Cidade de Maputo

Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 05/10/2013, na Cidade de Maputo

Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 05/10/2013, na Cidade de Maputo  
 Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 05/10/2013, na Cidade de Maputo  
 Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 05/10/2013, na Cidade de Maputo  
 Funcionário da Alfândegas, entrevistado no dia 05/10/2013, na Cidade de Maputo  
 Gestor das Alfândegas afeto ao posto fronteiriço de Ressano Garcia, entrevistado no dia 10/05/2014, na Província de Maputo  
 Gestor das Alfândegas afeto ao posto fronteiriço de Namaacha, entrevistado no dia 10/05/2014, na Província de Maputo  
 Funcionário dos Serviços de Migração, entrevistado no dia 10/05/2014, na Província de Maputo  
 Funcionário dos Serviços de Migração, entrevistado no dia 10/05/2014, na Província de Maputo  
 Guarda de fronteira, entrevistado no dia 10/05/2014, na Província de Maputo  
 Guarda de fronteira, entrevistado no dia 10/05/2014, na Província de Maputo

### **CATEGORIA II- CARREGADORES DE FRONTEIRA “GAI-GAI” (GG)**

Anísio Pascoal, entrevista concedida na fronteira de Namaacha no dia 10/03/2014  
 Roberto Ivo, entrevista concedida na fronteira de Namaacha no dia 10/03/2014  
 João Paulo, entrevista concedida na fronteira de Namaacha no dia 10/03/2014  
 Augusto Jone, entrevista concedida na fronteira de Namaacha no dia 10/03/2014  
 Alberto Manhiça, entrevista concedida na fronteira de Namaacha no dia 10/03/2014

### **CATEGORIA III- COMERCIANTES INFORMAIS (MUKHERISTAS)**

<b>Nº</b>	<b>Nome do entrevistado</b>	<b>Data da entrevista</b>	<b>Local da entrevista</b>
1	Natália Alfredo Matlombe	01/06/2013	Maputo -Província
2	Arlete Malate	01/06/2013	Maputo -Província
3	Maria Alice J. Loureiro	01/06/2013	Maputo -Província
4	Marta Bambo Novela	01/06/2013	Maputo -Província
5	Teresa Mahumane	02/06/2013	Maputo -Província
6	Amélia Muambo Cumbana	02/06/2013	Maputo -Província

7	Laura M. Mandlate	02/06/2013	Maputo -Província
8	Argentina da Glória S. Tomás	02/06/2013	Maputo -Província
9	Rita Wachi Manhice	02/06/2013	Maputo -Província
10	Helena Chambal	02/06/2013	Maputo -Província
11	Maria António Rungo	02/06/2013	Maputo -Província
12	Paulina Rodolfo F. Xavier	02/06/2013	Maputo -Província
13	Amélia Joana Muando	02/06/2013	Maputo -Província
14	Raquel Daniel Muchanga	02/06/2013	Maputo -Província
15	Virginia Dima	02/06/2013	Maputo -Província
16	Delfina Samuel Zitha	02/06/2013	Maputo -Província
17	Claudina Miguel Arcanjo	02/06/2013	Maputo -Província
18	Anita Estevão Lissane	02/06/2013	Maputo -Província
19	Amélia Armando Matusse	02/06/2013	Maputo -Província
20	Justina Benjamim Santos	02/06/2013	Maputo -Província
21	Laura Sofia Namburete	02/06/2013	Maputo -Província
22	Ana Gertrudes F. Jovo	02/06/2013	Maputo -Província
23	Ana Maria Damião Sumbana	02/06/2013	Maputo -Província
24	Violeta Francisco Manuel	02/06/2013	Maputo -Província
25	Luísa Laquene	02/06/2013	Maputo -Província
26	Júlia Henriqueta Mabota	06/09/2013	Maputo -Província
27	Joana António Banze	06/09/2013	Maputo -Província
28	Delfina R. Zandamela	06/09/2013	Maputo -Província
29	Ruth Fabião Cossa	06/09/2013	Maputo -Província
30	Helena Georgina J. Mavie	06/09/2013	Maputo -Província
31	Argentina Carlos Timana	06/09/2013	Maputo -Província
32	Vitória Pedro Cuco	06/09/2013	Maputo -Província
33	Laura João Mondlane	06/09/2013	Maputo -Província
34	Celina Xavier Tembe	06/09/2013	Maputo -Província
35	Teresa Luís Nhantumbo	06/09/2013	Maputo -Província
36	Judite Francisco Filimone	06/09/2013	Maputo -Província
37	Maria Joaquim Miguel	06/09/2013	Maputo -Província
38	Sara Macheque Alberto	06/09/2013	Maputo -Província
39	Flora Vicente Chilunzo	06/09/2013	Maputo -Província
40	Vitória Chichava	06/09/2013	Maputo -Província
41	Laura José	06/09/2013	Maputo -Província
42	Ivone Nhaca	10/10/2013	Maputo -Província
43	Rosa Vasco Davane	10/10/2013	Maputo -Província
44	Rosalinda B. Chicamana	10/10/2013	Maputo -Província

45	Júlia Matine	10/10/2013	Maputo -Província
46	Ester Gonçalves Cumaio	10/10/2013	Maputo -Província
47	Angelina Nhambi	10/10/2013	Maputo -Província
48	Ana Maria Macome	13/12/2013	Maputo- Cidade
49	Maria Sibia	13/12/2013	Maputo- Cidade
50	Murina Ibraim	13/12/2013	Maputo- Cidade
51	Aissa Mussá V. Laçaniam	13/12/2013	Maputo- Cidade
52	Margarida A. Pelembe	13/12/2013	Maputo- Cidade
53	Preciosa Odovaldo Dengo	13/12/2013	Maputo- Cidade
54	Lúcia Machavane	13/12/2013	Maputo- Cidade
55	Maria Helena Massango	13/12/2013	Maputo- Cidade
56	Helena Cruz R. Mussauque	13/12/2013	Maputo- Cidade
57	Joana F. Nungungulo	13/12/2013	Maputo- Cidade
58	Joana Matias Machele	13/12/2013	Maputo- Cidade
59	Isabel Manuel Venitche	13/12/2013	Maputo- Cidade
60	Celeste Matlombe	13/12/2013	Maputo- Cidade
61	Joana Daúde	13/12/2013	Maputo- Cidade
62	Angela Mulungo	13/12/2013	Maputo- Cidade
63	Luciana Maria Monjane	13/12/2013	Maputo- Cidade
64	Teresa Vicente Coana	13/12/2013	Maputo- Cidade
65	Cacilda Machiana	13/12/2013	Maputo- Cidade
66	Alice Tovela		Maputo- Cidade
67	Dulce Manuel Nhamussuana	13/12/2013	Maputo- Cidade
68	Constância Filipe Nhabome	13/12/2013	Maputo- Cidade
69	Gilda João Macie	08/01/2014	Maputo- Cidade
70	Elisa Chilaule	08/01/2014	Maputo- Cidade
71	Zélia Alberto Machele	08/01/2014	Maputo- Cidade
72	Ana Maria Nhambire	08/01/2014	Maputo- Cidade
73	Sara Alberto	08/01/2014	Maputo- Cidade
74	Beatriz João Zunguza	08/01/2014	Maputo- Cidade
75	Luísa António Uamusse	08/01/2014	Maputo- Cidade
76	Hanifa Ismael Jamal	08/01/2014	Maputo- Cidade
77	Aida Tamele	08/01/2014	Maputo- Cidade
78	Laura Francisco Matsimbe	08/01/2014	Maputo- Cidade
79	Filicidade António Chongo	08/01/2014	Maputo- Cidade
80	Isaura Tomás	08/01/2014	Maputo- Cidade
81	Ana Helena Lehilengue	08/01/2014	Maputo- Cidade
82	Alice Armando Tomo	08/01/2014	Maputo- Cidade

83	Angelina da Cunha Amaral	03/03/2014	Maputo- Cidade
84	Adelaide Conjo	03/03/2014	Maputo- Cidade
85	Rosalina Conjo	03/03/2014	Maputo- Cidade
86	Marília Lúcia da C. Amaral	03/03/2014	Maputo- Cidade
87	Linda Josua macuacua	03/03/2014	Maputo- Cidade
88	Flora Francisco Mahumana	03/03/2014	Maputo- Cidade
89	Georgina Alfredo Miambo	03/03/2014	Maputo- Cidade
90	Argentina Henrique Langa	2/05/2014	Maputo- Cidade
91	Rebeca Enoque Bila	2/05/2014	Maputo- Cidade
92	Cristina Rosa Muianga	2/05/2014	Maputo- Cidade
93	Margarida de Lurdes Chau	2/05/2014	Maputo- Cidade
94	Maria Lisboa Lipene	2/05/2014	Maputo- Cidade
95	Anifa Armando Jaquete	2/05/2014	Maputo- Cidade
96	Glória Paulo Deve Manhique	2/05/2014	Maputo- Cidade
97	Helena Jorge Ngoca	2/05/2014	Maputo- Cidade
98	Sandra N.	2/05/2014	Maputo- Cidade
99	Esperança Zacarias Sumbrina	2/05/2014	Maputo- Cidade
100	Cecília Fernando Ngoca	2/05/2014	Maputo- Cidade
101	Leonor Mateus Hounane	2/05/2014	Maputo- Cidade
102	Firmina José Bongo	2/05/2014	Maputo- Cidade
103	Teresa Jaime Matsimbe	2/05/2014	Maputo- Cidade
104	Virgínia Dima	10/05/2014	Maputo- Cidade
105	Balbina Rosa Manuel	10/05/2014	Maputo- Cidade
106	Beatriz Biosse Macamo	10/05/2014	Maputo- Cidade
107	Cacilda Luís Nhacuongue	10/05/2014	Maputo- Cidade
108	Rabeca Fazenda Massango	10/05/2014	Maputo- Cidade
109	Angélica Catarina Alabe	10/05/2014	Maputo- Cidade
110	Ivone Manuel Nhantumbo	10/01/2016	Maputo- Cidade
111	Angélica Arão Quimbine	10/01/2016	Maputo- Cidade
112	Sofia Vasco Mutemba	10/01/2016	Maputo- Cidade
113	Zélia Pedro	10/01/2016	Maputo- Cidade
114	Esperança Elves	10/01/2016	Maputo- Cidade
115	Crescência Benedita M. Guambe	10/01/2016	Maputo- Cidade

116	Albertina Ricardo Wiliamo	10/01/2016	Maputo- Cidade
117	Maria Alfredo Saveca	10/01/2016	Maputo- Cidade
118	Ilda Zacarias Nhassengo	10/01/2016	Maputo- Cidade
119	Maria Honória José Guambe Bambama	10/01/2016	Maputo- Cidade
120	Izalada Honório Macamo Josiny	10/01/2016	Maputo- Cidade
121	Rachel Zacarias Sumburane	10/01/2016	Maputo- Cidade
122	Olímpia da Graça Jacinto Silva	10/01/2016	Maputo- Cidade
123	Olga Hilário Cuambe	10/01/2016	Maputo- Cidade
124	Ana José Cossa	10/01/2016	Maputo- Cidade
125	Aurélia Miambo	10/01/2016	Maputo- Cidade

#### **CATEGORIA IV- OPERADORES ADUANEIROS PRIVADOS (OAP)**

Francelino João, entrevistado no dia 20/10/2013, na Cidade de Maputo

Victor Matola, entrevistado no dia 20/10/2013, na Cidade de Maputo

João Matola, entrevistado no dia 20/10/2013 na Cidade de Maputo

Jorge Matsimbe, entrevistado no dia 20/10/2013 na Cidade de Maputo.

#### **CATEGORIA V: MOTORISTAS DE *MUKHERISTAS* (MMK)**

**Rafael João**, entrevistado no dia 10/10/2014, na Cidade de Maputo

**Victor Borges**, entrevistado no dia 10/10/2014, na Cidade de Maputo

**Aderito Canhangulo**, entrevistado no dia 10/10/2014, na Cidade de Maputo

**Nercio Faria**, entrevistado no dia 10/10/2014, na Cidade de Maputo

**Basílio Óscar**, entrevistado no dia 10/10/2014, na Cidade de Maputo

**APÊNDICE I**  
**GRELHA DO INQUÉRITO ÀS MULHERES COMERCIANTES INFORMAIS**  
**“MUKHERISTAS”**

Este inquérito visa a elaboração do trabalho da Tese de Doutoramento em História no Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**I – IDENTIFICAÇÃO**

**1 – NOME DO ENTREVISTADA**

---

**2.IDADE:**

1 – Menor que 18 [ ]; 2 – De 18 a 30 [ ]; 3 – De 31 a 50 [ ]; 4 – Mais que 50 [ ]

**3.ESTADO CIVIL**

1 – Solteira [ ]; Casada [ ]; Divorciada [ ]; Viúva [ ];

**4.REGIÃO DE ORIGEM:**

1 – Cidade de Maputo [ ]; 2 – Província de Maputo [ ]; 3 – Outra região de Moçambique [ ]

**5.GRAU DE ESCOLARIDADE:**

1 – Analfabeta [ ]; 2 – Primário do 1º Grau Completo [ ]; 3 – Primário do 1º Grau Incompleto [ ]; 4 – Primário do 2º Grau Completo [ ]; 5 – 2º Primário do Grau Incompleto [ ]; 6 – Secundário do 1º Ciclo Completo [ ]; 7 – Secundário 1º Ciclo Incompleto [ ]; 8 – Secundário 2º Ciclo Completo [ ]; 9 – Secundário 2º Ciclo Incompleto [ ]; 10- Superior [ ]; 11 – Outros [ ].

**6.TAMANHO DA FAMÍLIA:**

1 – Nenhum [ ]; 2 – De 1 a 3[ ]; 3 – De 4 a 6[ ]; 4 – De 7 a 8 [ ]

**II – DADOS DA ATIVIDADE:**

**7.OCUPAÇÃO ANTERIOR:**

1 – Doméstica [ ]; 2 – Assalariada [ ]; 3 – Autónoma [ ]; 4 – Outros [ ]

**8.HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA COMO COMERCIANTE?**

1 – Menos de 1 ano [ ]; 2 – De 1 a 3 anos [ ]; 3 – De 4 a 6 anos [ ]; 4 – De 7 a 10 anos [ ]; 5 – Mais de 10 anos; [ ]

**9.POR QUE TRABALHA COMO COMERCIANTE?**

1 – Estava desempregada [ ]; 2 – Para completar a renda [ ]; 3 – Não encontrou outro meio de vida [ ]; 4 – Não tem capital para se estabelecer [ ]; 5 – Outros [ ]

**10.QUANTAS HORAS GASTA POR SEMANA, COMO COMERCIANTE?**

1 – Até 20 [ ]; 2 – Acima de 20 até 40 [ ]; 3 – Acima de 40 até 48 [ ]; 4 – Acima de 48 até 60 [ ]; 5 – Acima de 60 [ ]

**11.EXERCE OUTRA ATIVIDADE FORA DO COMÉRCIO?**

1 – Sim; 2 – Não [ ]

---

**12. VOCÊ POSSUI ALGUÉM QUE AJUDA NAS TAREFAS DE CASA?**

1 – Sim [ ]; 2 – Não [ ]; Se sim quem:

---

**13.QUAL A SUA CONDIÇÃO EM RELAÇÃO AO NEGÓCIO QUE DESENVOLVE?**

1 – Proprietária [ ]; 2 – Arrendatária [ ]; 3 – Sócia [ ]; 4 – Comissionada [ ]; 5 – Assalariada [ ]; 6 – Membro da família [ ]; 7 – Outros [ ]

**14.QUAL É A MÃO-DE-OBRA UTILIZADA?**

1 – Só da proprietária [ ]; 2 – Familiar [ ]; 3 – Assalariada [ ]; 4 – Outros [ ]

**15. QUE TIPO DE MERCADORIAS COMERCIALIZA?**

1 – Confeções em geral [ ]; 2 – Bijuterias / adornos pessoais [ ]; 3 – Pequenas peças de reposição [ ]; 4 – Pão, Doces, biscoitos [ ]; 5 – Utilidades do lar / variedades [ ]; 6 – Plantas medicinais [ ]; 7 – Calçados, bolsas e cintos [ ]; 8 – Capas para aparelhos [ ]; 9 – Relógios, pulseiras [ ]; 10 – Brinquedos [ ]; 11 – Produtos alimentares [ ]; 12 – Bebidas [ ]; 13 – Outros [ ]

**16.ORIGEM DAS MERCADORIAS COMERCIALIZADAS.**

1 – Cidade de Maputo [ ]; 2 – Província de Maputo [ ]; 3 – Outras Províncias [ ] 4 – África do Sul [ ]; 5- Suazilândia [ ]; 6- Outros Países [ ]

**17.QUAL É O RENDIMENTO MENSAL DA ATIVIDADE COMO COMERCIANTE?**

1 – Até ½ salário mínimos [ ]; 2 – De ½ a 1 salário mínimo [ ]; 3 – 1 salário mínimo [ ]; 4 – De 1 a 2 salários mínimos [ ]; 5 – De 2 a 3 salários mínimo [ ]; 6 – Acima de 3 salários mínimo [ ]; 7 – Não tem ideia [ ]

**18. QUAL É O MODO DE AQUISIÇÃO DAS MERCADORIAS?**

1 – Com dinheiro pago na hora [ ]; 2 – A crédito [ ]; 3 – A crédito (30 dias) [ ]; 4 – A crédito (60 dias) [ ]; 5 – Não soube informar [ ]

**19.QUAIS AS SUAS MAIORES DIFICULDADES NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE COMERCIANTE?**

1 – Dificuldade de obter a mercadoria [ ]; 2 – Alto preço da mercadoria [ ]; 3 – Má qualidade da mercadoria [ ]; 4 – Desinteresse do comprador [ ]; 5 – Perseguição das Autoridades Alfandegarias [ ]; 6 – Perseguição dos comerciantes formais [ ]; 7 – Desconforto [ ]; 8.Outros

---

**20. POSSUI POUPANÇA NO BANCO OU EM CASA?**

1 – No Banco [ ]; 2 – Em Casa [ ]

**21. SE APARECESSE OUTRA OPORTUNIDADE, DEIXARIA DE SER COMERCIANTE? PORQUÊ?**

1 – Sim [ ]; 2 – Não [ ]; 3 – Talvez [ ];

## APÊNDICE II

### GRELHA DO INQUÉRITO AS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS

Este inquérito visa a elaboração do trabalho da Tese de Doutoramento em História no Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

#### I – IDENTIFICAÇÃO

##### 1. NOME DO ENTREVISTADA

---

##### 2. IDADE:

1 – Menor que 18 [ ]; 2 – De 18 a 30 [ ]; 3 – De 31 a 50 [ ]; 4 – Mais que 50 [ ]

##### 3. ESTADO CIVIL

1 – Solteira [ ]; Casada [ ]; Divorciada [ ]; Viúva [ ];

##### 4. REGIÃO DE ORIGEM:

1 – Cidade de Maputo [ ]; 2 – Província de Maputo [ ]; 3 – Outra região de Moçambique [ ]

##### 5. GRAU DE ESCOLARIDADE:

1 – Analfabeta [ ]; 2 – Primário do 1º Grau Completo [ ]; 3 – Primário do 1º Grau Incompleto [ ]; 4 – Primário do 2º Grau Completo [ ]; 5 – 2º Primário do Grau Incompleto [ ]; 6 – Secundário do 1º Ciclo Completo [ ]; 7 – Secundário 1º Ciclo Incompleto [ ]; 8 – Secundário 2º Ciclo Completo [ ]; 9 – Secundário 2º Ciclo Incompleto [ ]; 10- Superior [ ]; 11 – Outros [ ].

##### 6. QUAL É A FUNÇÃO QUE EXERCE NA INSTITUIÇÃO?

##### 7. HÁ QUANTO TRABALHA NO SECTOR?

##### 8. QUE DIFICULDADES ENFRENTA COMO FUNCIONÁRIO PÚBLICO A TRABALHAR NA FRONTEIRA?

##### 9. HÁ CORRUPÇÃO NA FRONTEIRA? JUSTIFICA A SUA RESPOSTA.

##### 10. QUE ACÇÕES PODEM SER REALIZADAS PARA COMBATER O CONTRABANDO NA FRONTEIRA?

##### 11. QUAL É A SUA VISÃO EM RELAÇÃO AO *MUKHERO* NA FRONTEIRA?

## APÊNDICE III

### GRELHA DO INQUÉRITO AOS OPERADORES ADUANEIROS PRIVADOS

Este inquérito visa a elaboração do trabalho da Tese de Doutoramento em História no Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

#### I – IDENTIFICAÇÃO

##### 1. NOME DO ENTREVISTADA

---

##### 2.IDADE:

1– Menor que 18 [ ]; 2 – De 18 a 30 [ ]; 3 – De 31 a 50 [ ]; 4 – Mais que 50 [ ]

##### 3.ESTADO CIVIL

1– Solteira [ ]; Casada [ ]; Divorciada [ ]; Viúva [ ];

##### 4. REGIÃO DE ORIGEM:

1 – Cidade de Maputo [ ]; 2 – Província de Maputo [ ]; 3 – Outra região de Moçambique [ ]

##### 5.GRAU DE ESCOLARIDADE:

1 – Analfabeta [ ]; 2 – Primário do 1º Grau Completo [ ]; 3 – Primário do 1º Grau Incompleto [ ]; 4 – Primário do 2º Grau Completo [ ]; 5 – 2º Primário do Grau Incompleto [ ]; 6 – Secundário do 1º Ciclo Completo [ ]; 7 – Secundário 1º Ciclo Incompleto [ ]; 8 – Secundário 2º Ciclo Completo [ ]; 9 – Secundário 2º Ciclo Incompleto [ ]; 10- Superior [ ]; 11 – Outros [ ].

##### 6.HÁ QUANTO TEMPO EXERCE A FUNÇÃO DE OPERADOR ADUANEIRO?

##### 7. QUAIS SÃO AS DIFICULDADES DO SEU TRABALHO?

##### 8. COMO AVALIA O RELACIONAMENTO DE TRABALHO COM AS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS.

##### 9. HÁ CORRUPÇÃO NA FRONTEIRA? JUSTIFICA A SUA RESPOSTA.

##### 10.QUAL É O SEU NÍVEL DE CONTRIBUIÇÃO PARA OS *MUKHERISTAS*?

##### 10. QUAL É A SUA VISÃO EM RELAÇÃO AO *MUKHERO* NA FRONTEIRA?

## APÊNDICE IV

### GRELHA DO INQUÉRITO AOS CARREGADORES DE FRONTEIRAS “GAI-GAI”

Este inquérito visa a elaboração do trabalho da Tese de Doutorado em História no Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

#### I – IDENTIFICAÇÃO

##### 1.NOME DO ENTREVISTADA

---

##### 2. IDADE:

1– Menor que 18 [ ]; 2 – De 18 a 30 [ ]; 3 – De 31 a 50 [ ]; 4 – Mais que 50 [ ]

##### 3.ESTADO CIVIL

1– Solteira [ ]; Casada [ ]; Divorciada [ ]; Viúva [ ];

##### 4.REGIÃO DE ORIGEM:

1 – Cidade de Maputo [ ]; 2 – Província de Maputo [ ]; 3 – Outra região de Moçambique [ ]

##### 5.GRAU DE ESCOLARIDADE:

1 – Analfabeta [ ]; 2 – Primário do 1º Grau Completo [ ]; 3 – Primário do 1º Grau Incompleto [ ]; 4 – Primário do 2º Grau Completo [ ]; 5 – 2º Primário do Grau Incompleto [ ]; 6 – Secundário do 1º Ciclo Completo [ ]; 7 – Secundário 1º Ciclo Incompleto [ ]; 8 – Secundário 2º Ciclo Completo [ ]; 9 – Secundário 2º Ciclo Incompleto [ ]; 10- Superior [ ]; 11 – Outros [ ] .

##### 6.QUANDO É QUE COMEÇOU A TRABALHAR COMO *GAI GAI* ?

##### 7. QUE BENEFÍCIO LHE DÁ ESTE TRABALHO?

##### 8.COMO É QUE A SUA RELAÇÃO COM AS *MUKHERISTAS*?

##### 9. QUE QUANTIDADE DE CARGA CARREGA PARA CADA *MUKHERISTA*?

##### 10. QUANTAS VEZES CARREGAM POR DIA?

## APÊNDICE V

### GRELHA DO INQUÉRITO AOS MOTORISTAS DE *MUKHERISTAS*

Este inquérito visa a elaboração do trabalho da Tese de Doutorado em História no Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

#### I – IDENTIFICAÇÃO

##### 1. NOME DO ENTREVISTADA

---

##### 2. IDADE:

1 – Menor que 18 [ ]; 2 – De 18 a 30 [ ]; 3 – De 31 a 50 [ ]; 4 – Mais que 50 [ ]

##### 3. ESTADO CIVIL

1 – Solteira [ ]; Casada [ ]; Divorciada [ ]; Viúva [ ];

##### 4. REGIÃO DE ORIGEM:

1 – Cidade de Maputo [ ]; 2 – Província de Maputo [ ]; 3 – Outra região de Moçambique [ ]

##### 5. GRAU DE ESCOLARIDADE:

1 – Analfabeta [ ]; 2 – Primário do 1º Grau Completo [ ]; 3 – Primário do 1º Grau Incompleto [ ]; 4 – Primário do 2º Grau Completo [ ]; 5 – 2º Primário do Grau Incompleto [ ]; 6 – Secundário do 1º Ciclo Completo [ ]; 7 – Secundário 1º Ciclo Incompleto [ ]; 8 – Secundário 2º Ciclo Completo [ ]; 9 – Secundário 2º Ciclo Incompleto [ ]; 10- Superior [ ]; 11 – Outros [ ];

##### 6. QUANDO COMEÇOU A TRANSPORTAR AS *MUKHERISTAS* E SUAS MERCADORIAS?

##### 7. COM ESTA ATIVIDADE CONSEGUE GARANTIR A SUA SOBREVIVÊNCIA?

##### 8. QUE CONTRIBUTO ESTA ATIVIDADE LHE OFERECE?

##### 9. COMO PERCEBE AS ESTRATÉGIAS QUE AS MULHERES *MUKHERISTAS* ADOTAM PARA GARANTIR O LUCRO?

**10.QUAL É A HORA MAIS ESTRATÉGICA PARA ATRAVESSAR A FRONTEIRA?**

**11. QUAIS SÃO AS OUTRAS POSSIBILIDADES QUE AS *MUKHERISTAS* TÊM PARA SE LIVRAR DE PAGAMENTOS DE TAXAS ADUANEIRAS?**

**APÊNDICE VI:**

**PRODUTOS AMBRAGIDOS PELO PROTOCOLO COMERCIAL DA SADC**

Índice	Passos	Descrição de procedimentos de exportação de produtos ao abrigo do Protocolo Comercial da SADC	Documentos
1º	Regras de origem	Uma mercadoria será aceite como originária de um Estado Membro se (1) tiver sido produzida totalmente nos Estados Membros; (2) se tiver sido produzida nos Estados Membros total ou parcialmente a partir de materiais importados de fora dos Estados Membros ou de origem indeterminada por um processo de produção que resulte numa transformação substancial desses materiais de tal modo que o valor CIF desses materiais não exceda 60 por cento do custo total dos materiais utilizados na produção das mercadorias, ou (3) o valor acrescentado resultante do processo de produção corresponda no mínimo a 35 por cento do custo dos bens à porta da fábrica ou (4) houver uma alteração na posição pautal de um produto resultante do processo de produção usando matéria-prima não originária	

2º	Pedido do registo	Para beneficiar de tratamento preferencial, o Exportador / Produtor deve estar inscrito na Direção Nacional de Comércio do MIC, devendo para o efeito, apresentar naquela Direção o formulário de pedido de inscrição	<u>Ficha de Registo do Perfil da Empresa/Produtor;</u> <u>Certificado de Exportação</u>
3º	Submissão dos documentos para autenticação	As Alfândegas de Moçambique são a entidade competente para autenticar os documentos de origem. Para cada embarque de mercadorias, qualquer que seja o seu valor, o exportador deverá apresentar às Alfândegas, para efeitos de autenticação, no momento da exportação: (a) um documento de origem que será apresentado às Alfândegas do país de destino e quaisquer outros documentos que forem estabelecidos nos respetivos sistemas preferenciais, (b) uma declaração do produtor confirmando o cumprimento dos requisitos de origem e (c) Documentos de suporte, tais como fatura comercial, Bill of Lading/Airway Bill/ Bill of Entry. O exportador deve anexar uma declaração do produtor mesmo que não seja produtor da mercadoria	<u>Certificado de Origem;</u> <u>Declaração do Produtor ;</u> <u>Declaração do Exportador;</u>

4º	Verificação documental	As Alfândegas deverão verificar se o Certificado de Origem está corretamente preenchido; se o exportador está licenciado pelo MIC e se está autorizado a exportar as mercadorias contidas no Certificado de Origem; se os detalhes do Certificado de Origem correspondem aos que constam dos documentos de apoio e a conformidade das declarações com as competentes regras de origem.	
5º	Verificação do cumprimento das regras de origem	As Alfândegas de Moçambique, são a autoridade responsável pela verificação do cumprimento das regras de origem em relação à exportação de mercadorias. A verificação poderá incidir sobre na inspeção das instalações, das matérias-primas, do processo de produção, do produto final, e dos respetivos registos e contabilidade e de quaisquer outros elementos relevantes, os quais devem estar disponíveis para a inspeção no local onde o aperfeiçoamento é efetuado.	<b><u>Formulário da SADC de Verificação da Origem</u></b>
6º	Procedimentos de Exportação	O Certificado de Origem e a Declaração do Produtor devem ser apresentados às Alfândegas	

		no ato da entrega da Declaração de Exportação (DU), no terminal em que as mercadorias forem submetidas ao desembarço e/ou noutros locais devidamente autorizados. Se no momento de verificação as Alfândegas considerarem que não há nenhuma razão para duvidar da declaração de origem apresentada, farão a autenticação dos documentos de origem por meio de assinatura e carimbo aprovados.	
7º	Prestação de informações pela Direção Geral das Alfândegas	Quando solicitada nos termos de convenções internacionais, protocolos comerciais ou sistemas preferenciais, a DGA deve fornecer, às autoridades dos países destinatários, no formato e período estabelecidos naqueles instrumentos, informação relacionada com as mercadorias exportadas.	

**Fonte:** CONSELHO DE MINISTROS. Resolução nº 41/2001 de 18 de junho, I Série, Número 24 (Aprova a Resolução que Resolução que ratifica as emendas do Protocolo Comercial da SADC, adotadas em Windhoek, Namíbia, aos sete dias do mês de agosto de dois mil). Disponível em «<http://www.at.gov.mz/>» Acessado em 10 de abril de 2016.

# ANEXO I- DESPACHO SIMPLIFICADO PARA PAGAMENTO DE MERCADORIAS

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DIRECÇÃO GERAL DAS ALFÂNDEGAS				DESPACHO SIMPLIFICADO		
Esta declaração é usada somente para bens pessoais dos viajantes, que excedam a "franquia". This declaration is only for travellers' personal goods exceeding "duty free allowance".				<b>USO OFICIAL - OFFICIAL USE</b>		
1. Viajante (Nome de acordo com o passaporte) Traveller (Name shown in passport)				Estância Aduaneira Nº		
2. Passaporte Nr. Passport		Validade Validity	Nacionalidade Nationality	3. Meio de transporte / Method of transport		
4. País de procedência Country of departure			5. Data de entrada Date of entry			
6. BENS DE CONSUMO A IMPORTAR / GOODS TO IMPORT				Referência do transporte (matricula, nr. voo, etc.) Transport reference (reg. nr. flight, etc.)		
Descrição dos bens / Description of goods		Quant. / Unid. Qty / Unit	Valor na moeda de compra Value in currency of purchase [A]	Taxa agregada(%) Aggregate Tax [B]	A pagar na moeda de compra Payment due in currency of purchase [C] [A] x [B] / 100	
01	Artigos de Mercearia / Groceries			46 %		
02	Refrigerantes / Soft drinks			46 %		
03	Cerveja / Beer			105 %		
04	Vinhos / Wines			105 %		
05	Outras bebidas alcoolicas / Other alcoholic beverages			141 %		
06	Tabaco / Tobacco			141 %		
07	Perfumes / Perfumes			90 %		
08	Vestuário, Calçado / Clothing, Footwear			46 %		
09	Móveis / Furniture			46 %		
10	Peças, Partes / Parts, Spare parts			26 %		
OUTROS BENS / OTHER GOODS Descrição dos bens / Description of goods		Código Pautal Tariff Code	Quant. / Unid. Qty / Unit	Valor na moeda de compra Value in currency of purchase [A]	Taxa agregada(%) Aggregate Tax [B]	A pagar na moeda de compra Payment due in currency of purchase [C] [A] x [B] / 100
11						
12						
13						
7. Descrições complementares dos bens: Características dos bens, quantidades marcas, modelos etc. Complementary description: Characteristics, quantities, brands, models, etc.						
8. Moeda de compra - Currency of purchase			9. Taxa de câmbio - Exchange rate			
10. Total dos impostos na moeda de compra - Total duty in currency of purchase [6 C]						
11. Total impostos em MTS - Total Duty in MTS ([10] x [9])						
12. Imposto de selo - Stamp Duty						
13. Impressos - Forms fee					5,00	
14. TOTAL A PAGAR - TOTAL TO PAY ([11] + [12] + [13])						
<b>AVISO / WARNING</b> O NÃO CUMPRIMENTO DA LEI ADUANEIRA PODERÁ RESULTAR EM PENALIDADES INCLUINDO A APREENSÃO DA MERCADORIA FAILURE TO COMPLY WITH CUSTOMS LAW MAY RESULT IN PENALTIES OR FORFEITURE OF THE GOODS <b>DECLARAÇÃO (DECLARATION)</b>						
Eu _____ abaixo assinado, declaro que as informações contidas neste documento são correctas de acordo com a Lei Aduaneira. // I, the undersigned, declare that the information contained in this document is correct and in accordance with Customs Law.						
Assinatura/ Signature _____			Data / Date _____ / _____ / _____			
USO OFICIAL - OFFICIAL USE						
EXAME		VERIFICAÇÃO		TESOURARIA		
Assinatura		Assinatura		Carimbo		
Nome		Nome		Assinatura		
Categoria		Categoria		Nome		
Data		Data		Categoria		
				Data		

Mtuzi Investimentos

Fonte : Direcção Geral das Alfândegas (2015)

## ANEXO II- CERTIFICADO DE ORIGEM DA SADC

26 DE SETEMBRO DE 2001

216—(9)

Anexo II

### CERTIFICADO DE ORIGEM DA SADC

N.º de Registo ..... (Opcional) <b>1. Exportador (Nome e endereço dos escritórios)</b>		<b>3. N.º MZ/A</b> COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC) CERTIFICADO DE ORIGEM			
<b>2. Consignatário (Nome e endereço)</b>					
<b>4. Detalhes do transporte:</b>					
<b>6. Marcas e números; número e tipo de embalagens, descrição das mercadorias</b>		<b>7. Código da Países Aduaneira</b>	<b>8. Critério de Origem (Ver o verso)</b>	<b>9. Peso bruto ou outra quantidade</b>	<b>10. N.º e data da factura</b>
(i) Marcas e n.ºs das mercadorias	(ii) Descrição das mercadorias				
<b>11. DECLARAÇÃO DO EXPORTADOR/FORNECEDOR</b>  Declaro, por este meio, que as mercadorias aqui listadas reúnem as condições necessárias para a emissão do presente certificado e são originárias de  _____ (País)  Local e data . _____  Assinatura _____		<b>12. AUTENTIFICAÇÃO DO CERTIFICADO</b> Declaração certificada: <div style="border: 1px solid black; width: 80px; height: 80px; margin: 10px auto;"></div> (Carimbo e Assinatura)  _____ Oficial autorizado Alfândegas de Moçambique		<b>13. PARA EFEITO ALFANDEGÁRIO</b> N.º do Documento de Exportação ..... Data ...../...../..... Estância Aduaneira ..... País ..... Data ...../...../.....  <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 30px; margin: 10px auto; text-align: center;">Carimbo</div> ..... Assinatura	

Fonte: [www.at.gov.mz](http://www.at.gov.mz)

# ANEXO III- PROCEDIMENTOS DE DESPACHO NO POSTO DE PARAGEM

## ÚNICA DE RESSANO GARCIA

- Instalações de Despacho do km 4

		Mozambique		África do Sul		Mozambique		África do Sul		Mozambique		Mozambique		Mozambique		Mozambique		Mozambique		Mozambique	
Administrat	Agência	Estada de Acesso da S	Porto de entrada	Área de Controlo especial	Alfândega do Sul	Área de Controlo conjunto	Área de Serviço	Letor Óptico e outro Equipamento	Armazém das Alfândegas Mozambique	Área de Controlo especial	Armazém de Mozambique	Balção de Pagamento	Porto de Saída	Estada de Acesso à África do Sul	A do S	M	O	C			
Sul Africana	Polícia	O		X	X	O		X													
	Alfândega				X																
	Reembolso do IVA				X																
	Fiscossanitário				X																
	Outras				X																
Mozambicana	Imigração		X		X																
	Alfândega		X		X																
	Fiscossanitário		X		X																
	Outras		X		X																
	Polícia		X		X																
	Alfândega		X		X																
	Imigração		X		X																
	Fiscossanitário		X		X																
	Reembolso do IVA		X		X																
	Outras		X		X																
Sul Africana	Imigração	O			X																
	Alfândega	O			X																
	Fiscossanitário				X																
	Outras				X																
	Polícia				X																
	Outras				X																
	Porta de entrada				X																
	Porto de entrada				X																
	Área de Controlo Especial				X																
	Alfândega de Mozambique				X																
	Área de Controlo Conjunto				X																
	Área de Serviço				X																
	Letor Óptico e outro Equipamento				X																
	Armazém das Alfândegas Mozambique				X																
	Área de Controlo Especial				X																
	Armazém de Mozambique				X																
	Balção de Pagamento				X																
	Porto de Saída				X																
	Estada de Acesso à África do Sul				X																

A áreas de serviço inclui os corretores, abastecimento de alimentação, lojas e bancos.

Autoridades Sul Africanas  
 Autoridades Mozambicanas  
 Instalações ou equipamento partilhados  
 Agência desempenha um papel activo – o sublinhado indica competência avançada  
 Agência apresenta-se apenas como observadora – nenhum poder de aplicação da lei

Fonte: www.at.gov.mz

## ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO PRODUTOR

216—(12)

I SÉRIE — NÚMERO 39

Anexo IV

### DECLARAÇÃO DO PRODUTOR

Para efeitos de solicitação de tratamento preferencial, ao abrigo do disposto na Regra 2 do anexo sobre Regras de Origem para produtos a serem comercializados entre os Estados Membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

#### DECLARO POR ESTE MEIO:

- a) que as mercadorias aqui listadas, nas quantidades que abaixo se especificam, foram produzidas por esta companhia/empresa/fornecedor <sup>1\*</sup>

Nome: e endereço do produtor: (Endereço postal ou físico)
---

N.º de Registo _____
-------------------------

- b) que existem provas de que as mercadorias abaixo listadas obedecem aos critérios de origem especificados no anexo sobre Regras de Origem para a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

#### Lista de Mercadorias

Descrição comercial de mercadorias	Quantidades	Critérios

Nota: Este impresso deverá ser preenchido em duplicado, no caso do Exportador não for o Produtor

Carimbo
---------

.....  
ASSINATURA DO PRODUTOR

<sup>1</sup> Riscar o que não for aplicável